

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
CAMPUS PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

NAILDE GONÇALVES DA SILVA

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO
ACADÊMICA DOS ESTUDOS REGIONAIS**

Palmas – TO
2019

NAILDE GONÇALVES DA SILVA

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO
ACADÊMICA DOS ESTUDOS REGIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins/Campus Palmas, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. José Antônio Pedroso Neto

Palmas – TO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586d Silva, Nailde Gonçalves da.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO
ACADÊMICA DOS ESTUDOS REGIONAIS. / Nailde Gonçalves da Silva. –
Palmas, TO, 2019.

116 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em
Desenvolvimento Regional, 2019.

Orientador: Antônio José Pedroso Neto Pedroso

1. Desenvolvimento Regional. 2. Pós-graduação. 3. Estudos regionais. 4.
Espaço social. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

NAILDE GONÇALVES DA SILVA

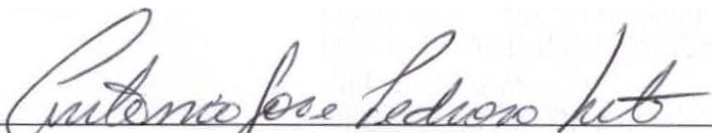
**"DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO ACADÊMICA
DOS ESTUDOS REGIONAIS"**

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação
em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal
do Tocantins para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antônio José Pedroso Neto

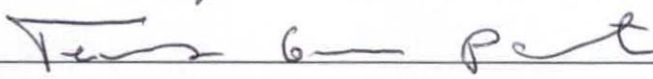
Aprovada em 28/06/2019.

BANCA EXAMINADORA:




Prof. Dr. Antônio José Pedroso Neto (Orientador)

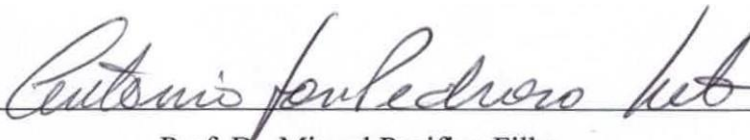
Banca:



Profa. Dra. Ternis Gomes Parente



Prof. Dr. Marcelo Brice Assis Noronha



Prof. Dr. Miguel Pacifico Filho

Dedicatória:

Ao meu pai *in memoriam*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela sua infinita bondade e misericórdia, por ter me guiado até aqui e ter me concedido alcançar mais uma vitória em minha vida.

Escrever uma dissertação consiste em um trabalho intenso e muitas vezes solitário. Mas, esse processo de construção consiste também em uma nova descoberta, por vezes angustiante e difícil, que resulta posteriormente em um produto acadêmico, com diversas contribuições de diferentes pessoas, ora de cunho emocional, ora científico.

À minha mãe Maria do Carmo, às minhas irmãs Nadja e Nadjane, por contribuírem para que este momento se tornasse realidade, por meio de sua confiança e oração; aos meus irmãos que, apesar de não compreenderem a relevância dos estudos, apoiaram-me.

Ao meu orientador, Professor Dr. José Antônio Pedroso, pela orientação criteriosa, segura, competente e receptiva, compartilhando seus conhecimentos e sua sensibilidade para construção deste trabalho. Sem dúvida, sua orientação foi fundamental.

Agradeço também aos professores/as do programa, que possibilitaram um olhar diferenciado sobre: políticas públicas, economia, gênero, desenvolvimento urbano e regional. Em especial, agradeço aos/às professores/as: Helga Midori, Temis Gomes Parente, Juliana Ricarte, José Antônio Pedroso Neto, Nilton Marques de Oliveira, João Barzoli Aparecido, Waldecy Rodrigues.

À inestimável turma 2017-2019 do mestrado em Desenvolvimento Regional da UFT, pelo conhecimento, contribuição e dedicação durante as aulas e os seminários. Foi uma convivência muito gratificante enriquecida com troca de ideias, que nos ajudaram a superar os desafios do curso. Em especial, agradeço às amigas, que levarei para a vida: Antônia Saraiva, Patrícia Aguiar Tavares, Cassia Moraes, Juliana Pontes, à amiga de longas andanças Carina Géssika Irineu do Monte, juntas mais uma vez pela academia.

Às minhas amigas: Silvana Luna de Andrade (por suas imensas contribuições acadêmicas, que por meio do diálogo, possibilitou o aprimoramento das minhas ideias, e conseqüentemente dos meus trabalhos); Micheline Cristina Rufino Maciel (pelas conversas filosóficas, ideias e revisões); Jaqueline Ferreira Holanda de Melo (essa tenta me convencer a escrever um livro, talvez um dia); Ângela Silva (por seus préstimos e incentivo, nesta louca jornada de viver); Daisyvângela Eucremia (por acreditar em mim, mesmo quando eu não acreditava); Zênia Tavares (sou sua fã, admiro você demais); Ana Paula Pantaleão (altas consultas de psicoterapia, que com certeza contribuíram para melhorar minha vida); Camila Aparecida Cerino (altos papos filosóficos regados a carinho e muitas risadas); Maria Isabel

Tavares (pelas nossas andanças, aventuras, risadas e muito incentivo); Rosineide Lima (aqui foram muitos anos de leitura coletiva, que com certeza me ajudaram a chegar até aqui); Tereza Silva (por seu apoio, carinho e atenção); Julia Silva (por seu carinho e atenção); Taigra Maria (nossas conversas sobre livros foram tops demais); Josineide de Oliveira (por seu carinho e reconhecimento); Zilda Ferreira de Souza (por ser um mar de tranquilidade em minhas angústias); Cassia Sobreiro Bento (por sempre me receber em sua casa). Alana Ribeiro Marçal (altos papos e risadas).

Aos meus amigos: Ivaldo Constantino (que sempre me incentivou a buscar o melhor para mim); Adauto Santos (por seus incentivos e seus carinhos por mim); Rynelandes Silvestre (por seu carinho e atenção); Benjamim Borges (pelas altas conversas filosóficas sobre Bourdieu, a vida e os estudos); João Isidro dos Santos (por nosso reencontro depois de longos anos, uma surpresa maravilhosa).

Aos casais: Elisangela Maria Lopes e Weliton Borges; Cassia Moraes e Kened Braga, Roseneide G. V. Nepomuceno e Ramon Nepomucemo Bezerra; por sempre abrirem suas casas para me receber enquanto cursava as disciplinas e até hoje.

Os membros da banca: Professora Temis Gomes Parente, Marcelo Brice Assis Noronha e Miguel Pacífico Filho, pela imensa contribuição para melhorar meu trabalho.

Aos meus filhos/as felinos/as: Meia-Noite, Frida e Chorão, que me acompanham na hora dos estudos e angústias.

Às Servidoras técnicas-admirativas Michele Silva Costa Sousa e Sônia Regina Carvalho Silva, pelos excelentes serviços prestados aos/às alunos/as no programa de Desenvolvimento Regional da UFT.

A todas as pessoas que contribuíram antes de entrar para meio acadêmico e aqueles que contribuíram para eu conquistasse mais essa vitória.

“Para quem tem fé a vida nunca tem fim”
O Rappa

RESUMO

Nos últimos anos houve um aumento significativo de produções acadêmicas nos programas de pós-graduação (nível mestrado e doutorado) dos cursos de desenvolvimento regional, associado a diversas reflexões na atualidade. Desse modo, a presente pesquisa teve como propósito compreender os estudos realizados sobre desenvolvimento regional nos programas de pós-graduação do contexto brasileiro. Neste sentido, as reflexões a respeito do desenvolvimento regional na atualidade são fundamentais para o enriquecimento do debate no espaço dos programas de Pós-Graduação. Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo investigar a produção acadêmica nos programas de pós-graduação dos cursos de Desenvolvimento Regional no Brasil. A metodologia foi configurada a partir da pesquisa documental por meio dos dados de área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia (PLURD) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tratados com uma Análise de Correspondência Múltipla (ACM), visando explorar o maior número de dados correlacionados. Ao longo do trabalho, buscaram-se reflexões teóricas sobre as pós-graduações brasileiras, baseadas nas discussões teóricas de Bourdieu sobre campo social, cujas reflexões foram fundamentais para a compreensão do universo estudado. A partir dos resultados foi possível perceber que, referente a produção acadêmica sobre Desenvolvimento Regional, este não apresentou um tema específico, embora tenha sido observada uma multiplicidade de temáticas. A pesquisa tratou de 243 produções acadêmicas entre teses e dissertações no ano de 2016, de 15 programas da área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia. Esses cursos da área do PLURD iniciaram suas atividades há mais de vinte anos atrás, apresentam-se consolidados na referida área. Os resultados apontaram ainda que a Região Sul concentra a maior parte dos cursos com o nome *Desenvolvimento Regional* e suas instituições de ensino se concentram no interior, bem com os da Região Sudeste. Os cursos que ficam na Região Norte, Nordeste e Centro Oeste, localizam-se nas grandes capitais. Sobre o perfil dos discentes em 2016, verificou-se a prevalência do sexo feminino, estas oriundas de instituições privadas e com múltiplas graduações. Entre os docentes, os resultados revelaram que o sexo masculino configurou maioria, sendo estes oriundos de instituições privadas, públicas e internacionais. E ainda, atrelado a isto, ficou evidente que os docentes seguiram a mesma linha de estudo da graduação ao longo da pós-graduação. Assim concluímos que a multiplicidade dos cursos envolve inúmeras temáticas correlacionadas ao termo desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Pós-graduação; Estudos regionais; Espaço social.

ABSTRACT

In recent years, there has been a significant increase in academic production in postgraduate programs (master's and doctorate level) of regional development courses, associated with various reflections today. Thus, this research aimed to understand the studies conducted on regional development in graduate programs in the Brazilian context. In this sense, the reflections on regional development today are fundamental for the enrichment of the debate in the postgraduate programs space. Thus, this research aimed to investigate academic production in graduate programs of Regional Development courses in Brazil. The methodology was configured based on documentary research using data from the Urban and Regional Planning / Demography (PLURD) area and the Higher Education Personnel Improvement Coordination (CAPES), treated with a Multiple Correspondence Analysis (ACM), to explore the largest number of correlated data. The methodology was configured based on documentary research using data from the Urban and Regional Planning / Demography (PLURD) area and the Higher Education Personnel Improvement Coordination (CAPES), treated with a Multiple Correspondence Analysis (ACM), to explore the largest number of correlated data. Throughout the work, we sought theoretical reflections on Brazilian postgraduate studies, based on Bourdieu's theoretical discussions on the social field, whose reflections were fundamental to the understanding of the studied universe. From the results, it was possible to notice that, regarding the academic production about Regional Development, it did not present a specific theme, although a multiplicity of themes was observed. The research dealt with 243 academic productions between theses and dissertations in 2016, 15 programs in the area of Urban and Regional Planning / Demography. These PLURD courses began their activities more than twenty years ago, and are consolidated in that area. The results also pointed out that the South Region concentrates most of the courses with the name Regional Development and its educational institutions are concentrated in the interior, as well as those of the Southeast Region. The courses that are in the North, Northeast and Midwest, are located in the major capitals. Regarding the profile of the students in 2016, it was verified the prevalence of females, who came from private institutions and with multiple degrees. Among the teachers, the results revealed that the male gender constituted a majority, being from private, public and international institutions. And, linked to this, it was evident that the teachers followed the same line of study of undergraduate throughout postgraduate. Thus we conclude that the multiplicity of the courses involves numerous themes related to the term development.

Keywords: Regional development; Postgraduate studies; Regional studies; Social Space.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Espaços dos Trabalhos	84
Quadro 2: Categorias Ativas Analisadas.....	85
Quadro 3: Principais Temas de Pesquisa.....	98

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACM.....	Análise de Correspondência Múltipla
CAPES.....	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
RURALTINS.....	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
PLURD.....	Planejamento Urbano e Regional e Demografia
PPG.....	Programa de pós-graduação
SPAD.....	Coheris AnalyticsSpad
UFRPE.....	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFT	Universidade Federal do Tocantins
ONU	Organização das nações Unidas
UNC.....	Universidade do Contestado
FACCAT	Faculdades Integradas de Taquara
FURB.....	Fundação Universidade Regional de Blumenau
UNICAFS.....	Universidade Salvador
UFRR.....	Universidade Federal de Roraima
UEPB.....	Universidade Estadual da Paraíba
UNIJUÍ.....	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNIFP	Universidade Federal do Amapá
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UEMS.....	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
UNISC.....	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNITAU.....	Universidade de Taubaté
UTFPR.....	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. Introdução.....	14
1.1 Questionamento da pesquisa	17
1.2 Objetivos	17
1.2.1. Objetivo Geral	17
1.2.2. Objetivos específicos.....	17
1.3 Justificativa.....	17
1.4 Estrutura do Trabalho	18
2. Referencial Teórico	20
2.1 História e Desenvolvimento	20
2.2 Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Sustentável, Etnodesenvolvimento e Desenvolvimento Local.....	29
2.3. Espaço Social e Campo Científico	39
2.4. Capes e Pós-Graduação	47
3. Metodologia.....	57
3.1. Variáveis e suas categorias (discentes).....	60
3.2. Variáveis e suas categorias (docentes)	69
3.3. Variáveis e suas categorias dos programas de pós-graduação	79
3.4. Análise dos resultados (Características sociais dos trabalhos).....	84
3.5. Os eixos fatoriais	84
3.6. Descrição dos eixos 1 e 2	88
3.7. As três nuvens de características compartilhadas pelos trabalhos.....	92
3.8. Análises das categorias dos discentes e docentes que não entra na nuvem de modalidade	96
3.9. Temas de pesquisa na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia.....	98
4. Considerações Finais	108
5. Referências Bibliográficas	112

1. INTRODUÇÃO

Explicar o termo Desenvolvimento não é tarefa simples, uma vez que, entre conceitos, debates e estudos sobre o tema, existem muitas contestações. Assim, tomaremos como base alguns dos/as principais autores/as sobre a temática e abordaremos suas facetas, com o propósito de levantar argumentos norteadores que justifiquem o seu valor conceitual. As abordagens sobre as diferentes formas de Desenvolvimento foram contextualizadas neste trabalho, a partir de uma perspectiva histórico-econômica. Assim, expusemos conceitos sobre Desenvolvimento, Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Sustentável, Etnodesenvolvimento e Desenvolvimento Local, temáticas que se fazem importantes para a compreensão do universo estudado.

Esta pesquisa propõe analisar a relação entre o espaço social e o ambiente universitário, na área do Desenvolvimento Regional. Desse modo, Bourdieu explica que a noção do espaço social é uma representação do mundo social em forma de um espaço, com múltiplas dimensões, baseada em princípios de diferenciação construídos a partir de propriedades que atuam no universo social e são detentoras de poder. Neste espaço, não só um agente, mas um grupo de agentes é definido pelas posições que ocupam (BOURDIEU, 1989). Sendo assim, em relação ao ambiente universitário, compreendemos os agentes como os/as acadêmicos/as que contribuem com pesquisas sobre determinado campo de estudo, por meio de um processo de trabalho coletivo entre orientadores/as e orientandos/as. Neste trabalho, daremos ênfase à produção acadêmica realizada seja pelos/as orientadores/as, seja pelos/as orientandos/as.

O interesse em estudar a área do Planejamento Urbano e Regional/Demografia nasceu a partir dos estudos da disciplina Teorias do Desenvolvimento, já que ao pesquisarmos os artigos, observamos muita incidência do termo “Desenvolvimento Regional”, e ao buscarmos as dissertações e teses na área, o referido termo não se apresentava tão frequente nos títulos das produções acadêmicas. Neste contexto, optamos por estudar as dissertações e teses.

A metodologia escolhida para realização desta dissertação consiste na combinação de métodos e técnicas complementares. De início, foi desenvolvido um estudo exploratório e de base documental através de artigos, livros, periódicos, dossiês, documentos de áreas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, considerando desta maneira, essa etapa como fundamental na coleta de dados e elaboração do aporte teórico da pesquisa.

Para alcançar os objetivos, prosseguimos da seguinte forma: escolhemos a área do Planejamento Urbano e Regional/Demografia (PLURD), por possuir 18 cursos com o nome Desenvolvimento Regional em sua composição, dos quais utilizamos 15 cursos para a pesquisa, uma vez que dois são de mestrados profissionais, e não os consideramos por seu baixo número de pesquisa, e o outro por não possuir produção acadêmica no ano escolhido para análise. A princípio, a ideia inicial era estudar os quatro anos da produção acadêmica (2013-2016), mas no decorrer da pesquisa observamos que seria pouco provável que pudessemos terminar em tempo hábil, em razão da quantidade de dados que foi identificada. Dessa forma, ficamos com o último ano do fechamento do quadriênio da CAPES, ou seja, 2016. E assim, encontramos 245 produções finalizadas em pós-graduação, das quais 221 são dissertações e 24 são teses.

Para a análise da pesquisa, utilizamos 243 produções, sendo 24 teses e 219 dissertações, duas delas não foram utilizadas por faltarem informações imprescindíveis. Coletamos essas informações de três formas: 1. Currículo *Lattes*; 2. Dados referentes a áreas da CAPES; e 3. Informação nas páginas oficiais das universidades para então montar uma Análise de Correspondência Múltipla (ACM). Ao trabalharmos com diversas variáveis para a coleta e a análise dos dados, foi usado o software estatístico, *Coheris Analytics* (SPAD) para efetivar a análise de correspondência múltipla.

As informações coletadas referentes aos **discentes** foram:

- Títulos das dissertações e teses;
- Gênero (por auto declaração no *Lattes*);
- Curso de graduação: instituição do curso de graduação, cidade do campus (graduação);
- Ano de conclusão da graduação;
- Curso de mestrado: instituição onde cursou o mestrado, cidade do campus onde cursou o mestrado, ano de conclusão do mestrado;
- Curso de doutorado: instituição onde cursou o doutorado, cidade do campus onde cursou o doutorado, ano de conclusão do doutorado e;
- As três primeiras palavras-chaves dos resumos das teses e dissertações.

As informações referentes os/às **orientadores/as** foram:

- Gênero (por auto declaração no *Lattes*);

- Curso de graduação: instituição onde cursou a graduação, cidade do campus (graduação), ano de conclusão graduação;
- Curso de mestrado: instituição onde cursou o mestrado, cidade do campus (mestrado), ano de conclusão do mestrado;
- Curso de doutorado: instituição onde cursou o doutorado, cidade do campus doutorado, ano de conclusão doutorado.

As informações referentes aos **cursos** foram:

- Programas com mestrado e doutorado;
- Instituição do programa de pós-graduação;
- Nota da Capes no referido ano;
- Ano de início do mestrado;
- Região do país;
- Ano do início do doutorado;
- Cidade do campus (programa);
- Região da cidade do campus;
- A categoria administrativa da instituição.

Nesta representatividade do Desenvolvimento Regional, foi percebido que durante essas últimas décadas, com o crescimento significativo das pós-graduações, as áreas da CAPES e seus processos de avaliação, especificamente a área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia vem sendo estudadas; as pesquisas mostram uma produção acadêmica diversificada em seus âmbitos. Partindo desse propósito, foram escolhidos para fundamentar essa pesquisa três trabalhos ligados à área.

A escolha foi feita mediante suas singularidades, visto que um foi o estudo do próprio sistema avaliativo da CAPES ao qual resultou num processo de modificação da avaliação (CARMO E SHIMODA, 2018); o outro reflete sobre o quantitativo de mulheres dedicadas à produção acadêmica desenvolvimento regional (Negherbon *et. al*, 2018). E o último que buscou identificar as publicações com a temática *desenvolvimento regiona* na base do *Scopus*¹ (AQUINO *et. al*, 2018).

¹Scopus é um banco de dados de resumos e citações de artigos para jornais/revistas acadêmicos. Abrange cerca de 19,5 mil títulos de mais de 5.000 editoras internacionais, incluindo a cobertura de 16.500 revistas peer-reviewed nos campos científico, técnico, e de ciências médicas e sociais (USP, 2019.)

1.1 Questionamentos da pesquisa.

Desse modo, o presente estudo procurou entender, a partir de alguns questionamentos, qual a tomada de posição em relação ao termo *desenvolvimento regional* nos programas de pós-graduação da área do PLURD, no ano de 2016.

1.2 Objetivos

Considerando essa perspectiva, a pesquisa buscou justamente conhecer o espaço social acadêmico brasileiro, no qual observou a tomada de posição dos docentes e discentes dos cursos de desenvolvimentos regionais, através de suas pesquisas acadêmicas findadas.

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar a produção acadêmica nos programas de pós-graduação dos cursos de Desenvolvimento Regional no Brasil, na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar os cursos de pós-graduações da área em nível nacional;
- Identificar teses e dissertações produzidas nos cursos de mestrado e doutorado em Desenvolvimento Regional;
- Verificar a produção acadêmica na perspectiva das palavras-chaves das teses e dissertações. E identificar quem são esses pesquisadores/as e qual o período da pesquisa;
- Caracterizar os discentes e docentes da área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

1.3. Justificativa

A presente pesquisa partiu da curiosidade de investigar esses cursos de Desenvolvimento Regional no Brasil e seus desdobramentos, por meio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), no qual a pesquisadora e o docente-orientador buscaram compreender e explicar o espaço social da produção acadêmica destinada ao Desenvolvimento Regional, com base nos dados da CAPES referentes a 15 programas de pós-graduação. Para a efetivação da pesquisa, foram analisados os trabalhos realizados no ano de 2016, como teses e

dissertações. Também foi realizada a contextualização dos programas inseridos na área de Planejamento Urbano e Regional/ Demografia.

É relevante registrar que a escolha da temática para a realização desta pesquisa também nasceu a partir da inquietação da pesquisadora, desde a trajetória acadêmica vivenciada ainda durante a graduação em Economia Doméstica na Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE, vinculada a projetos de Pesquisa e Extensão, perpassando pela experiência profissional como Extensionista Rural de assistência Técnica e Extensão Rural – ATER relacionada a programas de políticas públicas para os/as agricultores/as familiares, os quais contribuem para fomentar o desenvolvimento local e regional no Estado do Tocantins. Desta forma, foi a partir da minha inserção no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional que houve a oportunidade de aproximação da temática e aprofundar estudos referentes ao “Desenvolvimento Regional”.

Ademais, é importante sinalizar que tal pesquisa contribuiu para que a pesquisadora agregasse à sua atuação profissional, de modo a refletir sobre a própria Economia Doméstica, profissão da pesquisadora, o qual desde o seu estudo e profissionalização no país tem contribuído para o Desenvolvimento Regional, mas academicamente, ainda pouco se posiciona. Prova disto, é que, no rol dos docentes vinculados às pós-graduações estudadas, não há registro de formação de origem nesta área, o que também se revelou no corpo discente estudado, embora seja uma área integrante das Ciências Sociais Aplicadas da CAPES.

Deste modo, a pesquisa se fez relevante, tendo em vista que pôs-se em evidência estudos que já foram realizados sobre Desenvolvimento Regional nos Programas de Pós-graduação no contexto brasileiro. Sob essa perspectiva, a pesquisa contribui para ampliação do debate sobre a própria produção acadêmica a respeito do Desenvolvimento Regional nos programas de Pós-graduação no Brasil. Tal trabalho tem a característica ímpar, por cotejar ambiente universitário e espaço social na perspectiva de Bourdieu, contribuindo de modo diferenciado para observar o desenvolvimento, ampliação e visibilidade do campo de estudo mencionado.

1.4 Estrutura do trabalho

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro, faremos uma reflexão sobre o desenvolvimento, destacando os principais autores como: Little (2002); Oliveira (2002); Pereira (2006); Furtado (1980;1994; 1961); Diniz (2009) Souza (2012) e Silva (2011), chamando atenção para a sua contextualização histórica e suas principais

características. Além disso, tal capítulo também explora conceitos como Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Sustentável, Etnodesenvolvimento e Desenvolvimento Local, temáticas que se fazem importantes para a compreensão do universo da pesquisa. Já no segundo capítulo, expomos o embasamento teórico de Bourdieu, a respeito do espaço social. O terceiro capítulo abordará o debate sobre a CAPES e as Pós-graduações do Brasil. O quarto e último capítulo ficará dedicados aos procedimentos metodológicos, destacando quais foram às técnicas e procedimentos utilizados para responder à problemática da pesquisa, de modo a contemplar ainda os resultados e discussões da análise. A guisa de conclusão é apresentado às considerações finais e as possíveis contribuições e sugestões do estudo para o debate acadêmico atual.

2. REFERENCIAL TEORICO

2.1. HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo, abordamos as temáticas: desenvolvimento regional, desenvolvimento sustentável, etnodesenvolvimento e desenvolvimento local. O objetivo é de expor o que alguns autores/as como Little (2002); Souza (2012); Pereira (2006); Silva (2011); Furtado (1980;1994;1961); Diniz (2009) Oliveira (2002) entre outros, refletem sobre desenvolvimento, apontando que o tema a ser explorado é fonte de inúmeras definições e controvérsias. Os/as referidos/as autores/as seguem diferentes linhas de pesquisa (economia, história, sociologia, direito, entre outros), distintas áreas de conhecimento, o que permite um aporte teórico para compreender o que é desenvolvimento dentro da perspectiva a ser explorada.

Deste modo, definir desenvolvimento não é algo simples, visto que, entre conceitos e estudos sobre o tema, existem muitas controvérsias, como vemos:

Poucos são os outros conceitos nas ciências sociais que se têm prestado a tanta _ controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam em si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejudica (SCATOLIN, 1989 apud SILVA, 2011, p. 26).

Este processo histórico ganha admiradores desde “A Riqueza das Nações” de Adam Smith, quando em seus escritos destacava a formação da riqueza interna do país, expondo o processo de funcionamento e a forma de aumentar os mercados, de modo que o custo de produção fosse menor para viabilizar essa produção, conseqüentemente, gerasse mais lucro. Assim (Souza, 2012, p. 2) reforça que “O desenvolvimento ocorre com o aumento da proporção dos trabalhadores produtivos em relação aos improdutivo; pela redução do desemprego e elevação da renda média do conjunto da população”.

Segundo Furtado (1980; 1994), a utilização da palavra desenvolvimento difundiu-se a após a II Guerra Mundial, como forma de diferenciar um país dos outros. O processo de desenvolvimento não é “natural”, envolve questões históricas, econômicas e sociais.

No contexto histórico, existem diversas correntes abordando o tema em tela, porém as mais difundidas são as teorias clássica e neoclássica sobre conceito de desenvolvimento. Uma implica discutir crescimento econômico baseado no acúmulo de capital, sem observar e entender o processo de distribuição; a outra indica o crescimento econômico como processo para desenvolvimento, no entanto, esse aspecto não exclui o desenvolvimento, em

alguns aspectos elas se complementam (SCATOLIN, 1989, p.24 apud OLIVEIRA, 2002; SILVA, 2011).

Autores como Myrdal (1965) e Sen (2000) explicam sobre crescimento e desenvolvimento. Para Myrdal (1965), o desenvolvimento econômico não é o mesmo para todos, uma vez que nos países subdesenvolvidos sua produção está ligada aos bens primários, cujo valor de mercado é baixo, ao contrário dos países desenvolvidos que investem em economia de escala e acesso à tecnologia que acarreta o desenvolvimento e o crescimento de suas indústrias (MYRDAL, 1965). Já para Sen (2000), o desenvolvimento não é só acumulação de capital e a soma das riquezas nacionais, mas um fator a ser analisado, pois o modelo de desenvolvimento que pregam esgota os recursos naturais e incrementa as diferenças sociais. O autor expressa ainda que as liberdades substanciais das pessoas é o meio e o fim do desenvolvimento.

Ainda a respeito do referido autor, as pessoas não devem ser privadas de participação ou expressão, mesmo que elas não conheçam ou queiram participar ativamente desse processo. Neste contexto, o fato de não poder escolher seria uma privação de sua liberdade. Essas liberdades são um passo fundamental para o processo do desenvolvimento (SEN, 2000).

Por outro lado, o papel constitutivo está relacionado à liberdade substantiva, que envolve poder se livrar de privações de comida, evitar a subnutrição, a mortalidade prematura, além de ter acesso a ler, escrever e fazer cálculos básicos, livre-arbítrio político e informação, participação e liberdade de expressão (SEN, 2000).

Em relação ao papel instrumental, o autor expressa uma inclusão de oportunidades, garantia de direitos. Dessa forma, as liberdades humanas contribuem para promoção do desenvolvimento. Sen (2000) entende que algumas dessas liberdades instrumentais integram umas às outras, visto que seguridade social, transparência política e garantia social contribuem para as pessoas viverem mais livremente. Nessa perspectiva, o desenvolvimento é um dos fatores da liberdade e a tecnologia, pesquisas, investimento, inovação, e capital humano e social contribuem para o desenvolvimento econômico (SEN, 2000).

Para Sandroni (1994 apud Oliveira, 2002), o Desenvolvimento Econômico significa crescimento econômico, pautado na qualidade de vida dos cidadãos e em alterações na estrutura econômica. Neste contexto, o autor expressa que para se alcançar o desenvolvimento deve ser levada em conta a especificidade de cada região ou país, pois estão ligados diretamente à sua história, geografia, cultura e recursos naturais disponíveis.

Segundo Oliveira (2002):

O Desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordens, econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que crescimento-incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer dentre outras (OLIVEIRA, 2002, p.40).

Oliveira (2002) aponta que o desenvolvimento está atrelado ao crescimento econômico, em que busca viabilizar uma melhor qualidade de vida para as pessoas, compreendendo recursos econômicos como importante para gerar indicadores de bem-estar social e econômico.

Nesse sentido, entende-se como desenvolvidas as sociedades que produzem constantemente. Este é um dos fatores que levam as nações a seguir esse caminho para se desenvolver, visto como sinônimo de crescimento, visando à acumulação de bens e capital, sem observar os efeitos indesejados dessa acumulação desordenada (CASTORISDIS, 1987 apud OLIVEIRA, 2002).

Para Oliveira (2002), os escritos sobre o desenvolvimento continuamente vinculam desenvolvimento à capacidade industrial, porque a indústria favorece os crescimentos econômicos em muitos países. Assim, vários países buscam se industrializar de forma a crescerem economicamente. Segundo o autor, nas décadas de 1950 a 1970, a América Latina e o Brasil buscaram políticas desenvolvimentistas, baseadas na industrialização e acumulação de capital, visando um crescimento do produto interno e da renda. Dessa forma, substituiriam as importações pela produção nacional, assim a produção interna teria uma proteção contra a concorrência estrangeira, através de taxas e tarifas para os produtos importados. Com isso, os governos acreditam ter desenvolvido o país por meio da industrialização.

Na concepção de Vieira e Santos (2012), as diversas teorias sobre desenvolvimento econômico expressam a tecnologia como fator que acelera a produtividade do trabalho, no entanto, sem observar outros fatores como sociais e culturais. Essas atividades não geram melhores distribuições de renda e essas tomadas de posições viabilizam apenas bens materiais, sem levar em conta outros fatores para se alcançar o desenvolvimento. Por isso:

Entende-se o desenvolvimento econômico como um processo dinâmico por meio do qual a quantidade de bens e serviços produzidos por uma coletividade em unidade de tempo determinada tende a crescer mais rapidamente que ela. O desenvolvimento ocorre de forma quantitativa e qualitativa. Representa um aumento da oferta de bens e serviços per capita, altera as técnicas produtivas, a distribuição do rendimento e o comportamento da mão de obra (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 358).

Neste contexto, poucos países são industrializados e o desenvolvimento ocorre pela concentração de renda e riqueza em nível mundial. Assim, Souza (2012) explica que a quebra da bolsa de Nova York em 1930 agravou ainda mais a situação das pequenas empresas que estavam no processo de formação e industrialização, além dos assalariados. Assim sendo, o desenvolvimento e crescimento econômico precisam se solidificar, através de um equilíbrio que permita atender às demandas de diferentes regiões e países, bem como atender às necessidades das diferentes classes sociais. De acordo com a autora, a expressão países subdesenvolvidos expressa crescimento demográfico, baixa concentração de renda e riqueza e pouco crescimento econômico, assim:

A economia subdesenvolvida caracteriza-se, ainda, pela instabilidade e pela dependência econômica, tecnológica e financeira em relação aos países desenvolvidos. A base exportadora, insuficiente e instável, nem sempre consegue causar impactos significativos no setor de mercado interno (SOUZA, 2012, p.12).

Para Souza (2012), o próprio crescimento econômico limita a economia porque o desenvolvimento seria um processo com várias etapas e processos, tais como: economia através da produção de subsistência, economia da produção interna para exportações e novos processos tecnológicos, além da economia para o consumo. Dessa forma, haveria acesso a bens e serviços para população.

O desenvolvimento, na concepção de Vieira e Santos (2012), está relacionado ao aumento da produção, que é vinculada ao crescimento econômico, porém, com modificações em sua estrutura, na qual determinam a mudança na forma de produção e distribuição de renda, assim:

O aumento da produtividade do trabalho só é possível com melhor utilização dos recursos, o que implica acumulação de capital, inovação tecnológica e realocação dos recursos que acompanham o aumento do fluxo de renda condicionado pela composição da procura, que é a expressão de valores da sociedade (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 357).

Pereira (2006) explica que o desenvolvimento econômico está ligado ao acúmulo de capital e aumento de produção. Ele afirma que para um país crescer é necessário observar seu acúmulo de capital e seu avanço tecnológico e que isso só ocorre através das instituições formais como políticas, leis informais, práticas sociais, costumes, as quais devem corroborar para o desenvolvimento. Segundo este mesmo autor, para um país ser desenvolvido economicamente é preciso um estado legítimo politicamente, organizado para cobrar impostos e impor sanções e leis específicas. Nas palavras de Bielschowsky (1996, p. 431), o desenvolvimento é “[...] definido como ideologia de superação do

subdesenvolvimento através da uma industrialização capitalista, planejada e apoiada pelo Estado”.

Portanto, o desenvolvimento econômico é consequência de uma política tática, que relaciona e orienta seus recursos, buscando investimentos econômicos. Assim, pensar o desenvolvimento e a economia implica pensar melhor qualidade de vida para as populações, porém, isso constitui paridade na renda distribuída, por que os ricos e a classe média almejam para si um aumento do seu padrão de vida e não para toda a população (PEREIRA, 2006).

O referido autor expressa que o desenvolvimento econômico está ligado ao aumento da renda, beneficiando toda a população, porém, o desenvolvimento se concentra no acúmulo de renda, o que acarreta exclusão já que os mais pobres quase sempre não poderão se beneficiar dos frutos do desenvolvimento. Para o autor, crescimento e desenvolvimento são distintos, pois o crescimento é considerado como aumento da renda per capita, e o termo “desenvolvimento” implica modificações políticas, sociais e estruturais. Entretanto,

Nas situações normais, as mudanças tecnológicas e de divisão do trabalho que ocorrem com o aumento da produtividade são acompanhadas por mudanças no plano das instituições, da cultura, e das próprias estruturas básicas da sociedade (PEREIRA, 2006, p. 211).

Levando em consideração este contexto, pode se dizer que o crescimento está associado, sobretudo, a aspectos econômicos, especialmente a renda. Já o desenvolvimento a elementos políticos e sociais. Assim, segundo Vieira e Santos (2012) crescimento econômico e desenvolvimento econômico perpassam por questões políticas, já que esse poder político: “associa produção de recursos com sua distribuição em função da força política dos atores sociais” (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 347). Pautado, apenas crescimento da produção e renda e assim:

Para explicar melhor o conceito de desenvolvimento, pode ser usado o termo produtividade social, que pode ser definida, não apenas como a quantidade e a qualidade da produção de bens e serviços, em uma determinada comunidade num certo período, mas também como esses bens e serviços produzidos contribuem para o bem-estar das pessoas e como eles são distribuídos no grupo (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 350).

Na concepção de Mantega (1998), crescimento e desenvolvimento não expressam diferenças e sim semelhança, já que ambas objetivam a mesma coisa. As teorias sobre desenvolvimento procuraram organizar a industrialização e produção dos países em atraso. Para Mantega, os marxistas observaram a relação de exploração que o capitalismo criava,

porém não elaboraram e nem contribuíram para criar uma teoria desenvolvimentista que retificasse essa situação.

Neste sentido, os economistas ligados à Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) em meados dos anos de 1940 começaram a diferenciar desenvolvimento do crescimento, pois um visa à quantidade e outra a qualidade, que envolve a estrutura, a economia e a sociedade, apontando que as teorias por si só não encontram soluções para as economias em atraso. Portanto, o crescimento se apresenta como solução para o desenvolvimento dos problemas humanos (SCATOLIN 1989, p.15 apud OLIVEIRA, 2002). Assim, o crescimento econômico e o desenvolvimento, mesmo com tanta controvérsia sobre eles implicam em um dos fatores que contribuem para minimizar ou superar a pobreza (OLIVEIRA, 2002).

Para Vieira e Santos (2012), a discussão sobre desenvolvimento ganhou força no Brasil por meio da Companhia Econômica para a América Latina (CEPAL), que já debatia a economia, atrelada ao desenvolvimento regional. Para essa Comissão, o Brasil só se desenvolveria economicamente através da industrialização, substituindo as importações e:

O debate entre as principais correntes de pensamento econômico brasileiro em relação às políticas desenvolvimentistas do país está diretamente associado ao processo de industrialização e à participação do Estado na economia. A preocupação maior está na estratégia de crescimento econômico e nas relações com o setor externo e a política de desenvolvimento; a melhora na qualidade de vida fica em segundo plano. Deste modo, o desenvolvimento social preconizado no pensamento cepalino correspondia à expansão industrial e produção de empregos urbanos associados à renovação fabril da economia. Inferia-se que a industrialização provocaria, automaticamente, a elevação da qualidade de vida da população brasileira (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 355).

Os autores referenciados pontuam que a ausência de políticas e as limitações do estado favorecem a exploração dos países ricos aos países mais pobres. Desse modo, apontam que é preciso repensar as questões sobre esse modelo de desenvolvimento imposto, no qual o mesmo “associe o crescimento da produção com a melhora na distribuição e utilização dos bens e serviços em um ritmo que contribua para a melhor qualidade de vida” (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 367).

Souza (2012) aponta que um país é desenvolvido ou subdesenvolvido, na concepção dos economistas, apenas por não ter alcançado ainda o mesmo estado de desenvolvimento e para chegar a esse estado deverá seguir os mesmos meios que os países desenvolvidos. “Associados a essa noção, emergem os modelos que enfatizam apenas a acumulação de

capital, solução simplificadora da realidade, que coloca todos os países dentro da mesma problemática” (SOUZA, 2012, p. 5).

Little (2002) destaca que depois da Segunda Guerra Mundial, o mundo passou a ser dividido e observado em três escalas: primeiro mundo, com economia capitalista e industrializada; segundo mundo, o comunismo soviético e o terceiro mundo com os países subdesenvolvidos. Assim, as ciências sociais buscaram explicações para o desenvolvimento por meio da teoria da modernização. Essa teoria propõe que o processo de transição das *sociedades tradicionais* para a *sociedade moderna*: “[...] a teoria da modernização anunciava implicitamente o suposto fim dos povos indígenas e outros grupos considerados como “tribais” através de sua rápida assimilação aos Estados nacionais novos e modernos” (LITTLE, 2002, p. 34).

E esta teoria da modernização conhecida como *materialismo histórico* aponta como saída para o desenvolvimento e a modernização de suas formas arcaicas de produção e a industrialização de suas economias, sendo assim:

Dentro de ambas as teorias da modernização - a capitalista e a comunista -, o desenvolvimento econômico tinha claras pretensões universalistas: era algo que todos os países deveriam querer e aceitar, já que sua superioridade em relação às formas tradicionais de produção e organização era considerada incontestável (LITTLE, 2002, p. 35).

Portanto, Little (2002) afirma que surge uma nova teoria, em meados da década de 1960, conhecida como a teoria da dependência, apontando as diferenças entre as ideias expressadas pela teoria da modernização. A teoria da dependência ressalta que o primeiro mundo se desenvolveu através da condição de não crescimento do terceiro mundo, ou seja, um desenvolve, o outro não. Assim, a teoria da dependência só se contrapôs à teoria da modernização, e ainda ressaltou que para se desenvolver é necessário crescer economicamente.

Stavenhagen (1985) pontua que o termo desenvolvimento exalta riqueza, industrialização e qualidade de vida para sua população, enquanto o termo subdesenvolvimento aponta pobreza, fome, baixa renda *per capita*, atraso social e cultural.

Furtado (1961) expressa que as palavras desenvolvidas e subdesenvolvidas são para “explicar numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social” (FURTADO, 1961, p.19).

Portanto, para solucionar esse problema, é necessário que o país passe por diversas práticas, elaborando assim, práticas distintas em vários contextos, mirando viabilizar e

acelerar o crescimento econômico. Dessa forma, alguns destacam os recursos naturais como fator de desenvolvimento, outros apontam o capital, tecnologia e educação, porém observou-se que mesmo investindo em todos esses recursos, o atraso ainda não seria resolvido (STAVENHAGEN, 1985).

Stavenhagen (1985) aponta que o crescimento apenas é possível através de instituições políticas, com lei e imposto específicos que universalizam saberes para atingir o crescimento e explica que:

O crescimento e o desenvolvimento deveriam ser alcançados através da introdução de inovações e de uma mudança cultural adequadamente dirigida. Dizia-se que muitos países, dada uma base mínima de tamanho e recursos, poderiam deslanchar um crescimento auto-sustentado, sob certas condições que os técnicos e a comunidade internacional deveriam fornecer (STAVENHAGEN, 1985, p. 14).

Para Souza (2012) as correntes que afirmam que o desenvolvimento é um processo de modificação de uma economia, não observam todos os fatores que levariam a este desenvolvimento. Na visão da autora, desenvolvimento envolve aspectos econômicos e sociais e a preservação dos recursos naturais. Ela define assim o crescimento econômico acelerado e/ou desenfreado que acarreta em um:

[...] desmantelamento de florestas, a exaustão de reservas minerais e a extinção de certas espécies de peixes. A atividade agrícola tende a ocupar vastas áreas de terras onde se encontravam florestas. A urbanização explosiva resultante tem provocado o esgotamento das fontes de água potável. A atividade produtiva pode também poluir os mananciais de água, infestar o ar atmosférico, interferindo o próprio clima e no regime de chuvas, o que afeta a saúde da população. Em outras palavras, desenvolvimento sustentável é o que preserva o meio ambiente, sobretudo os recursos naturais não renováveis (SOUZA, 2012, p.7).

Ao discorrer sobre o termo desenvolvimento é preciso observar a dimensão dos espaços² e território³, que favorece as disparidades entre as regiões e como isso afeta o desenvolvimento equilibrado (THEIS; GALVÃO; 2012). Abordaremos os termos Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Sustentável, Etnodesenvolvimento e desenvolvimento local.

²“ O termo espaço costuma ser associado à distância, vizinhança, distribuição, limites ou fronteiras. É assim que tende a ser empregado por diferentes áreas de conhecimento. Mas ele também pode ser relacionado a uma divisão espacial de do trabalho e referido a uma dada alocação econômica de recursos. Esse é o sentido de 1 espaço usado pela Geografia Econômica e disciplinas afins. Espaço pode ser reportado, ainda ao significado espacial de fenômenos sociais e/ou políticos relevantes. E assim que se entende espaço desde disciplinas como Geografia Social e a Geopolítica, respectivamente” (THEIS; GALVÃO, 2012).

³Com efeito, território, “ um território é um espaço definido e delimitado por e a partir relações de poder [...] um campo de força concernente a relações de poder especialmente delimitadas” (SOUZA, 1997, p. 24). Ou, dito de outra forma, “ o território se defini, mais estritamente, a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza [...] as problemáticas de caráter político, ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas; ” (HAESBAERT, 2009, p.625 apud THEIS; GALVÃO, 2012).

Como observamos até aqui, o termo desenvolvimento envolve aspectos históricos, econômicos, geográficos e sociais, compreender a palavra e suas dimensões, requer olhares holísticos e multidisciplinares.

2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ETNODESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL.

Segundo Theis (2015), o Brasil é um país imenso e diverso, e é um dos mais desiguais do mundo, possuindo história e formação diferenciadas. Desta forma, pensar em uma mudança implica conhecer a realidade brasileira em seus vários aspectos de transformações sociais, econômicos, ambientais e regionais. Como um país periférico de múltiplas culturas, seu desenvolvimento apresenta-se com certa disparidade e controvérsia, de acordo com a explicação de (BRANDÃO, 2010, p. 50-51 apud LASTA 2016).

[...] marcado historicamente por decisivo e contraditório conjunto de inércias, rupturas, conflitos, desequilíbrios e assimetrias e por ser um gigantesco e complexo processo de desenvolvimento desigual de seus espaços regionais e urbanos. Qualquer análise da realidade regional e urbana brasileira deve estar atenta aos fatores de continuidade e rigidez das desigualdades sociais e econômicas presentes no país. Também deve empreender o exame das marcantes persistências e recorrências de assimetrias estruturais entre as diversas regiões e classes sociais, fruto de determinações históricas de longa duração e de outras, mais recentes, que se sobrepõem àquelas mais remotas (BRANDÃO, 2010, p. 50-51 apud LASTA 2016).

Furtado (1997) afirmava que era necessário “desenvolver as técnicas de planejamento adaptadas às peculiaridades das economias periféricas e preparar as equipes que em cada país se encarregaram de levá-las à prática” (FURTADO, 1997, p. 201). Nas palavras do autor, a economia brasileira sofria de diversos problemas estruturais que necessitavam ser solucionados através da integração de métodos planejados.

Ao mesmo tempo em que os pesquisadores discutem desenvolvimento como uma série de processos entre economia e industrialização, entra em pauta a discussão sobre o regional, já que este se expressa através de sua geografia, economia, capital social, cultura entre outros e ainda observa as desigualdades regionais.

Nesta perspectiva, Santos (2008, p. 90) apud LASTA (2016) explica que uma região pode ser caracterizada “como o resultado das possibilidades ligadas a certa presença de capitais fixos exercendo determinado papel ou determinadas funções técnicas e das condições do seu funcionamento econômico”. Assim, um local ou espaço converge sobre si e exerce influência sobre outro.

As questões regionais entraram em pauta nos Estados Unidos na década de 1960, mediante a criação de programas hidrográficos, estabelecendo *Área Redevelopment Administration* (ARA), em 1961, depois modificada para *Economic Development Area*

(EDA), além de um programa específico para os Apalaches, em 1965. A criação dessas instituições e programas visava desenvolver as regiões, entrando em pauta a idealização e o planejamento das políticas de cunho regional, refletindo assim sobre o sistema acadêmico universitário e a concepção de programas de pós-graduação em desenvolvimento regional (DINIZ, 2009).

Segundo estudo feito por Sthorn apud Diniz (2009), na década de 1970, existia um total de 73 projetos ou programas de desenvolvimento regional na América Latina e no Brasil destacamos as políticas públicas para o nordeste e Amazônia. Por outro lado,

[...] nas concepções teóricas de desenvolvimento regional e nas consequências políticas de desenvolvimento regional e urbano daí derivadas. Este marco temporal é datado dos anos 1970, quando a economia mundial vivenciou crises simultâneas e as mudanças do paradigma e do padrão tecnológico: os choques do petróleo de 1973 e 1979, e seus impactos sobre o crescimento econômico; a crise do estado Keynesiano de bem-estar social; a crise urbana; a emergência de um novo padrão tecnológico, liderado pelo paradigma microeletrônica, informática e telecomunicações (DINIZ; CROCCO, 2006 p.9).

Como o processo de desenvolvimento não ocorre uniformemente para as regiões e países, assim o estado surge como interventor e propulsor, procurando diminuir e/ou minimizar as desigualdades regionais, por duas razões básicas, a concepção do pleno emprego e um equilíbrio populacional. Assim, esses fatores refletem fortemente sobre as políticas de desenvolvimento regional. Dessa forma, temos duas situações teóricas, a primeira as institucionais como conhecimento, capital social e cultural, como fator de reconhecimento das competências regionais para combater as disparidades regionais e a segunda é a inovação através de redes de cooperação, informação e sistemas regionais (DINIZ; CROCCO, 2006).

Os responsáveis por essas políticas foram Helmsing (1999) e Jiménez (2002), conforme citação feito por Diniz e Crocco (2006). Definiram as políticas com o objetivo de:

Promover o desenvolvimento das capacidades da região de forma a prepará-la para enfrentar a competição internacional e criar novas tecnologias através da mobilização ou desenvolvimento de seus recursos específicos e suas habilidades próprias (MALLAT, 1998 apud DINIZ; CROCCO, 2006 p. 14).

Em relação à economia regional e urbana existem as políticas específicas regionais para as diversas atividades produtivas, visando alavancar a produção, para isso observando sua *geografia, mercados, portos, infraestrutura básica, capital privado, universidades e centros de pesquisas*. Neste contexto, muitas estruturas produtivas não se integram e cada região deve focar em sua produtividade, integradas ou não com outros segmentos (DINIZ; CROCCO, 2006).

Na concepção de Furtado (2009), a autonomia decisória é um dos principais fatores para uma política de desenvolvimento regional, e o estado com centro de deliberações exerce um papel fundamental sobre as questões regionais e desenvolvimentistas. Segundo o autor, o desenvolvimento só terá êxito a partir de uma integração e participação das áreas urbana e rural.

Portanto, é preciso desenvolver as regiões através de políticas públicas regionais que contribuam para uma competição nacional, mirando uma entrada no mercado internacional. Além disso, faz-se necessário entender o potencial produtivo de cada lugar, segundo suas especificidades, para viabilizar sua produção e competição, com custos e competição adequados (DINIZ; CROCCO, 2006).

Nesta perspectiva, o crescimento das regiões tem efeito cascata, uma região cresce e a demanda por seus produtos impulsionam as demais a crescerem juntas, a partir de empresas instaladas no seu território ou no entorno. Dessa forma, as atividades de base de uma região integram e estimulam a economia regional com a nacional (OLIVEIRA, 2015).

No caso brasileiro, existe uma série de circunstâncias para a construção de uma política pública regional. Segundo Diniz e Crocco (2006):

A experiência acumulada nas últimas décadas, tanto em termo da base institucional quanto das políticas e de seus resultados; b) a dificuldade derivada da inadequação da atual regionalização brasileira, a qual apresenta inúmeras inconsistência para a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento tecnológico; c) a necessidade de uma melhor articulação das diferentes instâncias governamentais (governo federal, estadual, municipal); d) as deficiências dos canais de complementaridade entre as instâncias públicas e privada; e) a conscientização e a criação de mecanismo de apoio às iniciativas locais, diante do reconhecimento de que os processos de inovação e de criação de vantagens competitivas tão fortemente enraizados no ambiente local (DINIZ; CROCCO, 2006 p. 22).

No Brasil, o processo de urbanização desordenada levou a uma forte concentração populacional em alguns estados no Sul e Sudeste, enquanto outras regiões estavam desocupadas ou com baixa ocupação, como é o caso das regiões Centro-Oeste e Norte, e com aglomeração em regiões como o Nordeste, de redes urbanas insuficientes e ineficientes. Porém, essa urbanização trouxe sérias consequências para o campo, através da cultura do consumo, extinguindo essa dicotomia entre campo e cidade (DINIZ; CROCCO, 2006).

Um fator que dificulta a política regional é a extensão territorial brasileira, além do próprio processo político regional que deve ser pensado nacionalmente, como ocorreu nos últimos anos. Atualmente, a própria divisão territorial está ultrapassada, pela diversidade de

cada região, além dos arranjos produtivos locais, que são variáveis para certas áreas, mas nem sempre com dimensões territoriais para se integrar a outras localidades (DINIZ; CROCCO, 2006).

Por outro lado, essa discussão sobre o conceito de desenvolvimento regional exige uma visão do país como um todo, com suas especificidades locais para reordenar e combinar as diferentes regiões, levando em consideração sua cultura, instituições e empresas locais ou regionais, visando uma gestão integrada desse processo (DINIZ; CROCCO, 2006).

Na concepção de Piffer (2009), o crescimento regional depende de sua base econômica, assim, se sua produção extrapola as fronteiras de seu estado, toda sua economia cresce favorecendo a economia da região.

Diniz e Crocco (2006) defendem que essas discussões esboçadas até aqui comportam a compreensão da existência de inúmeros fatores que contribuem para fazer uma região ou local se desenvolver. Essa reorganização dos espaços exige uma política pública voltada para entender o urbano e desenvolver as demais regiões em seu entorno, pois ela é que guia as outras, por meio do:

Reforço da capacidade de investimento; criação de sistemas locais de pesquisa e inovação melhoria do sistema educacional; melhoria da infraestrutura de transporte e telecomunicações; reorientação do sistema de subsídios e incentivos. Torna-se, assim fundamental a institucionalização das instâncias de coordenação e governança de forma multiescalar, com destaque para a gestão metropolitana e para as mesorregiões. (DINIZ; CROCCO, 2006 p. 29).

Neste contexto, Oliveira (2015) explica que um dos fatores para desenvolver uma região são os investimentos públicos e privados, que fomentam o sucesso dessas regiões, enquanto outros, de peso político mais inexpressivo continuam buscando infraestrutura e investimento privado para se desenvolver regionalmente, a exemplo do desenvolvimento do sul e centro oeste do Brasil.

Na década de 1980, surge um novo debate sobre o modelo de desenvolvimento através do documento “Nosso futuro comum”, elaborado na Conferência das Nações Unidas, de 1987. Assim, “[...] o desenvolvimento sustentável é entendido como o crescimento econômico permanente, unido ao desenvolvimento econômico com vistas a melhorias nos indicadores sociais, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação ambiental” (MORETTO; GIANCCHINI, 2006, p. 2).

Oliveira (2002) aponta que as discussões sobre o conceito de desenvolvimento sustentável começaram a ganhar força nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos e

Europa, com as seguintes questões: “1. Preservação ambiental, 2. Administração e desenvolvimento das ciências ecológicas nos trópicos; 3. Ambientalismo e crise global; 4. Ecologia e conservação do meio ambiente e ambientalismo globalizado”. Segundo o autor, o termo sustentabilidade incide na melhoria da qualidade de vida da população, com aumento da renda *per capita* e diminuição da exclusão social; melhoria na gestão dos recursos disponíveis; proteção ao meio ambiente; alocação adequada dos espaços rurais e urbanos e educação consciente para o consumo, numa perspectiva ambiental, favorecendo assim o consumo de produtos que causam impactos ambientais.

Souza (2012) aponta que essas discussões sobre desenvolvimento sustentável fizeram a Organização das Nações Unidas (ONU) promover uma conferência no Rio de Janeiro, em 1992. Dessa discussão surgiu a Agenda 21, na qual 172 líderes mundiais prometeram minimizar os problemas ambientais, buscando um engajamento social em prol dos problemas sociais e ambientais. No ano de 1997, realizou-se uma convenção onde nasceu o Protocolo de Kyoto, cuja pauta mais uma vez foram os problemas ambientais. No evento, criou-se então esse novo compromisso de “[...] segundo o qual os países industrializados se comprometeriam a reduzir suas emissões combinadas de gases do efeito estufa em pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990 até o período de 2008/2012” (SOUZA, 2012, p. 8). O fato curioso foi que o único país a não assinar e nem se comprometer com este protocolo foram Estados Unidos da América (EUA), explicando que assinar um tratado desse comprometeria sua economia.

De acordo com Souza (2012), em 2002, surge uma nova discussão sobre a sustentabilidade, com a reunião da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, representado por 200 países, em Johannesburgo (África do Sul), cujo foco da discussão foi o crescimento econômico, equidade social e preservação do meio ambiente. Neste contexto, a renda é um dos fatores para atender às necessidades básicas do desenvolvimento e da população.

Na concepção de Veiga (2010), o Desenvolvimento envolve questões estruturais e viabiliza o processo de inovação tecnológica e, através dessa nova tecnologia, conserva seus recursos naturais. Assim, o modo de produção favorável seria produzir mais, com menos desgaste dos recursos naturais. Porém, o resultado do crescimento poderia, de fato, diminuir o impacto ambiental, de acordo com a discussão dos órgãos internacionais. Neste contexto, Veiga (2010) aponta que muitos adeptos dessa corrente de pensamento creem que o crescimento econômico não desgasta o meio ambiente e que esse fato ocorre apenas em países do terceiro mundo.

De acordo com Veiga (2010), nos anos de 1970 ocorreu a primeira regulação ambiental que normatizava alguns critérios sobre a saúde pública e a redução da poluição: “Exigiam que as indústrias empregassem a melhor tecnologia disponível para conformar-se às normas para qualidade do ar e da água, para o controle de substâncias tóxicas e assim por diante” (p. 155). A lei do ar puro de 1970 discorria sobre as responsabilidades das empresas de automóveis que eram obrigadas a reduzir 90% da emissão de dióxido de carbono e de hidrocarbonetos, com os novos processos tecnológicos na década de 1980 e isto se tornou possível.

Para o autor, no início dessa regulação ocorreram inúmeros problemas, a começar pela pouca ou distorcida informação passada aos estados, além da ausência de recursos, definição dos critérios a serem abordados, a forma de coletar esses dados e indicação das fontes de poluição impediram a execução da lei, sendo assim:

[...] os idealizadores da Lei do Ar Puro decidiram impor normas mais exigentes às novas gerações de tecnologias de produção. Isso parecia fazer sentido. Limpar o ar a um custo aceitável é uma finalidade de longo prazo. Velhas fontes de poluição acabariam por se tornar obsoletas. Em termos de custos, parecia muito mais eficiente exigir que novas fábricas e geradores de energia incluíssem em seus projetos tecnologias mais limpas do que adaptar dispendiosamente instalações velhas. Por isso, os requisitos de emissão mais exigentes foram àqueles aplicados a novas fontes poluentes (VEIGA, 2010, p. 156).

Neste contexto, surgem os economistas que entendem que a regulação de incentivos favorece o meio ambiente. Porém, Veiga (2010) discorda e aponta, para os ambientalistas, a concessão de se vender “direitos de poluir” é o mesmo que dizer “você têm autorização para poluir”. Os ambientalistas, na década de 90, acataram as licenças negociáveis, porém com ressalvas, alicerçadas numa regulação que favorecesse a diminuição dos poluentes ao longo dos anos.

Para Veiga (2010), o termo sustentabilidade é distorcido conforme sua necessidade, pois apresenta distintos conhecimentos sobre ecossistemas. Assim, a palavra sustentabilidade incidiu em uma necessidade de uso responsável dos recursos naturais. Porém, definir sustentabilidade acarreta contradição nos debates teóricos.

Segundo o autor, expressar uma definição de sustentabilidade é uma aspiração social, ambiental e econômica, na qual se baseiam as “dimensões social, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional”, para isso:

[...] às dimensões ecológicas e ambientais, os objetivos de sustentabilidade formam um verdadeiro tripé: 1) preservação do potencial da natureza para a produção de recursos renováveis; 2) limitação do uso de recursos não renováveis; 3) respeito e realce para a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais (VEIGA, 2010, p. 171).

De acordo com a Agenda 21 brasileira, Veiga (2010) sinaliza que a palavra desenvolvimento está em processo de construção. Assim, ao existir um compromisso internacional sancionado, entende-se a necessidade de se desenvolver de modo que atenda às necessidades de crescer, reduzir a pobreza e conservar o meio ambiente. Porém, os objetivos e as finalidades são provisórios, por que numa sociedade em constantes mudanças e transformações, serão pensados e atribuídos novos conceitos à construção de uma possível agenda. Na visão de Veiga (2010), o desenvolvimento sustentável, como um processo cheio de contradição, tem pouco êxito, limitando-se apenas a negociar projetos nacionais em ambientes globais.

Stavenhagen (1985) acredita num modelo de desenvolvimento alternativo, já os modelos internacionais de desenvolvimento não favorecem o desenvolvimento em muitos países. Essa maneira de pensar o desenvolvimento alternativo parte de uma perspectiva de reduzir a dependência econômica, além de recusar modelos desenvolvimentistas que não levam em consideração as especificidades de cada lugar ou região. Esta é uma tática que envolve fundamentalmente as pessoas, buscando melhorar a qualidade de vida dos mais pobres e não apenas o crescimento econômico. Desse modo, esse desenvolvimento não responde aos interesses internacionais e sim às necessidades do país.

Stavenhagen (1985) afirma que nenhuma das teorias econômicas discutiu o conceito de diversidade cultural. Neste sentido, Little (2002) pontua que a antropologia medeia as discussões sobre desenvolvimento econômico e diversidade cultural. E que esses programas sobre desenvolvimento excluem os saberes dos “povos e comunidades tradicionais”. Para ele, Stavenhagen (1985), o desenvolvimento perpassa por inúmeras interpretações. Do mesmo modo, conceituar o etnodesenvolvimento passa pelo entendimento de múltiplas correntes, sendo necessário observar as questões políticas e culturais em suas especificidades. Nas palavras do autor etnodesenvolvimento é:

[...] concebido como um processo dinâmico e criativo que, mais do que limitá-las, pode liberar energias coletivas para o seu desenvolvimento. E, afinal de contas, a corrente cultural principal não passa de uma confluência de múltiplas correntes separadas. E se estas correntes separadas não puderem crescer, a corrente principal acabará por secar (STAVENHAGEN, 1985, p. 43).

O termo etnodesenvolvimento implica em grupos capazes de tomar parte e influenciar nas decisões que os afetam, além do processo de mudanças estruturais. O termo relativismo cultural foi introduzido pela antropologia, nas discussões das ciências sociais, dessa forma, os antropólogos, após a segunda guerra mundial, trabalhavam nos programas de desenvolvimento econômico e contestavam os desígnios do desenvolvimento.

Esses antropólogos ficaram conhecidos como “antropólogos do desenvolvimento”, pois eles ficaram incumbidos de apresentar, melhorar e introduzir pacotes tecnológicos nas atividades agrícolas dos camponeses. Pacotes esses advindos dos programas internacionais para o desenvolvimento. Porém, diversos antropólogos questionaram esse modelo de desenvolvimento, pois causaram impactos indesejáveis sobre os povos camponeses e tribais, como explica o autor:

Várias etnografias demonstraram que o conceito de desenvolvimento tem sido usado, interpretado, questionado e reproduzido por grupos locais em formas divergentes. Essas pesquisas revelaram que o desenvolvimento tem múltiplos sentidos e que interage em formas diferenciadas entre distintos grupos étnicos e religiosos (LITTLE, 2002, p. 38).

De acordo com Little (2002), o etnodesenvolvimento é local e pontual, visto que suas práticas econômicas e demandas políticas são de grupos étnicos localizados. Para o autor, o etnodesenvolvimento tem duas aplicações, uma é a autonomia cultural; a outra é viabilizar a incorporação econômica nacional e internacional desses grupos, sendo assim:

[...] a autonomia cultural implica ter uma participação direta nas decisões sobre o destino dos recursos naturais contidos no seu território e, igualmente importante, controle sobre os recursos culturais do grupo (língua, organização social, práticas tecnológicas, etc.) (LITTLE, 2002, p. 41).

Para o autor, as políticas culturais são extremamente burocráticas. Assim, entende que um processo que promoveria a autonomia para esses povos seria a educação, através de currículos escolares que atendesse as necessidades e diversidades étnicas e culturais, na perspectiva local.

Stavenhagen (1985) aponta que a etnicidade está ligada à classe, à política e ao Estado. Pontua ainda que os vínculos étnicos são mais fortes do que os benefícios individuais e assim, quem elabora as políticas públicas precisa considerar a etnicidade no desenvolvimento. Dessa forma, o etnodesenvolvimento constitui o desenvolvimento de grupos e/ou comunidades dentro das sociedades.

Segundo o referido autor, o etnodesenvolvimento deve ser a pauta central nas discussões sobre desenvolvimento, por que essas sociedades não apresentam evolução contínua que leva esses grupos étnicos a formarem uma única cultura, uma vez que não há modelos prontos de desenvolvimento que contemplem todos os países.

Nas palavras de Little (2002), o etnodesenvolvimento local é pontual, já que suas práticas econômicas e demandas são de grupos localizados. Corroborando com a visão de Paulo de Jesus (2003), o desenvolvimento local pode ser entendido como uma mobilização

da sociedade civil e instituições locais, visando à transformação das economias locais, gerando emprego e renda, buscando, assim, superar as dificuldades locais:

O Desenvolvimento local são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar, que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais (PAULO DE JESUS, 2007 p.28).

Assim, pensar o desenvolvimento local incide em compreender que se trata de “um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais, associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração socioeconômica de reconstrução do tecido social [...]” (ALBUQUERQUE, 1998, p. 15 apud BRITO, 2006).

Dessa forma, o desenvolvimento local se apresenta como um conjunto de articulações, formado por agentes locais, redes de cooperação entre grupos diversos, buscando- se inserir no mercado, além da geração e manutenção de empregos e renda locais (BRITO, 2006). Corroborando com o conceito de local, Joyal (1994 apud BRITO, 2006) expressa que este é um sentimento de pertencimento e reconhecimento das populações em adotar medidas benéficas que podem e devem exercer influência sobre as políticas socioeconômicas que permitem desenvolver as localidades.

Aliado a isto, tem-se:

Uma resultante direta da capacidade dos atores e das sociedades locais se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e sua matriz cultural, para definir e explorar suas potencialidades e especificidades, buscando competitividade num contexto de rápidas e profundas transformações. No novo paradigma de desenvolvimento, isto significa, antes de tudo, a capacidade de ampliação da massa crítica dos recursos humanos, domínio do conhecimento e da informação, elementos centrais da competitividade sistêmica (BUARQUE, 1998, p.15 apud BRITO, 2006).

A finalidade deste capítulo foi apresentar e trazer uma abordagem histórica sobre o conceito/definição do desenvolvimento, a partir das concepções e visões multidisciplinares aqui explanadas com suas caracterizações. Nestas perspectivas, as maneiras construídas e apontadas aqui, de acordo com cada autor/a acerca da temática proposta, nos levam a crer que os modelos de desenvolvimentos apresentados contribuem cada um com sua particularidade e por fim para a construção de um único papel dentro das esferas que trazem ao debate a efetivação do real significado e valor do termo. O recorte dado ao “desenvolvimento” na construção apresentada e representada nos dias atuais e originadas aqui, reporta-se às múltiplas facetas, tanto no meio acadêmico quanto científico, com seu

real papel na sociedade, seja ela de implementação ou na geração do desenvolvimento atrelado ao valor econômico gerador de lucro.

De modo geral, o curso em Desenvolvimento Regional traz estas significâncias e os colocam como peças-chaves para suas obras finais, que são suas teses e dissertações.

2.3. ESPAÇO SOCIAL, *HABITUS* E CAMPO CIENTÍFICO: REFLEXÕES DE BOURDIEU

A proposta deste capítulo é conceituar as teorias de Bourdieu sobre espaço social, gêneses de classes, *Habitus* e campo científico. Ao expor esses temas, pretendemos entender como esses elementos compõem uma perspectiva teórica para estudar o espaço social e o campo científico brasileiro nos cursos de desenvolvimento regional. Tomando como base as contribuições de Pierre Bourdieu (1989), um dos aspectos essenciais da pesquisa é compreender o objeto em seu contexto, transformando algo socialmente empírico em objeto científico e procurando compreender de um ângulo imprevisto. Nesse sentido, segundo o autor:

É preciso saber converter problemas muito abstratos em operações científicas inteiramente práticas – o que supõe [...] uma relação muito especial com que se chama geralmente <teoria ou <prática>. Neste processo, os preceitos abstratos, tais como aqueles que se encontram [...] é preciso construir o objeto; é preciso pôr em causa os objetos pré-construídos (BOURDIEU, 1989a, p. 20-21).

Em outras palavras, é preciso levar em consideração os aspectos teóricos, empíricos, além de observar o objeto de pesquisa em seu contexto e tudo que possa contribuir para a sua compreensão. Neste caso, utilizamos procedimentos técnico-metodológicos que possam favorecer a compreensão. É notório perceber o objeto de pesquisa está atrelado amplamente a um campo científico.

A ideia de campo, segundo o autor, vai orientar todas as opções práticas da pesquisa. Ou seja, ela vai funcionar como algo que orienta o que fazer, além de permitir perceber que o objeto em questão não esteja isolado de um conjunto de relações sociais, mas seja considerado um espaço multidimensional.

A noção do espaço social sociologicamente, segundo Pierre Bourdieu (1989a), é uma representação do mundo social em forma de um espaço e que possui várias dimensões baseadas em princípios de diferenciação, construídos a partir de propriedades detentoras de poder que influenciam no universo social e atuam neste espaço, não só um agente, mas um grupo de agentes são definidos pelas posições que ocupam.

Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se podem ocupar realmente duas regiões opostas do espaço- mesmo que tal seja concebível. Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir este espaço são propriedades atuantes, ele pode ser descrito também como campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos os que entram nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo interações diretas entre os agentes (BOURDIEU, 1989b, p. 134).

Dito de outro modo, a posição de um agente neste espaço social é baseada especialmente na posição ocupada nos diferentes campos, ou seja, na distribuição de poderes atuantes em cada um deles. Tanto o capital econômico, quanto o cultural, o social e o simbólico são exemplos claros de posições reconhecidas como legítimas e que definem a posição dos agentes no espaço. Assim, de forma resumida, o espaço social, do ponto de vista do autor, é:

Permite pensar a posição de cada agente em todos os espaços de jogo possíveis dando-se por entendido que, se cada campo tem a sua lógica própria e a sua hierarquia própria, a hierarquia que se estabelece entre as espécies do capital e a ligação estatística existente entre os diferentes haveres fazem com que o campo econômico tenda a impor a sua estrutura aos outros campos (BOURDIEU, 1989b, p. 135).

Nessa perspectiva, o campo social consiste em um espaço multidimensional de posições, em que os valores das diferentes variáveis são atribuídos aos agentes, com a composição do seu capital, de acordo com o peso relativo das diferentes maneiras na dimensão das suas posses. Nesse movimento, os agentes que ocupam posições similares e que são postos em categorias semelhantes têm, tendenciosamente, a probabilidade de terem atitudes e reações parecidas.

No espaço social, as posições que as pessoas ocupam são bem definidas, e buscam reconhecer que não se pode juntar uma pessoa de uma posição com outra de posições opostas no mesmo espaço social, principalmente quando se é evidente a oposição, sobretudo dos aspectos ligados ao capital econômico e cultural dos agentes.

O reconhecimento do mundo social e suas categorias, para Bourdieu, torna possível não só o que se está em excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social se propondo à conservação ou até mesmo à transformação dos elementos de percepção deste mundo (BOURDIEU, 1989b).

Nesse sentido, segundo Pierre Bourdieu (1996), o trabalho científico busca um conhecimento apropriado não só do espaço das relações entre as diferentes posições constituídas no campo social, mas também nas relações estabelecidas, sobretudo, pelas posições e as tomadas de decisões e ponto de vista neste mesmo espaço.

Para Bourdieu (1983), o campo científico é um espaço de poder e de luta política e social constante. Configuradas em função de cada pesquisador/a, as ações desenvolvidas por ele/a, no seio de diversas instituições, imperam uma classe social dos métodos de tratamento e objetos a serem analisados, na qual a cientificidade é um jogo constante na luta científica.

Neste sentido, o campo científico e as relações sociais estabelecidas em seu entorno, imperam interesses diversos, e a sociologia integra esse mercado com estratégias regulares, que preparam uma conquista neste ambiente, em que o interesse e os conflitos diversos do meio acadêmico são o palco central para o desenvolvimento da ciência (BOURDIEU, 1983).

A ciência é como um mercado, quem sai na frente ganha. É o caso da precipitação e estratégias de que diversos autores/as lançam mão para uma publicação imediata, de forma que seus dados coletados não fiquem ultrapassados (BOURDIEU, 1983). Para o autor, o capital social, com descobertas e inovações, faz um nome, uma carreira possível de vivência e sobrevivência, cujo campo é carregado de diretrizes e valores próprios.

Visto também como um campo de oposições entre protagonistas, agentes e instituições vinculadas pelo capital social científico, que acarreta em disposições antecipadas no interior dessas instituições e em conjunto com seus agentes, que permite táticas de permanência ou de conflito da composição que ela mesma determina (BOURDIEU, 1983).

Essas práticas científicas são desenvolvidas e baseadas em carreiras com investimentos em pesquisas de natureza distinta, bem como a posição do sujeito no campo da cientificidade, além das formas de acesso, permanência ou saída desse espaço (BOURDIEU, 1983).

Ainda, segundo o autor, há uma regulação do capital social individual e essas ações desenvolvidas por ele no espaço científico, pois os mesmos que distingue e adota a cientificidade de seus pares.

Bourdieu (1983) considera o campo científico como desigual, pois ao mesmo tempo em que é baseado no capital específico de cada um, também diferencia uns dos outros e incide num jogo de interesses entre o novo e o velho definindo quem ocupa ou está à margem desse campo.

Neste contexto, o campo científico é um lugar de diferentes lutas ideológicas, pautadas em conhecimento particular, e a ideia de uma neutralidade nas ciências não existe, pois num contexto social é partidária na luta política, assim encontra espaço nas lutas de classes (BOURDIEU, 1983). Assim, a ciência produz e reproduz conhecimento, ao mesmo tempo fiscaliza essa produção. Neste sentido, favorece a circulação de ideias e métodos regidos por ela, que é pautada em crenças comuns como religião, literatura entre outras (BOURDIEU, 1983).

O universo científico é um campo de forças, determinando suas próprias lógicas, leis e particularidades, pautadas num mundo socialmente construído por eles, onde as instituições é que determinam sua produção e reprodução (BOURDIEU, 2003). Nesta linha de pensamento, Pierre Bourdieu (2003) afirma que não existe “*ciência pura*”, já que no mundo da cientificidade, esse espaço é um lugar de lutas constantes que transforma, molda ou conserva essa mesma ciência.

O jogo científico é determinado por diferentes agentes, que impõem os temas a serem elaborados e as publicações que terão reconhecimento. Para Bourdieu, isto ocorre por que causa da posição que ele ocupa nesse espaço. Isto significa dizer que o seu capital científico permite a esses indivíduos ou instituições moldar esse campo (BOURDIEU, 2003). Nesse processo da cientificidade, os pesquisadores escolhem e classificam o que é importante investigar, para que não haja desperdício de tempo, ou seja, para que possa compensar o tempo investido (BOURDIEU, 2003).

Este campo não se guia por acaso, nem tudo é plausível e possível. Existem pressupostos que pertencem aos que nasceram e se desenvolveram nesse meio, por conhecerem as normas, os jogos e os princípios desse campo (BOURDIEU, 2003). Segundo o autor, leis não são escritas, mas todos que pertencem ao meio entendem, conhecem e seguem regimento. Assim, buscam antecipar o momento adequado para publicar suas pesquisas.

Essa autonomia⁴ do campo científico não está subordinada à pressão, pois a concorrência ocorre entre seus próprios pares, que gera inúmeros conflitos para ver quem se sobressai primeiro, palco de destaque para argumentos e demonstrações de lutas para refutar uns com outros (BOURDIEU, 2003).

Na visão de Bourdieu (2003), a heteronomia, em relação ao campo, manifesta-se basicamente, através de questões externas, sobretudo políticas. Assim neste espaço de forças políticas e científicas, impera uma concorrência imperfeita, uma vez que incide interferência não científica nas lutas científicas. Neste aspecto, o que conta são razões para exultar, argumentar, demonstrar e refutar a cientificidade.

⁴Para o autor autonomia neste campo configura-se ou reconfigura suas habilidades de desviar-se dos controles ou ações externas, adotando meios de inviabilizar ingressos de outrem. E ainda sim, esse campo não exprime uma autonomia irrestrita, pois este é um lugar de domínio de forças, e permite duas extensões uma *política* e outra *científica* e é consecutivamente indispensável entender esses dois elementos (BOURDIEU 2002).

Esse embate científico exerce um poder uns sobre os outros, com relação ao seu capital individual, como monopólio de relações sociais de dominação e/ou apropriação dos processos de produção e reprodução específicos de determinadas áreas, sendo a política, entre outras (BOURDIEU, 2003).

O autor sinaliza que, para ser um campo autônomo depende de recursos econômicos a serem empregados nele e do grau de proteção desse mesmo campo contra as intrusões internas, pois toda atividade tem um custo econômico, e ainda podem sofrer ou impor sanções positivas e negativas, nesse processo de aprendizado (BOURDIEU, 2003).

Bourdieu (2003) descreve dois tipos de artifício que circulam no meio científico. Um ligado às instituições, podendo ser temporário ou político e o outro ligado ao reconhecimento do indivíduo dentro e fora desse espaço. Essa influência e o acúmulo do capital científico estão ligados às invenções, descobertas e publicações em órgãos exclusivos, o que é visto como capital científico puro. E o outro tipo de capital está ligado à instituição da qual o indivíduo faz parte, já que esse capital é ditado por meio de participação em bancas de teses e dissertações, comissões, direção de departamentos entre outros cargos nas universidades.

Para Pierre Bourdieu (2003), esses dois tipos de capital científico são difíceis de acumular e transmitir, porque um está ligado à pessoa, seus conhecimentos pessoais e é improvável de ser transmitido. E este processo de integração só é possível ao longo do tempo e investimento em formação. Cabe aqui fazer integração com outros pesquisadores e fazer sua reputação através de publicações e recomendações, para que o mesmo se firme nesse meio. Assim o referido autor explica que:

O capital científico institucionalizado tem [...] regras de transmissão como qualquer outra espécie de capital burocrático, ainda que, em alguns casos, deva assumir a aparência de uma “eleição” “pura”, por exemplo, por meio de concurso que podem, de fato, estar muito próximos dos concursos recrutamento burocráticos, no qual a definição do posto estar de algum modo, pré-ajustada à medida do candidato desejado. (É certamente nas operações de cooptação, que visam perpetuar o corpo de pesquisadores, que o conflito entre os dois princípios se faz mais visível. Os detentores do capital científico institucionalizado tendem a organizar os procedimentos os concursos, por exemplo, segundo a lógica da nomeação burocrática, enquanto os detentores do capital científico “puro” tendem a situar-se na lógica “*carismática do inventor*”) (BOURDIEU, 2003. p. 37).

No campo científico institucional, existe uma dicotomia, fundamentada em poder e política, visto que essas distribuições de poderes entre o reconhecimento e o prestígio científico estão sempre no jogo (BOURDIEU, 2003). O autor destaca a comunicação entre a ciência e a economia como:

É o da comunicação entre o campo científico e o campo econômico. Os desafios não são os mesmos, os fins não são os mesmos, os agentes têm filosofias de vida inteiramente diferentes, e até opostas, e, portanto, geradoras de profundos mal-entendidos: de um lado, a lógica da luta específica, interna ao campo, do outro, a pesquisa do lucro, da rentabilidade [...] (como descobrir as descobertas e os descobridores interessantes e, antes ainda, como estar informado, dos mediadores capazes de fazer vincular a informação e de assegurar o vínculo) (BOURDIEU, 2003, p.54).

Destarte, o mundo científico e o mundo econômico se integram através do capital financeiro, do poder ou mesmo do privilégio, imbricados nas relações sociais de dominação que implicam numa apropriação e influência dos meios de *produção e reprodução*. Essa economia antieconômica da ordem propriamente científica está arraigada na economia e através dela se tem acesso ao poder econômico (ou político) e às táticas propriamente políticas que visam permanecer nesse meio (BOURDIEU, 2003).

Observamos também o papel do Estado como financiador desse processo da cientificidade, que vive num vínculo particular de produção e dessa forma, não está exposto às penalidades instantâneas impostas pelo mercado, porém o Estado como gerador de condições mínimas, também pode impor repressões que geram a heteronomia, tornando-se um meio de pressão ou de transmissão das pressões de forças econômicas (BOURDIEU, 2003).

Assim, os obstáculos que envolvem o campo científico e a ciência são basicamente sociais, pautados na ciência sobre a ciência e incidem num processo que, ora apresenta a importância da cientificidade para o desenvolvimento do conhecimento, ora apresenta a ciência se sobrepondo ao conhecimento científico do próprio meio. Ou seja, luta constante dentro do campo da ciência e cientificidade (BOURDIEU, 2004).

Ao enfatizar a extensa formação do cientista, Bourdieu (2004) determina que o método de investigação nem sempre corresponda à realidade prática, no entanto, seus pares ponderam essas teorias e métodos verdadeiros e, usando conforme suas necessidades investigativas. Muitas vezes, não buscam novas teorias ou suposições, mas solucionar os enigmas ou problemas. Portanto, o processo da cientificidade é criado e recriado, porque produz e propõe além de que o admite (BOURDIEU, 2004).

Contudo, Bourdieu (2004, p.43) comenta que o fato científico “é um processo de criação, onde o mesmo é uma ilusão e/ou ficção”; e ainda enfatiza:

Entre os cientistas e o caos há apenas uma parede de arquivos, etiquetas, livros de registro, números e papéis. Trabalho científico é essencialmente uma atividade literária e interpretativa [...]. O universo da ciência é um mundo que consegue impor universalmente a crença nas suas ficções [...] E a ciência da ciência fica

reduzida à descrição das alianças e das lutas “crédito simbólico”. (BOURDIEU, 2004, p. 44-46).

Como podemos observar, esse é um campo de forças, lutas, jogos e conflitos internos e externos, que está sujeito aos processos de manutenção e transformação contínuos. Para BOURDIEU (2004), esta noção de campo possibilita compreender melhor o universo social desse espaço, além de propiciar questão específica desse campo particular, bem como ressaltar suas concepções teóricas que guiam e comandam a investigação empírica (BOURDIEU, 2004).

Desta forma, esse jogo de bens divididos e correspondidos, neste espaço de divergência, socialmente construído por agentes de diferentes recursos e/ou aptidões que se unem e se enfrentam para manter ou converter esse campo de forças. Neste sentido, as ações têm meios e fins essenciais que corroboram com a sua colocação na estrutura de distribuição desse capital científico, sendo assim Pierre Bourdieu (2004) explica que:

A noção de *habitus*⁵² é talvez particularmente útil quando se trata de compreender a lógica de um campo como o campo científico em que a ilusão escolástica se impõe com uma força particular. Visão escolástica que parece impor-se muito especialmente em matéria de ciência impede que se conheça e se reconheça a verdade da prática científica como produto de um *habitus* científico, de um sentido prático (de tipo particular). Se há um lugar onde se pode supor que os agentes agem de acordo com intenções conscientes e calculadas, segundo métodos e programas conscientemente elaborados, e certamente o domínio (BOURDIEU, 2004 p.58).

Discorrer sobre o campo da cientificidade é eliminar a ideia de unificação e similitude neste espaço. Porém, acredita-se que nesse meio existem trocas desinteressadas. O que percebemos é um conflito e competições acirradas pelo comando desse espaço. Este sentido de comunidade só é possível quando convém salvaguardar os valores e ideias da profissão científica. No caso das organizações científicas, corporação e cooperação que dependem de financiamento, estrutura social e organizacional, para que se compreenda a função lógica desse campo (BOURDIEU, 2004. p.67-69).

As relações de força científicas são relações de força que se efetivam, sobretudo, através das relações de conhecimento e comunicação (Bourdieu, 1982, 2001b). O poder simbólico de tipo científico exerce-se apenas sobre agentes que têm as categorias de percepção necessárias para conhecê-lo e reconhecer (BOURDIEU, 2004. p. 79).

Para ser reconhecido neste processo de cientificidade, é preciso reconhecimento de seus pares. Todavia, a ciência necessita de recursos financeiros e do próprio talento científico. O primeiro para organizar os objetos e materiais, bens administrativos,

⁵² Segundo o autor *habitus* são princípios de produção de práticas diferenciadas de acordo com variáveis de gênero, origem social, certamente de nação (através da formação escolar).

pagamento de pessoal e o segundo, o capital necessário para corroborar com o primeiro, no conhecimento e nas pesquisas a serem desenvolvidas, sendo que nesse contexto, os dois são eficientes e necessários (BOURDIEU, 2004).

Assim, colocando em foco a implementação de uma disciplina que é baseada no capital coletivo, através de técnicas e opiniões particularizadas que aceitam ou são contestadas por outras disciplinas afins, ou por seus pares, e essas inovações das ciências se concedem por junção entre essas disciplinas (BOURDIEU, 2004).

Considerando o exposto, a construção social é que designa se uma realidade é uma verdade científica, a partir de sua comprovação, e o campo é quem determina esse fato, elencado na sua universalidade e na parceria dos demais agentes do meio, para ser conhecido e reconhecido como tal (BOURDIEU, 2004, p.102-103). Por outro lado, o conhecimento científico são conjecturas que resistiram às oposições (BOURDIEU, 2004).

Ao apresentar as teorias de Bourdieu, sobre o espaço social, gêneses de classe, *habitus* e campo científico. O autor proporciona subsídios norteadores para a sustentação do objeto de pesquisa e responde às questões empíricas abordadas, como: os/as alunos/as professores/as dos cursos de desenvolvimento regional são produtores de bens simbólicos, através da publicação de artigos e livros científicos, que influenciam o seu espaço social de trabalho e norteiam o cotidiano de outros, nas áreas de conhecimento; além da referência e influência que exercem em outros grupos científicos. Desse modo, um desses espaços está situado nos programas de pós-graduação, os quais serão sinalizados no tópico seguinte.

2.4. PÓS-GRADUAÇÕES E CAPES

A proposta aqui é expor, conceituar e analisar a Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), explicar suas áreas ou comitê de atuação e seus cursos, bem como trabalhar especificamente com a área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia, que integra uma maior concentração de curso de desenvolvimento regional. Assim, a explanação que segue é necessária, tendo em vista que este trabalho aborda o tema empírico norteador do espaço social universitário, da área referida anteriormente.

A CAPES foi criada em 1951, com o objetivo de formular as políticas públicas educacionais na área de pós-graduação, no intuito de fornecer assistência para os programas e conceder bolsas de estudos para estudantes (NEVES; COSTA, 2006; CARMO; SHIMODA, 2018).

Assim a CAPES é:

Uma entidade pública vinculada ao ministério da educação-MEC, que tem como objetivo principal subsidiar o MEC na formulação das políticas públicas de pós-graduação, coordenando e estimulando mediante a concessão de bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos – a formação de recursos humanos altamente qualificados para docência em grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda profissional dos setores públicos e privados. À CAPES compete ainda avaliar os programas de pós-graduação *stricto sensu* ministrados no país (UFMG, 2013 apud CARMO e SHIMODA, 2018).

Segundo o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (2012, p. 39) apud Porto e Theis (2016), a pós-graduação teve seu processo normativo, no ano de 1965, sendo regularizado através do Conselho Federal de Educação, que observou a existência de 27 programas de mestrado no sistema de pós-graduação brasileiro. No ano de 1975, essa quantidade subiu de 27 para 429 programas de mestrados.

Na procura pelo desenvolvimento científico brasileiro, no ano de 1998, existiam 1.259 cursos de pós-graduação. Depois da atuação da CAPES esse número cresceu 7% chegando a 4.175 em 2016 e atualmente se divide em 50 áreas e subáreas de pós-graduação brasileira (CARMO; SHIMODA, 2018).

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) foi instituído em 1975, com o objetivo de fomentar o processo educacional da pós-graduação brasileira. A CAPES criou alguns planos para aperfeiçoar suas técnicas e procedimentos para avaliação, no qual o plano I esteve em vigor no período de 1975-1979 e o plano VI, de 2011-2020. Desse modo, possibilitou desenvolver o sistema de pós-graduação brasileiro, colocando o país em

condições de acompanhar e concorrer com outros países em termos de produção científica (LIEVORE; PICININ; PILATTI, 2017).

Segundo Carmo e Shimoda (2018), com os aumentos expressivos dos cursos, a CAPES montou um sistema de avaliação que atribui nota de 1 a 5, no intuito de melhorar a qualidade dos cursos *Stricto Sensu*. Um dos objetivos dessa avaliação é averiguar a qualidade dos cursos. Avaliação envolve as publicações científicas, titulação dos professores entre outros. Essa avaliação, a princípio, ocorria de três em três anos até o ano de 2012, passando a ser quadriênio depois dessa data.

No processo de mudanças e transformações ocorridas nos anos 1990, a CAPES investiu na *informatização das informações*, modificou alguns critérios avaliativos para atribuir uma nota a cada curso, passou a conceituar cada programa baseando-se em novos itens, além da produção científica e titulação dos professores (MACARI et al., 2014).

Assim, a CAPES, em uma de suas avaliações de 1998-2000, solicitou dos novos cursos a diversificação e ampliação de suas temáticas de pesquisas para além das suas localidades. Já para os programas mais consolidados, recomendou melhorar sua atuação na docência e na pesquisa. Outro fator referente às particularidades dos programas da área diz respeito à sua heterogeneidade, tanto pelo caráter de suas abordagens quanto pelos seus processos institucionais. Neste contexto, a natureza multidisciplinar da área permite uma formação profissional heterogênea e intervencionista seja para a pesquisa ou ensino possibilitando a inserção do mercado público e privado. Essa riqueza só é possível pela diversidade de formação docente diferenciada que compõe a área (CAPES apud THEIS, 2016).

Cada curso de pós-graduação possui um documento norteador de área que orienta e serve de parâmetro para futuras avaliações, bem como para introdução de novos cursos. Assim, o documento expresso como o curso se encontra, suas particularidades e demais aspectos. Além disso, o documento definiu alguns critérios de avaliação, Qualis, livros, eventos, produções técnicas, ficha de avaliação e se os cursos têm parcerias internacionais (CAPES 2013, 2016).

Nesse contexto, a CAPES ainda instituiu uma divisão das áreas de conhecimento alocadas por áreas de afinidade em dois planos (*colégios e Grandes áreas*). Assim, a divisão ficou em três colégios que compõem as nove áreas, distribuídas em 48 áreas de avaliação. Atualmente, todas essas áreas apresentam a posição vigente, qualidades, aspectos e quesitos estimados que integrem um processo avaliativo de um curso de pós-graduação pertencente a cada área (BRASIL, 2016).

De acordo com a CAPES, a Área de *Ciências Sociais Aplicadas* é composta pelas seguintes subáreas: “*Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Informação, Comunicação, Demografia, Desenho Industrial, Direito, Economia, Economia Doméstica, Museologia, Planejamento Urbano e Regional, Serviço Social e Turismo*”.

Neste sentido, a pós-graduação brasileira representa um campo científico que vem ganhando destaque nos últimos anos pelo seu intenso crescimento na base de 10,7% ultrapassando a média da produção mundial. Com isso, o Brasil entrou para o grupo dos 26 países com uma produção de 1% dos artigos no *ranking* de produção acadêmica mundial. Aliado a isto, esse grupo de países configura-se com 87% da produção da ciência no mundo, como mostram os estudos feitos por Almeida e Guimarães (2013), citado por LIEVORE, PICININ e PILATTI (2017).

A pós-graduação *stricto sensu* tem por objetivo desenvolver a ciência no Brasil, para isso surgiu como um sistema que permite avaliar e reconhecer os cursos de Pós-graduação (PPG). Desse modo, toda comunidade acadêmica tem acesso a essas avaliações por área de atuação, através dos relatórios trienais e documentos de Área. Assim, existe uma base concreta para avaliar os novos cursos, visando manter a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado existente em todo o país (BRASIL, 2016).

Segundo dados da CAPES (2016), a área de avaliação Planejamento Urbano e Regional/ Demografia (PLURD) é composta por duas subáreas: de Planejamento Urbano e Regional e de Demografia. Essa área de avaliação surgiu a partir da criação de alguns cursos de mestrado, no início da década de 1970, nas cidades de Recife, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, com o intuito de compor os grupos de trabalho para formular e programar as políticas públicas nos vários níveis de gestão e nos campos de conhecimento e informação nas diversas unidades brasileiras. No ano de 1980, não foram inseridos novos cursos na subárea Planejamento Urbano e Regional, já que, nesta ocasião, a área encontrava-se ligada aos cursos de arquitetura e urbanismo (CAPES, 2016).

Por outro lado, apenas um programa foi criado com mestrado e doutorado em Demografia. Nessa mesma década, foi fechado um curso da Universidade de Brasília (UNB) nessa área enquanto o curso de São Paulo permaneceu integrado à área de “Arquitetura, Urbanismo e Design” após a separação entre “Planejamento” e “Arquitetura e Urbanismo” como áreas distintas da CAPES (CAPES, 2016).

Ainda segundo a CAPES, nos anos 1990, o aumento nessa área foi pouco expressivo para seis programas e sete cursos em Planejamento Urbano e Regional. Houve

também a inserção de dois cursos de doutorado (IPPUR-Universidade Federal do Rio de Janeiro- (UFRJ), MDU- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Assim, na subárea de Demografia, criou-se um curso de mestrado e doutorado em Demografia. No ano de 2001 foi implementado o primeiro Programa de Mestrado Profissional da Área PLURD, na UCAM da Cidade de Campos dos Goytacazes (RJ).

Hoje, nas diversas áreas da CAPES constam que, com excelência na formação profissional, entre os anos de 1998 a 2014, o crescimento dos programas de pós-graduação foi de 7% ao ano, aumentando também a quantidade de cursos de 1.259 em 1998 para 3.729 em 2014, além da ampliação para a inserção de mais de 4 mil novos cursos em 2016 (CAPES, 2016).

Entre os anos de 1998 e 2016, a Área PLURD saltou de 06 para 47 programas, com crescimento anual de 12%. Com a docência aconteceu o mesmo, saindo de 1998 com 216 para 600 docentes em 2014. Observa-se assim, uma ampliação célere dos programas dessa área bem mais expressiva que outros cursos de pós-graduação no sistema de ensino superior brasileiro (CAPES, 2016). Complementando os dados acima, destacamos que a formação desses docentes foi dentro das próprias áreas, o que contribui para alcançar os objetivos principais que são a formação e qualificação de docentes para o ensino superior.

Com o investimento maior na docência, possibilitou o aumento do ingresso de discentes, que saltou de 233 em 1999 para 952 em 2014. Nos cursos de mestrado e doutorado o aumento foi de 79 para 431, no mesmo período, além do mestrado profissional, que em 2002, contava com 45 discentes, subiu para 323 em 2014. Resultados já esperados, de acordo com objetivos dos programas que são formar profissionais de qualidade para inúmeras áreas do mercado (CAPES, 2016).

A partir desse investimento educacional, fica evidente o desenvolvimento da capacidade de formação desta área do PLURD, pois em 1999 tínhamos 37 mestres e 7 doutores. Já em 2014 os números de mestres e doutores mais que quadruplicaram, já que saltamos para 364 mestres e 66 doutores, além da alta na formação dos mestrados profissionais que subiu para 92 (CAPES, 2017).

Todavia, mesmo com a expansão significativa do PLURD, existe uma concentração desses cursos nas regiões Sul e Sudeste, em dez unidades da federação não existem cursos dessa área de PLURD. Dos 47 cursos, 18 contam com programas que possuem cursos de doutorado. Assim, cogita-se desenvolver ações que viabilizem criação desses programas nas regiões Centro-Oeste e Norte do país (CAPES, 2016).

Para Barreto e Borges (2009), o cenário da pós-graduação brasileira é certamente o setor educacional que obteve um aumento expressivo a médio e longo prazo que culminou em financiamentos expressivos e constantes neste contexto. Neste contexto (CASTRO, 2002) analisa que:

Sem dúvidas, a PG é a maior realização da educação brasileira em toda a sua história. Conseguimos produzir mestrados e doutorados de padrão internacional, em um país ainda cheio de analfabetos. Lá pelos anos setenta, passamos a Argentina em produção científica, apesar dos seus três prêmios Nobel. E não paramos de aumentar a distância, medida pelo número de publicações incluídas nos periódicos e *current contents* (CASTRO 2002, p.138).

O primeiro programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional no Brasil começou na década de 70, desde então, o tema suscita discussões na área, curso e programas de pós-graduação, tais como antropologia, ciências políticas, ciências sociais, demografia, economia e geografia, além dos/as inúmeros/as pesquisadores/as nacionais e internacionais (PORTO; THEIS 2016).

No processo avaliativo de 2004 (triênio 2001-2003), nota-se uma solicitação de mudança de área, em que a área de PLURD recebeu dois novos cursos, o da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) e o da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), os quais migraram da Área de Avaliação Multidisciplinar para PLURD, portanto, novos para a área. Ainda nessa avaliação, percebeu-se que a área multidisciplinar e a área do PLURD imbricam-se, necessitando reavaliar os processos de filiação e avaliação dessas duas áreas.

De acordo com Randolph (2010), inserir programas na área do PLURD, como planejamento urbano, favorece a discussão e reflexão sobre o urbano, o regional e o rural com relação aos espaços e permite estudar temas e problemas conjuntos, que configuram um novo enfoque para o ensino, pesquisa e extensão. O autor ainda explica que:

Dependendo das particularidades de cada curso da subárea de Planejamento Urbano e Regional observa-se interlocuções mais próximas, tendencialmente, ou com arquitetura, urbanismo, sociologia, história, ciência política e outras disciplinas das humanidades nos cursos mais voltados às realidades metropolitanas; ou com economia, administração empresarial, geografia e mesmo ciências agrárias, da saúde e outras nos cursos com uma orientação mais regional. [...]

Neste sentido, a Área entende o conjunto desses programas e cursos como um fórum privilegiado não apenas para ser “objeto” de instrumentos de avaliação – e, assim, fortalecimento mútuo do avanço da área – mas, também, enquanto uma oportunidade de estimular e apoiar debates acadêmicos a respeito da compreensão da relação e articulação entre os três campos principais da composição da área, o planejamento urbano, o desenvolvimento regional e a demografia, e suas interlocuções com outras áreas disciplinares (RANDOLPH, 2009, p. 01)

O destaque na área foi à criação do mestrado profissional na área do PLURD, em 2001, surgindo assim um novo parâmetro para avaliar o mestrado. Porém, a Portaria Normativa só entraria em vigor no dia 7 de 22 de junho de 2009.

Dessa forma, expomos algumas especificidades do programa *Stricto Sensu* da Universidade de Santa Cruz Sul, por ser o curso mais antigo da área, criado no ano de 1994. O programa pertencia à área multidisciplinar, sendo inserido no PLURD, a partir de 2002. O programa de mestrado e doutorado possui o conceito/nota cinco da CAPES, e o programa favorece uma formação interdisciplinar, promovendo atividades de pesquisa, debates e reflexões sobre o setor econômico, político e social no setor público e privado, bem como sobre os impactos nas diversas regiões do país. Esse programa já formou 359 mestres e 94 doutores.

Outro fator de promoção do programa é a questão da internacionalização, convênios nacionais e internacionais, destacando algumas instituições como o *Institut für Geographie*, da *Universität Innsbruck* (Áustria), a *Université du Québec à Rimouski* (Canadá), a Universidade Nova de Lisboa (Portugal), a *Universität Tübingen* (Alemanha), a *Università Ca' Foscari de Venezia* (Itália), a *Universidad Nacional de Río Cuarto* (Argentina) e a *Universidad de Los Lagos* (Chile) (UNISC, 2019; CAPES 2019).

Para continuar os estudos e debates permanentes sobre o referido tema, a universidade promove um Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional a cada dois anos, reunindo os estudantes e pesquisadores/as nacionais com convidados internacionais, que influenciam e norteiam os estudos acadêmicos regionais. Outro fator de promoção para o desenvolvimento regional e para área do PLURD é a edição da Revista *Redes*, há 20 anos, avaliada como B1 pela CAPES, que possibilita o acesso digital de seu acervo (UNISC, 2019).

Com o crescimento da pós-graduação e das áreas da CAPES, a área do PLURD vem sendo estudada de diversas formas. O sistema de avaliação foi alvo de inúmeros estudos, em diferentes áreas a começar pela área de PLURD que tem mostrado uma produção acadêmica diversificada.

Neste tópico, vamos expor apenas três trabalhos ligados à área, por sua singularidade, visto que um foi um estudo do próprio sistema avaliativo da CAPES, que resultou num processo de modificação da avaliação. O outro questiona onde estão as mulheres que pensam o desenvolvimento regional. E último, que visa saber sobre as publicações com a temática “desenvolvimento regional” na base do *Scopus*, todavia, o

assunto não se esgota aqui, pois existem inúmeros artigos com variáveis Qualis, ligados à temática do desenvolvimento regional e a própria área do PLURD.

Sendo assim, Carmo e Shimoda (2018) apresentam a pesquisa sobre a *Análise da capacidade de discriminação de critérios da avaliação da pós-graduação na Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia da Capes*. O trabalho objetiva propor uma nova metodologia para avaliar a capacidade de discriminação dos itens e identificar aqueles cujos critérios poderiam ser discutidos para tentar melhorar a capacidade de discriminar os programas.

Segundo Carmo e Shimoda (2018), o processo avaliativo tem algumas questões que levam a uma pontuação de um a cinco, marcada no processo diretivo definido pela própria área de avaliação. No entanto, nesse processo de comparação, nas questões abordadas não se distingue se atende ou não a esse requisito.

Os autores citam que se o programa receber uma nota 5 nas questões abordados, e outro recebe notas mais ou menos iguais, compreende-se que o processo avaliativo foi eficaz na discriminação dos programas. Ao mesmo tempo, se em uma questão, todos os programas receberem a mesma nota, isso acarreta distorções, uma que as diretrizes não foram capazes de discriminar os programas quanto à eficácia do questionamento levantado.

Inicialmente a avaliação foi criada pensando na concessão de bolsas nos anos de 1974 até 1979. Porém, como a produção intelectual entrou para o sistema de avaliação, surgiu mais um item para o processo avaliativo, o que para a época foi considerado inovador. Já no período de 1979 até 1982, esses processos avaliativos foram ajustados, buscando organização e aplicando o processo econométrico, pelo menos em tese, visando à qualidade (MEDEIROS, 2016 apud CARMO; SHIMODA, 2018).

Segundo a referida autora, entre os anos de 1982 a 1989 ocorreu uma busca por uma avaliação mais sistemática. Já no período de 1990 a 1994, CAPES entrou num processo de informatização e de *saturação* nesse sistema avaliativo, visto que a avaliação não conseguia identificar ou quantificar a *qualidade* desses programas. No intervalo de 1995 a 2002, foi estabelecido um novo modelo de avaliação da CAPES, o qual está vigente até hoje, em que se destaca a produção intelectual através da Qualis e periódicos (MEDEIROS, 2016 apud CARMO; SHIMODA, 2018).

Neste contexto, os programas buscaram se adequar para obterem melhor pontuação e qualidade dos serviços. Assim, os programas passaram a alimentar o sistema eletrônico da

CAPES, bem como planejar estratégias para atingir essa meta para seus cursos (NEVES; COSTA, 2006).

A contribuição desse trabalho para área de PLURD foi de extrema valia, já que os primeiros resultados serviram para formular uma metodologia que serviu como base para incrementar a avaliação realizada no ano 2016.

Outro trabalho na área do PLURD é *Quem são as mulheres que pensam o desenvolvimento regional? Elementos para a formulação de uma agenda de pesquisa*, das autoras (NEIGHERBON *et. al*, 2018). Esse trabalho questiona o lugar das mulheres nas pesquisas sobre desenvolvimento regional. Dessa forma, objetivando contextualizar o tema do desenvolvimento regional em sua relação com as mulheres, visando à formulação de uma agenda de pesquisa.

As autoras explicam a presença crescente do gênero feminino nos cursos de pós-graduação, que no ano de 2018 totalizaram 273 docentes do sexo feminino, na ordem de 43% e 359 docentes masculinos, na ordem de 53%, no Sul, onde o curso de desenvolvimento existe em maior quantitativo. Seguindo ainda a mesma linha de aumento, o Norte do país contava com 34% de docentes mulheres e 66% homens; no Centro-oeste, o percentual era de 33% de mulheres e 67% de homens; a maior expressividade encontramos no Nordeste do país, com 47% de mulheres e 53% de homens; já na região Sudeste temos a porcentagem de 41% de mulheres e 51% de homens.

Segundo as referidas autoras, nos cursos do PLURD, as docentes mulheres têm uma representatividade na ordem de 43%. A inquietação das pesquisadoras com o tema que surgiu na criação do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (NPDR) que nasceu junto com o próprio mestrado na Universidade Regional de Blumenau (NEIGHERBON *et. al*, 2018).

Neigherbon *et. al* (2018) explica que ao elaborar uma consulta sobre os especialistas em desenvolvimento regional, observaram que entre os dez mais citados, oito são homens e duas são mulheres, e ainda sim, apenas seis possuíam vínculos institucionais com a área do PLURD, os outros não possuíam uma associação específica com a área. Sobre essa questão dos espaços de trabalho e agenda de pesquisa, Biroli (2018, p 11) reflete da seguinte forma:

[...] como os indivíduos se tornaram quem são e dos limites desiguais para atuarem, individual e coletivamente. Em outras palavras, a vida doméstica, em conjunto diferenciado de práticas que se estende da divisão sexual do trabalho a economia política dos afetos, da responsabilidade desigual pelo cotidiano da vida à norma heterossexual, é desconsiderada como fator que define as possibilidades de atuação na vida pública (BIROLI, 2018, p.11).

Outro trabalho desenvolvido na área foi realizado uma análise a partir das publicações com o tema desenvolvimento regional dos autores/as (Aquino et al, 2018) com o título: *Desenvolvimento regional: uma análise bibliométrica da produção científica na base Scopus*. Assim, objetivando “analisar a produção científica a partir de artigos publicados em periódico sobre o tema desenvolvimento regional. O método utilizado foi a pesquisa bibliométrica, buscando artigos indexados nacionais e internacionais com a palavra-chave desenvolvimento regional, na base de pesquisa *Scopus*, limitado à Qualis com os periódicos A1 e A2. Os/as referidos/as autores/as explicam que cabem inúmeras pesquisas nesta área, se levadas em consideração outras numerações e classificações de revista como B1 entre outros.

A necessidade de mensurar a produção acadêmica (artigos, dissertações, livros e teses), para os programas de pós-graduação e as instituições, sucessivamente paira sobre as inquietações dos referidos grupos, na busca de um reconhecimento, tanto dos programas como da área o PLURD. Já que os artigos, quanto mais citados por outros/as autores/as e outras áreas, viabilizam uma interação entre diversos pesquisadores/as e programas acadêmicos. Como explica Bornmann (2014) apud Aquino et al., (2018), “a quantidade de citações de um artigo é considerada uma proxy para análise de seu conceito científico e, com base nela, define-se o chamado fator de impacto, índice associado à qualidade acadêmica”. Destarte, o artigo explana as táticas políticas que corroboraram para internacionalizar a produção científica brasileira e a ampliação do intercâmbio e da partilha de conhecimento e seus processos de circulação (AQUINO et al., 2018).

A coleta dos dados, indicada por Aquino et al (2018), mostrou um total de 10.868 publicações nos periódicos (A1 e A2) no mundo, destas apenas 312 são no Brasil. Parece um resultado inexpressivo, mas mostra um aumento exponencial em relação ao período de 2000 a 2017: “Taxas geométricas de crescimento anual no Brasil e no mundo 24,3% e 8,0%”.

Os referidos autores/as atrelam esse crescimento de artigos científicos de peso a diversos fatores, tais como: políticas públicas (infraestrutura, sociais e produtivas) como a interiorização das universidades, termos de cooperações entre a CAPES e algumas universidades, visando justamente ampliar esse setor, bem como novos olhares sobre as questões regionais, as especificidades dos territórios da cidadania, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional- PNDR I e II, além de diversos fatores que corroboram para

isso, mesmo não estando diretamente ligados ao programa Minha Casa Minha Vida que diminuam um pouco das desigualdades locais e regionais (AQUINO et al., 2018).

O Brasil ocupa a 7ª posição no *ranking* dos países produtores de ciência, e com relação às universidades que mais se sobressaem na pesquisa, surgiram 11 universidades brasileiras, das quais 10 estão localizadas nas regiões Sul e Sudeste, o que não significa que as outras regiões não produzam ciência. A pesquisa se baseou nas produções Qualis CAPES A1 e A2, porém, esses números poderiam ser bem mais expressivos, se conseguisse captar outras numerações de revistas (AQUINO et al., 2018).

Os autores/as explicam que não foi possível mensurar se os artigos nacionais ganharam destaque ou estão sendo citados internacionalmente, e deixam como possibilidade de estudo para a comunidade acadêmica que estuda o tema desenvolvimento regional.

Ao explanarmos sobre a CAPES trouxemos neste capítulo, o papel e a importância desta fundação em coordenar e acompanhar todos os estudos apresentados hoje nas esferas educacionais de nível superior. O espaço científico é um campo de desenvolvimento de estratégias que culmina nas atuais pesquisas e mostra a necessidade de moldar os caminhos em que a educação percorre para atender às novas demandas e recordes que as pesquisas e o ensino percorrem no Brasil. Suas necessidades vão além do produzir, além do campo científico. A CAPES como ferramenta norteadora baseada na formulação de políticas públicas educacionais nas pós-graduações e por conceder bolsas de estudos aos discentes, fortalecendo assistência aos mesmos.

3. METODOLOGIA

Levando em consideração a necessidade de atender aos questionamentos e os objetivos, tanto o geral como os específicos, partimos de combinações de técnicas metodológicas, à explanação dada em torno dos estudos. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa exploratória e documental, que esse tipo de pesquisa, segundo Gil (2002), tem como principal objetivo o esclarecimento, modificação e pensamentos a respeito do determinado tema.

Tendo como base esses preceitos, a pesquisa exploratória foi realizada através de artigos, livros, periódicos, dossiês, documentos de áreas da CAPES, entre outros. Vale a pena salientar que essa etapa foi fundamental para a coleta de dados e elaboração do aporte teórico da pesquisa. Ao mesmo tempo, a pesquisa bibliográfica se sucedeu para a construção da base teórica e dos capítulos, subsidiados por temas como: Desenvolvimento, Desenvolvimento Regional, *Habitus* e Espaço Social de Pierre Bourdieu e pós-graduação brasileira. A Construção teórica foi à base da elaboração da presente pesquisa. Desse modo, o autor Fonseca reforça que;

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (FONSECA, 2002, p. 32 apud GERHART; SILVEIRA, 2009).

Somando-se a isso, fizemos paralelamente à pesquisa documental, que segundo Gil (2002), se configura como um tipo de pesquisa bastante parecida com a pesquisa bibliográfica. O que difere uma da outra é a natureza de dados. Gil explica;

Enquanto que a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos (GIL, 2002, p. 51).

Especificamente para este trabalho, a pesquisa documental se deu a partir de documentos de áreas da CAPES, artigos e periódicos. Dessa forma, buscamos compreender um fenômeno social, a partir de sua localização, aproximação, resumo de dados específicos e informação estipulada num intervalo de tempo e espaço. Assim, montamos uma análise de correspondência múltipla, e ao usarmos essas combinações, explicaremos as questões levantadas no problema de pesquisa.

Para isto, prosseguimos da seguinte forma: escolhemos a área do PLURD, por possuir 18 cursos com o nome *desenvolvimento regional* em sua composição, dos quais

utilizamos 15 para a pesquisa, porque dois são mestrados profissionais e um ainda não possui produção acadêmica, no ano escolhido para análise uma vez que o ano base da pesquisa foi 2016, por ser o fechamento do quadriênio da CAPES. Assim, encontramos 245 produções finalizadas da pós-graduação, das quais 221 são dissertações e 24 são teses. Para a análise da pesquisa, utilizamos 243 produções, no caso 219 dissertações e 24 teses, por duas faltarem informações imprescindíveis.

Coletamos essas informações de três formas: *Currículos Lattes*, *dados referentes à áreas da Capes*, e *por últimas informações nas páginas oficiais das universidades*. Para assim, montar uma Análise de Correspondência Múltipla (ACM) com as seguintes informações, de discentes e docentes: curso de graduação; instituição onde cursou a graduação; cidade do campus onde cursou a graduação; ano de conclusão da graduação; curso de mestrado; instituição onde cursou o mestrado; cidade do campus onde cursou o mestrado; ano de conclusão do mestrado; títulos das dissertações e teses; gênero (por auto declaração no *Lattes*); as três primeiras palavras chaves dos resumos das teses e dissertações; curso de doutorado; instituição onde cursou o doutorado; cidade do campus onde cursou o doutorado; ano de conclusão do doutorado.

Os dados investigados dos cursos foram: programas com mestrado e doutorado; instituição programa de pós-graduação; nota da capes no referido ano; ano de início do mestrado; região do país; ano do início doutorado; cidade do campus (programa); região da cidade do campus; categoria administrativa da instituição.

Assim, a ACM possibilita formar variáveis ativas e passivas. Neste sentido, explorar as analogias entre as variáveis e suas categorias que podem ser concebidas por meio dos espaços relativos que as distinguem na chamada “nuvem de modalidade” [*cloud of modalities*], elaboradas a partir dos dados coletados, entre os eixos do espaço que se correspondem. Além disso, a ACM possibilita inserir os indivíduos nesse espaço, dando origem à nuvem de indivíduos [*cloud of modalities*]. “Nela, as distâncias relativas entre eles refletem a dissimilaridade com respeito aos valores nos indicadores incluídos na análise” (BERTONCELO, 2018 p. 1).

Neste sentido, foram utilizados esses procedimentos, procurando entender e explicar o objeto de estudo, no qual se entende que as diversas ferramentas de pesquisa integram um conjunto de procedimentos, buscando instrumentos e técnicas variadas para responder ao problema.

A pesquisa também se configura numa combinação de pesquisa qualitativa e quantitativa. Na visão de Minayo (2002, p. 21), a pesquisa qualitativa está direcionada a questões muito particulares, ou seja, a “trabalhar com o universo dos significados, motivações, crenças, valores e atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos [...]”.

Na visão de Fonseca (2002), a pesquisa quantitativa difere da pesquisa qualitativa no que diz respeito aos resultados, pois:

[...] os resultados da pesquisa podem ser quantificados. [...] A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (FONSECA, 2002, p. 20).

A respeito das variáveis, Durval (2015, p. 225) explica que;

[...], sobretudo, em sociologia, as variáveis são quase sempre categorizadas (ou qualitativas), ao passo que a idade de fim de estudos e o salário são variáveis numéricas (ou quantitativas). As variáveis numéricas podem assumir, ao menos teoricamente, uma infinidade de valores e é possível calcular sua média num grupo de pessoas. Em contrapartida, as variáveis categorizadas (categoria socioprofissional, a religião, o sexo.). Não assumem senão um número finito de valores, denominada modalidade (para o gênero, “masculino” e “feminino”); elas definem categorias na população estudada (os homens e as mulheres). A análise fatorial não pode ser praticada senão nas tabelas onde todas as variáveis são do mesmo tipo.

Sobre as ACMs, estas empregadas por pesquisadores/as franceses/as e brasileiros/as, segundo a análise geométrica de dados iniciada por Bézecri 1992 apud Pedroso 2015, que norteia a narrativa da pesquisa, correspondem e explicam as relações entre as diferentes variáveis e suas categorias (BOURDIEU, 2007; DUVAL, 2004; LEBERON, 2006, 2009; LE ROUX; ROUANET, 2010 apud PEDROSO, 2015).

Contudo, a partir das literaturas de Durval (2004; 2015), Bertoncelo (2018), Pedroso (2015) interpretam os dados principais, que nos permitem encenar diversas variáveis para enquadrar as distintas extensões que surgirem desse modo ao obtermos os dados coletados e os relacionar, geraram dados qualitativos, para compor a pesquisa.

Assim foi preciso utilizar variáveis ativas, para entendermos os contrastes entre os agentes que expressaram as diferenças em seus atributos, observadas entre a resposta que concederam e a formulação de outra variável. Assim, quanto mais expressaram variedade, mais longe estavam e o contrário também ocorreu. Esse fato sucedeu pela influência entre elas, de modo que elas compuseram um espaço setorizado (LEBERON, 2006; LEROUX; ROUANET, 2010 apud PEDROSO, 2015). Assim, explicaremos a seguir as variáveis

ativas e as ilustrativas, aplicadas sobre as propriedades dos alunos/as, orientadores/as e os cursos de pós-graduação.

3.1. Variáveis e suas categorias (discentes)

Os posicionamentos dos discentes, dos docentes e os cursos de Desenvolvimento Regional no espaço foram relacionados a um conjunto de características sociais, relacionadas a cada curso de graduação, mestrado, doutorado, seu tema de pesquisa e a entidade de ensino que cursou a pós-graduação. Assim, nove variáveis foram elaboradas em torno das propriedades dos agentes, ou seja, discentes do curso *Stricto Sensu* da área do PLURD.

Assim, apresento o nome da variável em negrito e em seguida a sigla que a identifica, entre parênteses. Depois, em itálico, vou apresentar o nome da categoria variável, com a sigla que a identifica em seguida entre parênteses. E, após o nome de cada categoria apresento sua significação ou ao que ela corresponde, o que ela representa.

Sexo dos discentes (SEXO), com duas categorias (ilustrativas): *Masculino* (Sexo, Mas) e *Feminino* (Sexo, Fem).

Graduação dos discentes (GRAD CURSO), com quatorze categorias (ilustrativas): *Administração* (GD ADM): Administração, Administração de Empresas, Gestão Pública. *Ciências Contábeis* (GD CIÊN CONT): Ciências Contábeis. *Ciências Sociais* (GD CIÊN SOC): Ciências Sociais e Sociologia. *Comunicação Social* (GD COM SOC): Comunicação Social, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Arte e Mídia. *Direito* (GD DIRET): Direito. *Economia* (GD ECON): Economia, Ciências Econômicas. *Geografia* (GD GEOG): Geografia. *Letras* (GD LETR): Letras. *Outras* (GD OUTRAS): Ciência da Computação, Comércio Exterior, Designer, Enfermagem, Farmácia, Informática, Matemática, Química, Rede de Computadores, Tecnologia em Informação, Sistema de Informação, Ciências Biológicas. *Outras Engenharias* (GD OUTRAS ENG): Engenharia de Alimentos, Ambiental, Florestal, Agrônômica e Arquitetura e Urbanismo. *Outras Humanidades* (GD OUTRAS HUM): Biblioteconomia, Relações Internacionais, Filosofia, Serviço Social, História. *Pedagogia* (GD PEDAG): Pedagogia e, marginalmente, Educação Artística e Educação Física. *Psicologia* (GDPSIC): Psicologia. *Turismo* (GD TURI): Turismo e Turismo Cultural.

Graduação dos discentes (INSTIT DE GRAD), com vinte e sete categorias (ilustrativas): *Outras Universidades ou Faculdades* (GD OUTRAS): Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras, Instituto Blumeauense de Ensino Superior, Ceulp-Ulbra/Palmas, Centro Universitário Metodista, Centro Universitário Assis Gurgacz, Centro Universitário de Brusque, Centro Universitário de Formiga, Centro Universitário de Mineiros, Centro Universitário Dinâmicas das Cataratas, Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná, Centro Universitário Internacional, Centro Universitário Luterano de Manaus, Centro Universitário Unilasalle, Faculdade de Direito de Franca, Faculdade Cathedral de Ensino Superior, Faculdade Cenecista de Osório, Faculdade de Direito de São Carlos, Faculdade de Itapiranga, Faculdade de Pato Branco, Faculdade Estácio de Macapá, Faculdade Integrada do Vale do Iguaçu, Faculdade Sul Brasil, Faculdades de Ciências Aplicadas de Cascavel, Faculdades Reunidas de Administração e Ciências Contábeis e Econômicas de Palmas/PR, Faculdades Salesianas, Fundação Universidade do Contestado, Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo, Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Instituto Metodista Bennett, Organização Guará de Ensino, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidad de Los Llanos, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Universidade Católica Dom Bosco, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Universidade de Ibagué, Universidade de Mogi das Cruzes, Universidade de Querétar, Universidade de Ribeirão Preto, Universidade do Estado do Pará, Universidade do Planalto Catarinense, Universidade Eduardo Mondlane, Universidade Estadual do Piauí, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Rondônia, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal do Amapá, Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal do Mato Grosso, Universidade Federal Fluminense, Universidade Feevale, Universidade para o Desenvolvimento do Alto do Vale do Itajaí, Università Degli Studi di Milano, Centro Universitário da Bahia, Centro Universitário Luterano de Palmas, Sociedade Educacional de Três de Maio, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Universidade Católica de Pelotas, Universidade Católica de Salvador, Universidade de Caxias do Sul, Universidade de Passo Fundo, Universidade Estadual do Tocantins, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação da Bahia. *Universidade Federal de Campina Grande* (GD UFCG): Universidade Federal de Campina Grande. *Universidade*

Federal do Maranhão (GD UFMA): Universidade Federal do Maranhão. *Universidade Federal do Paraná* (GD UFPR): Universidade Federal do Paraná. *Universidade Federal de Roraima* (GD UFRR): Universidade Federal de Roraima. *Universidade Federal de Santa Catarina* (GD UFSC): Universidade Federal de Santa Catarina. *Universidade Federal de Santa Maria* (GD UFSM): Universidade Federal de Santa Maria. *Universidade Federal do Tocantins* (GD UFT): Universidade Federal do Tocantins. *Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita* (GD UNESP): Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita. *Universidade do Contestado* (GD UNI CONTEST): Universidade do Contestado. *Universidade de Cruz Alta* (GD UNI CRUZ ALTA): Universidade de Cruz Alta. *Universidades Estaduais da Bahia* (GD UNI EST BA): Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. *Universidade Estadual do Maranhão* (GD UNI EST MA): Universidade Estadual do Maranhão. *Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul* (GD UNI EST MS): Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. *Universidade Estadual da Paraíba* (GD UNI EST PB): Universidade Estadual da Paraíba. *Universidades Estaduais do PR* (GD UNI EST PR): Faculdade Estadual de Ciências e Letras Campo Mourão, Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, Universidade do Norte do Paraná, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual do Centro Oeste, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade Estadual do Paraná. *Universidade do Estado de Santa Catarina* (GD UNI EST SC): Universidade do Estado de Santa Catarina. *Faculdades Integradas de Taquara* (GD UNI INTEG TAQ): Faculdades Integradas de Taquara. *Universidade Luterana do Brasil* (GD UNI LUT BR): Universidade Luterana do Brasil. *Universidade Regional de Blumenau* (GD UNI REG BLUM): Fundação Universidade Regional de Blumenau. *Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul* (GD UNI REG NO RS): Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. *Universidade de Salvador* (GD UNI SALVADOR): Universidade de Salvador. *Universidade de Santa Cruz do Sul* (GD UNI SANT C SUL): Universidade de Santa Cruz do Sul. *Universidade de Taubaté* (GD UNI TAUBATÉ): Universidade de Taubaté. *Universidade do Vale do Rio dos Sinos* (GD UNI V R SINOS): Universidade do Vale do Rio dos Sinos. *Universidade Federal do Amapá* (GD UNIFAP): Centro de Ensino Superior e Universidade Federal do Amapá. *Universidade Tecnológica Federal do Paraná* (GD UTFPR): Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Universidade Tecnológica do Paraná e Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Cidade do campus da graduação dos discentes (CID CAMPUS GRAD), com vinte e duas categorias (ilustrativas): *Blumenau* (CID GD BLUMENAU SC): Blumenau. *Boa Vista* (CID GD BOA VISTA RR): Boa Vista. *Campina Grande* (CID GD CAMP GRA PB): Campina Grande. *Cruz Alta* (CID GD CRUZ ALTA RS): Cruz Alta. *Curitiba* (CID GD CURITIBA PR): Curitiba. *Florianópolis* (CID GD FLORIAN SC): Florianópolis. *Ijuí* (CID GD IJUÍ RS): Ijuí. *Macapá* (CID GD MACAPÁ AP): Macapá. *Outras* (CID GD OUTRAS): Apucarana, Barreiras, Belém, Belo Horizonte, Brusque, Cametá, Campo Grande, Campo Mourão, Canoas, Canoinhas, Cascavel, Caxias do Sul, Chapecó, Colômbia, Cornélio Procópio, Feira de Santana, Formiga, Foz do Iguaçu, Franca, Guaratinguetá, Itapetininga, Itaporanga, Ituiutaba, João Pessoa, Lages, Londrina, Manaus, Maringá, Milão, Mineiros, Mogi das Cruzes, Niterói, Osório, Palmas/PR, Pantanal, Passo Fundo, Porto Alegre, Porto Velho, Ribeirão Preto, Rio Grande do Sul, Santa Cruz, São Carlos, Teresina, Uberlândia, União da Vitória. *Palmas* (CID GD PALMAS TO): Palmas/TO. *Pato Branco* (CID GD PATO BRA PR): Pato Branco. *Pelotas* (CID GD PELOTAS RS): Pelotas. *Ponta Porã* (CID GD PONTA PO MS): Ponta Porã. *Salvador* (CID GD SALVADOR BA): Salvador. *Santa Cruz do Sul* (CID GD SANTA C S RS): Santa Cruz do Sul. *Santa Maria* (CID GD SANTA MA RS): Santa Maria. *São Leopoldo* (CID GD SÃO LEOP RS): São Leopoldo. *São Luís* (CID GD SÃO LUIZ MA): São Luís. *São Paulo* (CID GD SÃO PAULO SP): São Paulo. *Taquara* (CID GD TAQUARA RS): Taquara. *Taubaté* (CID GD TAUBATÉ SP): Taubaté. *Toledo* (CID GD TOLEDO PR) Toledo.

Ano de conclusão da graduação dos discentes (GD ANO CONCLUSÃO), com sete categorias (ilustrativa): *1978 a 1999* (GD ANO CON 78 A 99): concluiu o curso de 1978 a 1999. *2000 a 2004* (GD ANO COM 00 A 04): concluiu o curso de 2000 a 2004. *2005 a 2006* (GD ANO CON 05 A 06): concluiu o curso de 2005 a 2006. *2007 a 2008* (GD ANO CON 07 A 08): concluiu o curso de 2007 a 2008. *2009 a 2010* (GD ANO CON 09 A 10): concluiu o curso de 2009 a 2010. *2011 a 2012* (GD ANO CON 11 A 12): concluiu o curso de 2011 a 2012. *2013 a 2014* (GD ANO CON 13 A 14): concluiu o curso de 2013 a 2014.

Conclusão do curso de Mestrado ou Doutorado dos discentes (2016 FIM MS DR), com oito categorias (ativas): *Desenvolvimento Regional* (MS DES REG): Desenvolvimento Regional e Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional. *Desenvolvimento Regional e urbano* (MS DES REG URB): Desenvolvimento Regional e Urbano. *Desenvolvimento*

Regional da Amazônia (MS DES REG AMA): Desenvolvimento Regional da Amazônia. *Desenvolvimento Regional e Agronegócio* (MS DES REG AGRONEG): Desenvolvimento Regional e Agronegócio. *Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos* (MS DES REG SIS PRO): Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. *Desenvolvimento Socioespacial e Regional* (MS DES SOC ESP REG): Desenvolvimento Socioespacial e Regional. *Planejamento e Desenvolvimento Regional* (MS PLA DES REG): Planejamento e Desenvolvimento Regional. *Desenvolvimento Regional* (DR DES REG): curso de doutorado em Desenvolvimento Regional, majoritariamente e, por vezes, agronegócio ou urbano.

Tema de pesquisa 1 do Mestrado e Doutorado dos discentes (TEMA PESQ MS 1), com quarenta e cinco categorias (ilustrativas): *Agricultura* (TP AGRICULTURA 1): agricultura, agricultura orgânica, agroecologia, agroecossistemas. *Agricultura familiar* (TP AGRIC FAM 1): agricultura familiar. *Análises* (TP ANÁLISE 1): análise de comportamento, análise espacial, análise multicritério, análise envoltória de dados. *Capital Recurso Humano* (TP CAP REC HUM 1): capital humano, capital intelectual, capital social. *Comércio* (TP COMÉRCIO 1): comercialização, comércio exterior, comércio internacional. *Conselhos* (TP CONSELHO 1): conselho de cultura popular, conselho de desenvolvimento, conselhos de Saúde, conselhos Municipais. *Cultura* (TP CULTURA 1): cultura, cultura caipira, cultura de paz, cultura e desenvolvimento, cultura organizacional. *Desenvolvimento* (TP DESENVOL 1): desenvolvimento. *Desenvolvimento Outros* (TP DESENVOL OUTROS 1): desenvolvimento de experiência, desenvolvimento econômico, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento geográfico desigual, desenvolvimento humano, desenvolvimento local, desenvolvimento regional, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento territorial, desenvolvimento territorial sustentável, desenvolvimento urbano. *Desenvolvimento Regional* (TP DESENVOL REG 1): desenvolvimento regional, desenvolvimento regional sustentável. *Direito* (TP DIREITO 1): direito ao desenvolvimento, direito de propriedade, direito difuso, direito humanos. *Economia* (TP ECONOMIA 1): economia, economia criativa, economia baiana, economia da saúde, economia do trabalho, economia industrial, economia institucional, economia regional, economia solidária, economia urbana, nova economia institucional. *Educação* (TP EDUCAÇÃO 1): educação, educação a distância, educação básica, educação em áreas rurais tradicionais, educação feminina, educação integral, educação no campo, educação permanente em saúde, educação profissional, educação superior, educação técnica

profissional, ensino fundamental, ensino superior, formação continuada, formação de educadores, formação docente, formação docente continuada, frequência escolar, pedagogia da alternância, práticas docentes, professores. *Empreendedorismo* (TP EMPREEND 1): empreendedorismo, empreendedor inovador, empreendimentos associativos. *Estados Brasileiros* (TP ESTADOS BRASIL 1): Amapá, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Roraima, Tocantins; *Estratégia* (TP ESTRATÉGIA 1): estratégia, estratégia de comunicação, estratégia de saúde da família, estudos estratégicos. *Gênero* (TP GÊNERO 1): gênero, mulheres rurais, relações de gênero. *Gestão* (TP GESTÃO 1): autogestão, gestão de custos, gestão de pessoas no setor público, gestão de resíduos sólidos, gestão democrática, gestão do conhecimento, gestão Empresarial, gestão estratégica, gestão humana de pessoas, gestão social, gestores de saúde, práticas de gestão. *Governança* (TP GOVERNANÇA 1): governança, governança corporativa, governança regulatória, governança territorial. *História* (TP HISTÓRIA 1): história. *Identidade* (TP IDENTIDADE 1): identidade, identidade cultural, identidade territorial. *Inclusão* (TP INCLUSÃO 1): inclusão, inclusão financeira e social, inclusão social. *Indústria* (TP INDÚSTRIA 1): indústria de Blumenau, indústria do salmão, industrialização, indústrias erva mateira. *Inovação* (TP INOVAÇÃO 1): inovação. *Instituições* (TP INSTITUIÇÃO 1): institucionalismo, Instituições. *Marketing* (TP MARKETING 1): marketing, marketing de relacionamentos, marketing reverso, marketing de eventos. *Mercados* (TP MERCADOS 1): mercado de trabalho, mercados, mercados institucionais, mercado institucional. *Mídia* (TP MÍDIA 1): jornalismo econômico, mídia regional, telejornalismo, televisão regional. *Municípios Brasileiros* (TP MUNIC BRASIL 1): Campina Grande, Campos do Jordão, Cascavel, Cidade de Salvador, Garopaba, Imaruí e Imbituba, Itabuna, Jequié, Município do Conde, São Luís, Toledo. *Outros* (TP OUTROS 1): (in) visibilidade, a política nacional de humanização, abordagem holística transcendente, ação coletiva, acidentes de trânsito, ações cooperativas, acumulação de capital, administradores egressos, água, adolescente, afrodescendente, agência, agir, aglomeração produtiva, aglomerado, agroindústrias cooperativas, agronegócio, alinhamento organizacional, Altillanura/Colômbia, antecedentes de sucesso de informações, aposentadoria, aprendizagem, aprendizagem organizacional, aproximação regional, área de livre comércio, área de disposição final, arranjo institucional, arranjos populacional, arranjos produtivos, artesanato, aspectos econômicos, aspectos sócio espaciais, associação de agricultores, atividade, atores sociais, Awá Guajá/MA, balanced scorecard, barreiras tarifárias, bem-estar, benefício de prestação continuada, biblioteca universitária, biodiversidade, biogás no oeste do Paraná, biopolítica, bloco econômico,

cadeia auxiliar, cadeia produtiva de carne bovina, cadeia produtiva do leite, Calçone, cadeias produtivas, câncer de colo de útero, capacidades humanas, cargos comissionados, carne de frango, catadores de materiais recicláveis, centralidade, cesta de bens, ciclos de longa duração, cidadania deliberativa, cidade, cidade digital, ciência, cinema, circuito espacial de produção e círculos de cooperação, cisternas, clientelismo político, cogumelos, colonização, commodities agrícolas, competências tributárias, competitividade, comportamento do comprador, comportamento humano, comunicação estratégica, comunidade, conceito, confiança, consciência ambiental, construção da hidroelétrica, construção do reservatório, consultor, consultoria, contratos de integração, controle social, cooperativa Canore, cooperativismo, crescimento, crescimento econômico, criação de conhecimento, custo de produção, custo de transação, demanda, desastres naturais, desempenho, desemprego, desempenho escolar, desigualdade socioespacial, desigualdades, desintrusão, deslocamento pendular, desqualificação, dimensões da sustentabilidade, diversificação, divisão territorial do trabalho, drogas, eficiência, eficiência técnica, empoderamento, empoderamento feminino, empresa familiar, empresas de pequeno porte, encarcerado, energia eólica, enfoque pedagógico para o desenvolvimento territorial, enquadramento, envelhecimento, equidade, erosão laminar, erva mate, espaço público, espaço urbano amazônico, especialização produtiva, esporte, estado, etnicidade, exportação, expressões culturais, externalidades sociais, faixas de fronteiras, família rural, fatores comportamentais, felicidade, ferrovia, festas populares, fotografia, fronteira, função social, fungicultura, governos eletrônicos, habitação, hélice tríplice, hierarquia social de status, homem pantaneiro, humanização, igreja católica, imagem, imaginários urbanos, impacto socioambientais, impactos sociais, impactos socioeconômicos, imperialismo, indicadores, indicadores de desenvolvimento, influenciadores, informações, informacionalismo, informática, infraestrutura, iniquidades, inserção de mercado, inserção do assistente social na política habitacional, insumos-produto, integração, integração física, interdisciplinaridade, internacionalização, irrigação, juventude, lazer, lei de responsabilidade fiscal, Lei nº 10.304/2001, liberdade, liderança humanizada, logística de transporte, logística internacional, mangabeira, meio ambiente, meio rural, memória, metacontingência, microempresas, migração, militância, missioecologia, movimento francês, movimento italiano, movimentos sociais, objetivos do desenvolvimento sustentável, objetivos do desenvolvimento do milênio, Ongs, oportunidades, ordem dos advogados do Brasil, organização espacial, organizações, pacto federativo, participação popular, participação social, patrimônio, pensamento social, percepção, percepção

ambiental, pendulares, performance Clown, pesca artesanal, pessoa com deficiência, pessoa idosa, petróleo, Petrosur, pluriatividade, pobreza, pobreza multidimensional, poder político, porto Salvador, portos, posicionamento, potencialidades, precarização, prevenção, princípios e fundamentos, problema habitacional, produção de espaço, produção do espaço urbano, produto interno bruto, produtores de erva mate, profissão, progresso, projeto formoso, projetos de ação territorial, promoção da cidadania, proteção social, qualidade da água, qualidade do frango e corte, qualificação, questão agrária, questão regional, raça, racionalidade ambiental, redes sociais, reestruturação do capitalismo, reestruturação urbana, regime próprio de previdência social, religião, rendimento escolar, reorganização espacial, representações, reprodução familiar social, resíduos sólidos, resíduos sólidos urbanos, resorts, responsabilidade do poder público, responsabilidade social, responsabilidade Social empresarial, restaurante popular, revitalização urbana, Sine, sisal, Siscoserv, sistema agroindustrial de frango de corte, sistema agroindustrial, sites e portais digitais, situação de vida, sociedade civil, socioambiental, sociologia pragmática, subdesenvolvimento, subjetividade, sucessão empresarial, sucesso de sistemas de informação, Tecon Rio Grande, terra indígena, trabalhadores em Saúde, trabalho, transporte, transposição didática, tríplice hélice, união europeia, universidade, universidades federais, uso e ocupação do solo, voluntariado, vulnerabilidade, vulnerabilidade ambiental. *Brasil* (TP BRASIL 1): Brasil. *Outros Países* (TP OUTROS PAÍSES 1): Belize, Brasil, Guiana, México, Paraguai, Venezuela. *Planejamento* (TP PLANEJAMENTO 1): planejamento, planejamento da paisagem, planejamento e desenvolvimento regional, planejamento estratégico, planejamento regional, planejamento turístico, planejamento urbano, planejamento e gestão urbana. *Planos e Políticas* (TP PLAN POLÍT 1): plano diretor, plano diretor participativo, plano territorial, políticas, políticas educacionais, política externa norueguesa, políticas de cultura, políticas de gestão de pessoas, Políticas Educacionais, políticas territoriais. *Políticas Públicas* (TP POLÍT PÚBLICA 1): implementação de políticas públicas, políticas públicas, políticas públicas culturais. *Programas Governamentais* (TP PROGR GOVER 1): bolsa família, política de transferência de renda condicionada, programa conecta DEL-BRASIL, programa de aceleração do crescimento, programa de aquisição de alimentos, programa ensino médio inovador, programa gente que faz a Paz, programa institucional de bolsas à iniciação à docência, programa jovem aprendiz, programa mais educação, programa Minha Casa Minha vida, PROINF, Pró-jovem urbano, Pronaf. *Regiões Brasileiras* (TP REGIÕES BRASIL 1): Amazônia, Amazônia, setentrional Amapaense, Cariri paraibano, ilha de Itaparica, ilha de Tauá-Mirim, Lagoa do Jansen, Mercosul,

mesorregião do oeste do Paraná, microrregião Paraibuna Paraitinga, Nordeste, Norte do Mato Grosso, Pantanal mato-grossense, região, região da campanha Gaúcha, região metropolitana de Salvador, região nordeste, regiões carboníferas no RS, semiárido, semiárido brasileiro, sub-região de Macapá. *Saúde* (TP SAÚDE 1): saúde, saúde ambiental, saúde pública, sistema único de saúde. *Sistemas* (TP SISTEMAS 1): sistema de gestão, sistema de integração, sistemas produtivos. *Sustentabilidade* (TP SUSTENTAB 1): sustentabilidade, sustentabilidade empresarial. *Tecnologia* (TP TECNOLOGIA 1): tecnologia, tecnologia da informação, tecnologia da informação e comunicação, tecnologias hídras sociais. *Teorias* (TP TEORIA 1): teoria de colonialidade, teoria da dependência, teoria dos salários, teorias do desenvolvimento. *Território* (TP TERRITÓRIO 1): desterritorialização, dinâmica territorial, territorialidade, territorialização, território, território da cidadania, territórios rurais, territórios tecnológicos, uso do território. *Turismo* (TP TURISMO 1): turismo, turismo arqueológico, turismo rural. *Unidades de Conservação e paisagem, parques e reservas* (TP UNI COPA PAR RES 1): parque nacional da serra do Itajaí, parques, reserva de desenvolvimento sustentável do Iratapuru, reservas extrativistas, unidade de conservação, unidade de paisagens.

As variáveis relacionadas ao tema de pesquisa do mestrado e doutorado, tema 1, 2 e 3 segue as mesmas representações, dessa forma não repetiremos os temas, já exposto.

3.2. Variáveis e suas categorias (docentes)

Neste tópico, apresentaremos as propriedades dos/as orientadores/as dos cursos de Desenvolvimento Regional. Neste contexto, abordaremos suas características sociais, inseridas em suas formações na graduação, mestrado e doutorado. Assim treze variáveis foram elaboradas em torno dos agentes.

Assim, apresento o nome da variável em negrito e em seguida a sigla que a identifica, entre parênteses. Depois, em itálico, vou apresentar o nome da categoria variável, com a sigla que a identifica em seguida entre parentes. E após o nome de cada categoria apresento sua significação ou ao que ela corresponde, o que ela representa.

Sexo dos docentes (SEXO), com duas categorias, (ilustrativa): *Masculino* (Sexo Mas) e *Feminino* (Sexo Fem).

Cursos de graduação dos/as orientadores/as (GRAD CURSO), com dezessete categorias (ilustrativa): *Administração* (GD ADM): Administração, Administração de Empresas, Administração com Habilitação em Cooperativas, Administração Rural. *Agronomia*, (OR GD AGRON): Agronomia e Engenharia Agrônômica. *Arquitetura e Arquitetura e Urbanismo* (OR GD ARQUIT): Arquitetura e Arquitetura e Urbanismo. *Ciências Sociais* (GD CIÊN SOC): Ciências Sociais e Sociologia. *Comunicação Social* (OR GD COM SOC): Comunicação Social. *Direito* (OR GD DIRET): Direito. *Economia* (OR GD ECON): Economia, Ciências Econômicas. *Filosofia* (OR GD FILOS): Filosofia. *Geografia* (OR GD GEOG): Geografia, predominantemente e, marginalmente, Geologia e Meteorologia. *História* (OR GD HIST): História. *Letras* (OR GD LETR): Letras. *Pedagogia* (OR GD PEDAG): Pedagogia e Marginalmente Desenho, Pintura e Educação Física. *Psicologia* (OR GD PSIC): Psicologia. *Relações Internacionais* (OR GD REL INTER): Relações Internacionais. *Outras Áreas Biológicas* (OR GR OUT ÁRE BIO): Ciências, Ciências Biológicas e Medicina Veterinária. *Outras Áreas Exatas* (OR GR OUT ÁRE EXA): Ciências Contábeis, Eletrônica, Engenharia Industrial, Elétrica e Eletrônica, Telecomunicação, Engenharia Metalúrgica e Física, Informática, Processamento de dados e Química Industrial. *Outras Áreas Humanas* (OR GR OUT ÁRE HUM): Assistente Social, Ciências Militares, Estudos Sociais, Relações Públicas, Secretariado Executivo Bilíngue e Serviço Social.

OR Universidade da Graduação (OR UNIVER DE GRAD), com vinte e oito categorias (ilustrativa): *Faculdade de Filosofia e Letras Dom Bosco* (OR GD DOM BOSCO):

Faculdade de Filosofia e Letras Dom Bosco. *Instituições no Exterior* (OR GD EXTERIOR): Universidade de Buenos Aires, Universidad de La Salle, Universitat de Lleida/ Espanha. *Fundação Universidade Regional de Blumenau* (OR GD FURB): Fundação Universidade Regional de Blumenau. *Outras Universidades e Faculdades* (OR GD OUTRAS): Centro Universitário de Belas Artes de São Paulo, Faculdade de Ciências Administrativas de Ponta Porã, Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão, Faculdade de Direito, Faculdade Oswaldo Cruz, Fundação Educacional Regional Jaraguense, Universidade de Mogi das Cruzes, Universidade de Passo Fundo, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Econômicas de Palmas-PR, Academia Militar das Agulhas Negras, Faculdade de Ciências Econômicas no Sul de Minas, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, Fundação do Planalto Norte Catarinense, Fundação Educacional de Brusque, Universidade do Contestado, Faculdade Porto Alegrense de Ciências Contábeis e Administrativas, Universidade Feevale, Universidade do Sul de Santa Catarina, Universidade Norte do Paraná. *Outras Universidades Públicas Estaduais* (OR GD OUTR UNIV EST): Universidade Estadual da Paraíba, Universidade Estadual do Ceará. *Outras Universidades Públicas Federais* (OR GD OUTR UNIV FED): Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Lavras, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Tocantins, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal Rural de Pernambuco. *Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul* (OR GD PUC RS): Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul. *Outras Pontifícia Universidade Católica* (OR GD PUCS OUTRAS): Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *Universidade Federal da Bahia* (OR GD UFBA): Universidade Federal da Bahia. *Universidade Federal do Maranhão* (OR GD UFMA): Universidade Federal do Maranhão. *Universidade Federal do Pará* (OR GD UFPA): Universidade Federal do Pará. *Universidade Federal da Paraíba* (OR GD UFPB): Universidade Federal da Paraíba. *Universidade Federal do Paraná e Universidade Tecnológica Federal do Paraná* (OR GD UFPR): Universidade Federal do Paraná e Universidade Tecnológica Federal do Paraná. *Universidade Federal do Rio Grande do Sul* (OR GD UFRGS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Universidade Federal de Santa Catarina* (OR GD UFSC):

Universidade Federal de Santa Catarina. *Universidade Federal de Santa Maria* (OR GD UFSM): Universidade Federal de Santa Maria. *Universidade Federal de Viçosa* (OR GD UFV): Universidade Federal de Viçosa. *Universidade de Brasília* (OR GD UNB): Universidade de Brasília. *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho* (OR GD UNESP): Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. *Universidade Católica do Salvador* (OR GD UCSAL): Universidade Católica do Salvador. *Fundação Universidade de Cruz Alta* (OR GD UNI Cruz Alta): Fundação Universidade de Cruz Alta. *Instituições Estaduais do PR* (OR GD UNI EST PR): Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Ponta Grossa. *Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul* (OR GD UNI REG NO RS): Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. *Universidade de Santa Cruz do Sul* (OR GD UNI SANT C SUL): Universidade de Santa Cruz do Sul. *Universidade do Vale do Rio dos Sinos* (OR GD UNI V R SINOS): Universidade do Vale do Rio dos Sinos. *Universidade de Taubaté* (OR GD UNITAU): Universidade de Taubaté. *Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões* (OR GD URI): Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. *Universidade de São Paulo e Unicamp* (OR GD USP UNICAMP): Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas.

Orientador/a cidade do campus da Graduação (OR CID CAMPUS GRAD), com vinte e oito categorias (ilustrativas): *Belém* (OR CID GD BELÉM): Belém. *Brasília* (OR CID GD Brasília): Brasília. *Campinas* (OR CID GD CAMPINAS): Campinas. *Cruz Alta* (OR CID GD CR ALTA): Cruz Alta. *Curitiba* (OR CID GD CURITIBA): Curitiba. *Erechim* (OR CID GD ERECHIM): Erechim. *Florianópolis* (OR CID GD FLORIANÓ): Florianópolis. *Goiânia* (OR CID GD GOIÂNIA): Goiânia. *Ijuí* (OR CID GD IJUÍ): Ijuí. *João Pessoa* (OR CID GD J PESSOA): João Pessoa. *Londrina* (OR CID GD LONDRINA): Londrina. *Outras Cidades* (OR CID GD OUTRAS): Altamira, Barreiras, Brusque, Blumenau, Canoas, Campina Grande, Francisco Beltrão, Hamburgo, Itajubá, Jaraguá do Sul, Lavras, Maringá, Mogi das cruces, Niterói, Pantanal, Passo fundo, Ponta grossa, Ponta Porã, Sorocaba, São Carlos, Três lagoas. *Outras Capitais* (OR CID GD OUT CAP E): Belo Horizonte, Fortaleza, Manaus, Teresina. *Cidades Exterior* (OR CID GD EXTERIOR): Lleida/Espanha, Buenos Aires. *Palmas, Palmas/PR* (OR CID GD PALMAS): Palmas, Palmas/PR. *Porto Alegre* (OR CID GD P ALEGRE): Porto Alegre. *Recife* (OR CID GD RECIFE): Recife. *Rio de Janeiro* (OR CID GD R JANEIR): Rio de Janeiro. *Salvador* (OR

CID GD SALVADOR): Salvador. *Santa Cruz do Sul* (OR CID GD S CR SUL): Santa Cruz do Sul. *Santa Maria* (OR CID GD S MARIA): Santa Maria. *São Leopoldo* (OR CID GD S LEOPOL): São Leopoldo. *São Luís* (OR CID GD SÃO LUÍS): São Luís. *São Paulo* (OR CID GD S PAULO): São Paulo. *Taubaté* (OR CID GD TAUBATÉ): Taubaté. *Toledo* (OR CID GD TOLEDO): Toledo. *Viçosa* (OR CID GD VIÇOSA): Viçosa.

Curso de graduação ano conclusão do/a orientador/a (OR GRAD ANO CONCL), com quatorze categorias (ilustrativa): *1955 a 1969* (OR GD ANO 55 A 69): concluiu o curso de 1955 a 1969. *1975 a 1979* (OR GD ANO 75 A 79): concluiu o curso 1975 a 1979. *1980 a 1983* (OR GD ANO 80 A 83): concluiu o curso de 1980 a 1983. *1984 a 1985* (OR GD ANO 84 A 85): concluiu o curso de 1984 a 1985. *1986 a 1987* (OR GD ANO 86 A 87): concluiu o curso de 1986 a 1987. *1988* (OR GD ANO 88): concluiu o curso em 1988. *1989* (OR GD ANO 89): concluiu o curso em 1989. *1990* (OR GD ANO 90): concluiu o curso em 1990. *1991 a 1992* (OR GD ANO 91 A 92): concluiu o curso de 1991 a 1992. *1993 a 1994* (OR GD ANO 93 A 94): concluiu o curso de 1993 a 1994. *1995 a 1996* (OR GD ANO 95 A 96): concluiu o curso de 1995 a 1996. *1997 a 1999* (OR GD ANO 97 A 99): concluiu o curso de 1997 a 1999. *2000 a 2001* (OR GD ANO 00 A 01): concluiu o curso de 2000 a 2001. *2002 a 2005* (OR GD ANO 02 A 05): concluiu o curso de 2002 a 2005.

Curso de Mestrado do/a Orientador/a (OR MS CURSO), com onze categorias (ilustrativa): *Administração* (OR MS ADMINIST): Administração, Administração e Desenvolvimento Rural, Administração Educacional, Dirección y Organización de Empresas, Gestão Empresarial. *Ciências Sociais* (OR MS C SOCIAIS): Antropologia Social, Ciências da Sociedade, Ciências Humanas, Ciências Sociais, Sociologia Política, Sociologia, Sociologia Rural. *Desenvolvimento* (OR MS DESENV): Desenvolvimento Agrícola, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Regional. *Direito* (OR MS DIREITO): Direito, Direito Econômico e Social. *Economia* (OR MS ECONOMIA): Economia, Economia Aplicada, Economia Agrária, Economia Agrícola, Economia Rural, Ciências Econômicas. *Educação* (OR MS EDUCAÇÃO): Educação, Educação do Ensino Superior, Educação e Cultura, Educação nas Ciências, Educação para Ciência. *Engenharias* (OR MS ENGENHARIAS): Agronomia, Agronomia e Agrometeorologia, Engenharia da Produção, Engenharia Elétrica. *Geografia* (OR MS GEOGRAFIA): Geociências, Geografia, Geologia, Geologia e Geoquímica. *História* (OR

MS HISTÓRIA): História, História e Sociedade, História e Teoria da Arquitetura. *Outras Humanidades* (OR MS OUT C HUM): Comunicação e Informação, Comunicação e Letras, Psicologia, Psicologia Clínica, Relações Internacionais, Serviço Social. *Outras* (OR MS OUTROS): Agroecologia, Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Ciência, Ciência dos Alimentos, Ciências do Desporto de Recreação e Lazer, Ciências Ambientais, Ciências Veterinárias, Conservação e Manejo de Recursos, Contabilidade y Finanzas, Fitotecnia, Informática, Integração da América Latina, Integração Latino Americano, Linguística Aplicada e Estudo da Linguagem, Operações Militares, Planejamento Regional, Política Pública, Produção e Gestão Industrial, Urban Design.

Instituição mestrado do orientador/a (OR INSTIT MS), com quinze categorias (ilustrativas): *Universidade Estadual da Paraíba; Universidade Estadual do Maranhão; Universidade de Londrina; Universidade do Estado de Santa Catarina; Universidade Estadual de Londrina; Fundação Universidade Regional de Blumenau Universidade de Taubaté* (OR MS EST MUN PUB): *Universidade Estadual da Paraíba; Universidade Estadual do Maranhão; Universidade de Londrina; Universidade do Estado de Santa Catarina; Universidade do Estado de Santa Catarina; Universidade Estadual de Londrina; Fundação Universidade Regional de Blumenau; Universidade de Taubaté. Karlsruher Institut Fur Technologie/Kit Alemanha; Oxford Brookes University (OBU) Inglaterra; Pennsylvania State University; Universidad de Zaragoza, Unizar Espanha; Universidad Del Museo Social Argentino/Argentina; Universidade do Porto; Universitat de Lleida/Espanha; University de TSUKUBA/Japão (Or Ms Exterior): Karlsruher Institut Fur Technologie/Kit Alemanha; Oxford Brookes University/Inglaterra; Pensylvânia State University; Universidad de Zaragoza/Espanha; Universidad Del Museo Social Argentino/Argentina; Universidade do Porto; Universitat de Lleida/ Espanha; University de Tsukuba/Japão. *Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade Federal do Pará* (OR MS OUT FED CO NO): *Universidade de Brasília; Universidade Federal de Goiás; Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Universidade Federal do Pará. Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal do Maranhão; Universidade Federal Rural de Pernambuco* (OR MS OUT FED NE): *Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade federal do Ceará; Universidade Federal do Maranhão; Universidade Federal Rural de Pernambuco. Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de Pelotas;**

Universidade Federal de Viçosa; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (OR MS OUT FED SE S); Universidade Federal de São Carlos; Universidade Federal de Pelotas; Universidade Federal de Viçosa; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Pontifícia universidade Católica do Paraná; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (OR MS PUCS); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Universidade Federal da Bahia (OR MS UFBA); Universidade Federal da Bahia. Universidade Federal do Paraná; Universidade Tecnológica Federal do Paraná (OR MS UFPR); Universidade Federal do Paraná; Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (OR MS UFRGS); Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Universidade Federal de Santa Catarina (OR MS UFSC); Universidade Federal de Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Maria (OR MS UFSM); Universidade Federal de Santa Maria. Universidade Estadual paulista Júlio de Mesquita Filho (OR MS UNESP); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Instituto Presbiteriano Mackenzie, Universidade de Santa Cruz do Sul; Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Universidade Presbiteriana Mackenzie; Fundação Getúlio Vargas; Universidade Anhanguera; Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio grande do Sul (OR MS Uni Privada); Instituto Presbiteriano Mackenzie; Universidade de Santa Cruz do Sul; Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Universidade Presbiteriana Mackenzie; Fundação Getúlio Vargas; Universidade Anhanguera; Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz; Universidade Estadual de Campinas; Universidade de São Paulo (OR MS USP UNICAMP); Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz; Universidade Estadual de Campinas; Universidade de São Paulo. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Instituto Superior de Artes; Instituto tecnológico de Aeronáutica; Universidade Anhanguera (ORMS USP OUTRAS); Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Instituto Superior de Artes; Instituto Tecnológico de Aeronáutica; Universidade Anhanguera.

Cidade do campus do mestrado orientador/a (OR CID CAMPUS MS), com dezoito categorias (ilustrativas): *Barueri, SP (OR CID MS BARUER SP): Barueri (SP). Blumenau, SC (OR CID MS BLUMEN SC): Blumenau (SC). Brasília (OR CID MS BRASÍLIA): Brasília. Campinas (OR CID MS CAMPIN SP): Campinas. Curitiba (OR CID MS*

CURITIBA): Curitiba. *Exterior* (OR CID MS EXTERIOR): Alemanha, Argentina, Buenos Aires, Cuba, Inglaterra, Japão, Lleida/Espanha, Pensilvânia, Porto, Zaragoza. *Florianópolis* (OR CID MS FLORIANÓP): Florianópolis. *João Pessoa* (OR CID MS J PESSOA): João Pessoa. *Outras Cidades Sul* (OR CID MS OUT RS): Ijuí, Pelotas, São Leopoldo. *Outras Cidades de SP* (OR CID MS OUT SP): Piracicaba, São Carlos, São José dos Campos, Taubaté. *Outras Cidades* (OR CID MS OUTRAS): Belém, Campina Grande, Fortaleza, Goiânia, Londrina, São Luiz, Três Lagoas, Viçosa. *Porto Alegre* (OR CID MS P ALEGRE): Porto Alegre. *Rio de Janeiro* (OR CID MS R JANEIRO): Rio de Janeiro. *Recife* (OR CID MS RECIFE): Recife. *Santa Maria* (OR CID MS STA MA RS): Santa Maria. *São Paulo* (OR CID MS S PAULO): São Paulo. *Salvador* (OR CID MS SALVADOR): Salvador. *Santa Cruz do Sul* (OR CID MS STA C S RS): Santa Cruz do Sul.

Ano conclusão do mestrado orientador/a (OR MS ANO CONCL), com quinze categorias (ativas): *1975 a 1987* (OR MS ANO 75 A 87): conclui o curso de 1975 a 1987. *1988 a 1990* (OR MS ANO 88 A 90): concluiu o curso de 1988 a 1990. *1991 a 1992* (OR MS ANO 91 A 92): concluiu o curso de 1991 a 1992. *1993 a 1994* (OR MS ANO 93 A 94): concluiu o curso de 1993 a 1994. *1995 a 1996* (OR MS ANO 95 A 96): concluiu o curso de 1995 a 1996. *1997* (OR MS ANO 97): concluiu o curso em 1997. *1998* (OR MS ANO 98): concluiu o curso em 1998. *1999* (OR MS ANO 99): concluiu o curso em 1999. *2000* (OR MS ANO 00): concluiu o curso em 2000. *2001* (OR MS ANO 01): concluiu o curso em 2001. *2002* (OR MS ANO 02): concluiu o curso em 2002. *2003* (OR MS ANO 03): concluiu o curso em 2003. *2004* (OR MS ANO 04): concluiu o curso em 2004. *2005 a 2006* (OR MS ANO 05 A 06): concluiu o curso de 2005 a 2006. *2007 a 2008* (OR MS ANO 07 a 08): concluiu o curso de 2007 a 2008.

Curso de doutorado do/a orientador/a (OR DR CURSO), com quatorze categorias (ilustrativas): *Administração* (OR DR ADMIST): Administração, Administração e Turismo. *Ciência Política* (OR DR CIÊN SOC): Ciência Política, Ciências Sociais. *Sociologia* (OR DR Sociologia): Sociologia, Sociologia Política. *Comunicação* (OR DR COMUNICAÇÃO): Comunicação, Comunicação e Semiótica, Comunicação Social. *Desenvolvimento Regional* (OR DR DESEN REG): Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. *Ciência Econômica* (OR DR ECONOMIA): Ciência Econômica, Ciências Econômicas, Economia,

Economia Aplicada, Economia do Desenvolvimento, Doctorat Economie et Gestion, Sócio Economia do Desenvolvimento. *Educação* (OR DR EDUCAÇÃO): Educação, Educação Escolar. *Engenharia de Produção* (OR DR ENG PROD): Engenharia de Produção, Engenharia de Produção e Sistemas. *Geografia* (OR DR GEOGRAFIA): Geociências, Geografia, Geografia Humana, Geologia, Análise Geográfica Regional, Geoquímica e Petrologia. *História* (OR DR HISTÓRIA): História, História e Sociedade, História e Teoria da Arquitetura, Histórica Econômica. *Outros* (OR DR OUTROS): Arquitetura e Urbanismo, Biociências, Biotecnologia e Saúde Investigativa, Ciências, Ciências Militares, Contabilidad y Finanzas, Engenharia Civil, Informática na Educação, Medicina Veterinária, Meio ambiente e Desenvolvimento, Recursos Naturais, Saúde Coletiva, Tecnologia, Transport et Territoires. *Outras Ciências Agrônomicas* (OR DR OUT CIE AGR): Agronomia, Aquicultura, Ciência do Solo. *Outras Ciências Humanas* (OR DR OUT CIE HUM): Demografia, Linguística Aplicada e Estudo da Linguagem, Ciências Humanas, Artes, Direito, Direito Econômico e Socioambiental, Estudos Comparados Sobre as Américas, Integração Regional, Psicologia Clínica, Serviço Social, Teologia. *Relações Internacionais* (OR DR REL INTERN): Relações Internacionais.

Instituição de pós-graduação Doutorado orientador/a (OR INSTIT DR), com quinze categorias (ativa): *Exterior* (OR DR EXTERIOR): Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales/França, Supagro Montpellier/França, Universidad de Navarra, Universidade de Rouen, Universidade de Zaragoza/Unizar Espanha, Universitat de Barcelona, Universitat de Lleida/ Espanha, Université de Paris, Université du Québec à Chicoutimi/UQAC, Université du Québec à Rimouski, University of Tübingen/Alemanha, University of Wisconsin, Madison/Estados Unidos, Universidade de Granada. *Outras Universidades Federais* (OR DR OUT FED): Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Paraná, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. *Outras Universidades Federais Nordeste* (OR DR OUT FED NE): Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco. *Outras Universidades Federais do Sudeste* (OR DR OUT FED SE): Universidade Federal de Lavras, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de Viçosa. *Outras Instituições Privadas* (OR DR OUT PRIVAD): Universidade do Vale do Itajaí, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. *Outras* (OR DR OUTRAS): Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz-

fundação Oswaldo Cruz, Escola de Comando Maior do Exército, Faculdade EST, Instituto Superior de Artes, Instituto Tecnológico de Aeronáutica. *Outras Pontifícia Universidades* (OR DR PUCS): Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. *Universidade Federal da Bahia* (OR DR UFBA): Universidade Federal da Bahia. *Universidade do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul* (OR DR UFRGS): Universidade do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Universidade Federal de Santa Catarina* (OR DR UFSC): Universidade Federal de Santa Catarina. *Universidade de Brasília* (OR DR UNB): Universidade de Brasília; *Universidade Estadual de São Paulo de Presidente Prudente, Universidade estadual paulista Júlio de Mesquita Filho* (OR DR UNESP): Universidade Estadual de São Paulo de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho. *Universidade Estadual de Campinas* (OR DR UNICAMP): Universidade Estadual de Campinas. *Universidade de Santa Cruz do Sul* (OR DR UNISC): Universidade de Santa Cruz do Sul. *USP* (OR DR USP): Escola de Engenharia de Lorena, Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

Cidade do campus do Doutorado do orientador/a (OR CID CAMPUS DR), com doze categorias (ativas): *Brasília* (OR CID DR BRASÍLIA): Brasília. *Campinas* (OR CID DR Campinas): Campinas. *Exterior* (OR CID DR EXTERIOR): Alemanha, Barcelona, Cuba, França, Granada/Espanha, Lleida/Espanha, Navarra/Espanha, Québec, Tubagem, Wisconsin, Zaragoza. *Florianópolis* (OR CID DR FLORIAN): Florianópolis. *Cidades do Interior do Rio Grande do Sul* (OR CID DR INTER RS): Pelotas, São Leopoldo. *Cidades do Interior de São Paulo* (OR CID DR INTER SP): Lorena, Piracicaba, Presidente Prudente, São Carlos, São José dos Campos. *Lavras* (OR CID DR LAVRAS): Lavras. *Cidades do Nordeste* (OR CID DR NE): Campina Grande, Fortaleza, João Pessoa, Recife. *Outras* (OR CID DR OUTRAS): Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Itajaí, Rio de Janeiro, Viçosa. *Porto Alegre* (OR CID DR PORT ALEG): Porto Alegre. *São Paulo* (OR CID DR S PAULO): São Paulo. *Salvador* (OR CID DR SALVADOR): Salvador. *Santa Cruz do Sul* (OR CID DR STA C SUL): Santa Cruz do Sul.

Ano conclusão do doutorado orientador/a (OR DR ANO CONCL), com dezessete categorias (Ilustrativas): *1960 a 1989* (OR DR ANO 60 A 89): concluiu o curso de 1960 a 1989. *1994 a 1997* (OR DR ANO 94 A 97): concluiu o curso de 1994 a 1997. *1998 a 2000*

(OR DR ANO 98 A 00): concluiu o curso de 1998 a 2000. *2001* (OR DR ANO 2001): concluiu o curso no ano de 2001. *2002* (OR DR ANO 2002): concluiu o curso no ano de 2002. *2003* (OR DR ANO 2003): concluiu o curso no ano de 2003. *2004* (OR DR ANO 2004): concluiu o curso no ano de 2004. *2005* (OR DR ANO 2005): concluiu o curso no ano de 2005. *2006* (OR DR ANO 2006): concluiu o curso no ano de 2006. *2007* (OR DR ANO 2007): concluiu o curso no ano de 2007. *2008* (OR DR ANO 2008): concluiu o curso no ano de 2008. *2009* (OR DR ANO 2009): concluiu o curso no ano de 2009. *2010* (OR DR ANO 2010): concluiu o curso no ano de 2010. *2011* (OR DR ANO 2011): concluiu o curso no ano de 2011. *2012* (OR DR ANO 2012): concluiu o curso no ano de 2012. *2013 a 2015* (OR DR ANO 13 A 15): concluiu o curso de 2013 a 2015.

3.3 Variáveis e suas categorias dos programas de pós-graduação

Discorreremos sobre as propriedades dos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Explicaremos as características sociais dos cursos *Stricto Sensu*. Assim nove variáveis foram elaboradas em torno dos agentes.

Assim, apresento o nome da variável em negrito e em seguida a sigla que a identifica, entre parênteses. Depois, em itálico, será apresentado o nome da categoria variável, com a sigla que a identifica em seguida entre parenteses. E após o nome de cada categoria apresento sua significação ou ao que ela corresponde, o que ela representa.

Programas de pós com MS DR (INSTIT PROG DE PÓS), com duas categorias (ilustrativa): *Programa de Pós com MS DR* (PROG PÓS COM MS DR): quando o programa de pós tem mestrado e doutorado; *Programa de pós com MS* (PROG PÓS MS): quando o programa de pós tem somente mestrado.

Instituição do programa de pós-graduação (PROG DE PÓS), com quinze categorias (ativas): *Universidade Salvador* (UNIFACS): Universidade Salvador. *Faculdades integradas de Taquara* (FACCAT): Faculdades Integradas de Taquara. *Universidade Regional de Blumenau* (FURB): Universidade Regional de Blumenau. *Universidade Estadual do Maranhão* (UEMA): Universidade Estadual do Maranhão. *Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul* (UEMS): Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. *Universidade Estadual da Paraíba* (UEPB): Universidade Estadual da Paraíba. *Universidade Federal de Roraima* (UFRR): Universidade Federal de Roraima. *Universidade Federal do Tocantins* (UFT): Universidade Federal do Tocantins. *Universidade do Contestado* (UNC): Universidade do Contestado. *Universidade Federal do Amapá* (UNIFAP): Universidade Federal do Amapá. *Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul* (UNIJUÍ): Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. *Universidade Estadual do Oeste do Paraná* (UNIOESTE): Universidade Estadual do Oeste do Paraná. *Universidade de Santa Cruz do Sul* (UNISC) Universidade de Santa Cruz do Sul. *Universidade de Taubaté* (UNITAU): Universidade de Taubaté. *Universidade Tecnológica Federal do Paraná* (UTFPR): Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Nota do programa de pós (NOTA PROG DE PÓS), com quatro categorias (ilustrativa): *Nota 2 da CAPES para o Programa em 2016 (NOTA CAPES 2)*: Nota da CAPES para o Programa em 2016, na instituição: na Universidade Federal de Roraima (UFRR), no curso de pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia, com 6,2%.

Nota 3 da CAPES para o Programa em 2016 (NOTA CAPES 3): Nota da CAPES para o Programa em 2016, nas instituições: Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), no curso de pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional; Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), no curso de pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no curso de pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional; Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), no curso de pós-graduação Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional; Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), no curso de pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, com 24,3%.

Nota 4 da CAPES para o Programa em 2016 (NOTA CAPES 4): Nota da CAPES para o Programa em 2016, nas instituições: Universidade Federal do Tocantins (UFT), no curso de pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio; Universidade do Contestado (UNC), no curso de pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional; Universidade de Taubaté (UNITAU), no curso de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional; Universidade Salvador (UNICAFS), no curso de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano; Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), no programa de pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional; Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), no Programa de pós-graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional, com 45,3%.

Nota 5 da CAPES para o Programa em 2016 (NOTA CAPES 5): Nota da CAPES para o Programa em 2016, nas instituições: Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), no programa de pós-graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional; Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), no Programa de pós-graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio; Fundação Regional de Blumenau (FURB), no Programa de pós-graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional, com 24,3%.

Ano de início do mestrado (ANO INÍCIO DO MS), com doze categorias (ativa): *Ano que iniciou o curso de mestrado 1994 (1994 ANOS INÍCIO MS)*: ano que iniciou o curso de

mestrado 1994. *Ano que iniciou o curso de mestrado 1999* (1999 ANOS INÍCIO MS): ano que iniciou o curso de mestrado 1999. *Ano que iniciou o curso de mestrado 2000* (2000 ANOS INÍCIO MS): ano que iniciou o curso de mestrado 2000. *Ano que iniciou o curso de mestrado 2002* (2002 ANOS INÍCIO MS): ano que iniciou o curso de mestrado 2002. *Ano que iniciou o curso de mestrado 2003* (2003 ANOS INÍCIO MS): ano que iniciou o curso de mestrado 2003. *Ano que iniciou o curso de mestrado 2006* (2006 ANOS INÍCIO MS): ano que iniciou o curso de mestrado 2006. *Ano que iniciou o curso de mestrado 2007* (2007 ANOS INÍCIO MS): ano que iniciou o curso de mestrado 2007. *Ano que iniciou o curso de mestrado 2009* (2009 ANOS INÍCIO MS): ano que iniciou o curso de mestrado 2009. *Ano que iniciou o curso de mestrado 2010* (2010 ANOS INÍCIO MS): ano que iniciou o curso de mestrado 2010. *Ano que iniciou o curso de mestrado 2012* (2012 ANOS INÍCIO MS): ano que iniciou o curso de mestrado 2012. *Ano que iniciou o curso de mestrado 2013* (2013 ANOS INÍCIO MS): ano que iniciou o curso de mestrado 2013. *Ano que iniciou o curso de mestrado 2014* (2014 ANOS INÍCIO MS): ano que iniciou o curso de mestrado 2014.

Região do País em que fica o Programa (REGIÃO DO PAÍS), com cinco categorias (ilustrativa): *Região Norte* (REG NORTE): Boa Vista (RR), Macapá (AP), Palmas (TO). *Região Nordeste* (REG NORDESTE): Campina Grande (PB), Salvador (BA), São Luís (MA). *Região Sul* (REG SUL): Blumenau, Canoinhas (SC), Ijuí (SC), Pato Branco (PR), Santa Cruz do Sul (RS), Taquara (RS), Toledo (PR). *Região Centro Oeste* (REG CENTRO OESTE): Ponta Porã (MS). *Região Sudeste* (REG SUDESTE): Taubaté.

Ano de início do doutorado (ANO INÍCIO DO DR), com seis categorias (ativas): *Ano que iniciou o curso de doutorado 2005* (2005 ANOS INÍCIO DR): iniciou o curso de doutorado em 2005. *Ano que iniciou o curso de doutorado, 2006* (2006 ANOS INÍCIO DR): iniciou o curso de doutorado em 2006. *Ano que iniciou o curso de doutorado 2010* (2010 ANOS INÍCIO DR): iniciou o curso de doutorado em 2010. *Ano que iniciou o curso de doutorado 2012* (2012 ANOS INÍCIO DR): iniciou o curso de doutorado em 2012. *Ano que iniciou o curso de doutorado 2016* (2016 ANOS INÍCIO DR): iniciou o curso de doutorado em 2016. *Ainda não tem curso de doutorado* (2016 ANOS NÃO TEM DR): ano 2016 ainda não têm curso de doutorado.

Cidade campus do programa (CID CAMPUS PROGRAMA), com quinze categorias (ativas): *Cidade do Campus do Programa Blumenau, SC* (CID BLUMENAU, SC): cidade

do campus do programa Blumenau (SC). *Cidade do Campus do Programa Boa Vista, RR* (CID BOA VISTA, RR): cidade do campus do programa Boa Vista (RR). *Cidade do campus do programa Campina Grande, PB* (CID CAMP GDE, PB): cidade do campus do programa Campina Grande (PB). *Cidade do Campus do Programa Canoinhas, SC* (CID CANOINHAS, SC): cidade do campus do programa Canoinhas (SC). *Cidade do Campus do Programa Ijuí, RS* (CID IJUÍ, RS): cidade do campus do programa Ijuí (RS). *Cidade do Campus do Programa Macapá, AP* (CID MACAPÁ, AP): cidade do campus do programa Macapá (AP). *Cidade do Campus do Programa Palmas, TO* (CID PALMAS, TO): cidade do campus do programa Palmas (TO). *Cidade do Campus do Programa Pato Branco, PR* (CID PATO BRA, PR): cidade do campus do programa Pato Branco (PR). *Cidade do Campus do Programa Ponta Porã, MS* (CID PONTA PO): cidade do campus do programa Ponta Porã (MS). *Cidade do Campus do Programa Salvador, BA* (CID SALVADOR, BA): cidade do campus do programa Salvador (BA). *Cidade do Campus do Programa Santa Cruz do Sul, RS* (CID SANTA C S, RS): cidade do campus do programa Santa Cruz do Sul (RS). *Cidade do Campus do Programa São Luís, MA* (CID SÃO LUÍS, MA): cidade do campus do programa São Luís (MA). *Cidade do Campus do Programa Taquara, RS* (CID TAQUARA): cidade do campus do programa Taquara (RS). *Cidade do Campus do Programa Taubaté, SP* (CID TAUBATÉ, SP): cidade do campus do programa Taubaté (SP). *Cidade do Campus do Programa Toledo, PR* (CID TOLEDO, PR): cidade do campus do programa Toledo (PR).

Região da cidade do campus (REGIÃO CID CAMPUS), com duas categorias (ativas): (*REG CAPITAL*): Boa Vista (RR), Macapá (AP), Palmas (TO), Salvador (BA), São Luís (MA). (*REG INTERIOR*): Blumenau (SC), Campina Grande (PB), Canoinhas (SC), Ijuí (RS), Pato Branco (PR), Ponta Porã (MS), Santa Cruz do Sul (RS), Taquara (RS), Taubaté (SP), Toledo (PR).

Instituições categoria administrativa (INSTIT CAT ADM), com cinco categorias (*ativas*): *UNIFACS* (INST PRIV C F LUCR): universidade de Salvador. *FACCAT* (INST PRIV S F LUCR): Faculdade Integrada de Taquara. *UNC* (INST PRIV S F LUCR): Universidade do Contestado. *UNIJUÍ* (INST PRIV S F LUCR): Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. *UNISC* (INST PRIV S F LUCR): Universidade de Santa Cruz do Sul. *UEMA* (INST PUB EST): Universidade Estadual do Maranhão. *UEMS* (INST PUB EST): Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. *UEPB* (INST

PUB EST): Universidade Estadual da Paraíba. *UNIOESTE* (INST PUB EST): Universidade Estadual do Oeste do Paraná. *UFRR* (INST PUB EST): Universidade Federal de Roraima. *UFT* (INST PUB FED): Universidade Federal do Tocantins. *UNIFAP* (INST PUB FED): Universidade Federal do Amapá. *UTFPR* (INST PUB FED): Universidade Tecnológica Federal do Paraná. *FURB* (INST PUB MUN): Universidade Regional de Blumenau. *UNITAU* (INST PUB MUN): Universidade de Taubaté.

3.4. ANÁLISE DOS RESULTADOS (Características sociais dos trabalhos).

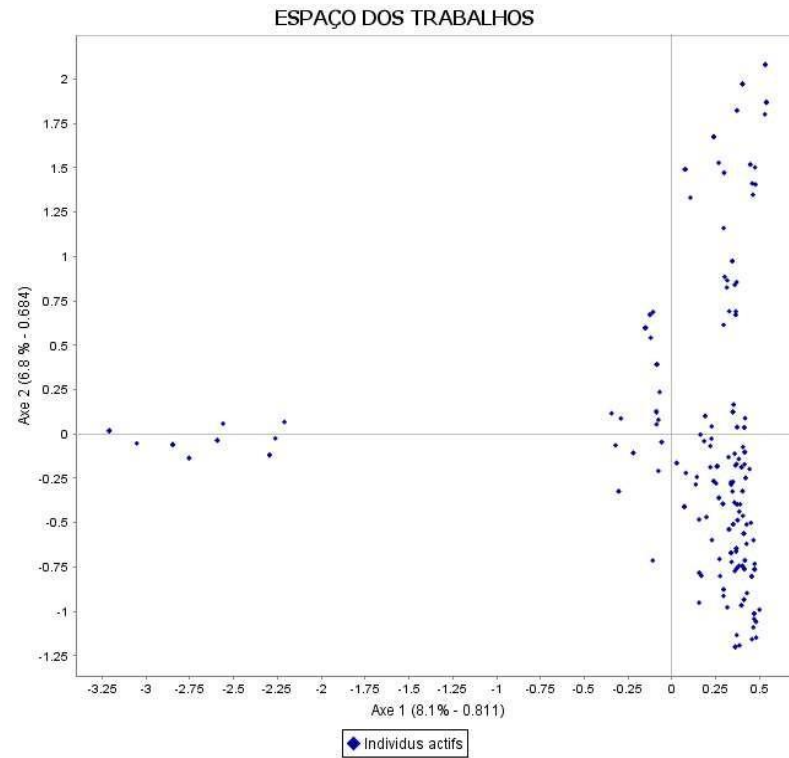
Este estudo teve por objetivo analisar o espaço social dos trabalhos desenvolvidos na área de Planejamento Urbano, Desenvolvimento Regional/Demografia, no ano de 2016. Para isto, realizamos uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) de 243 alunos/as que concluíram mestrado e doutorado, naquele ano. O trabalho é orientado pela noção de espaço social, *Habitus* e a teoria do campo científico de Pierre Bourdieu (1983; 1989; 2003). Haja vista que dissertações e teses são produções simbólicas como produção e reprodução de suas posições em um determinado contexto, e produto de uma relação com outros espaços sociais e campos científicos. Faz-se então relevante retomar o problema de pesquisa: Qual a tomada de posição em relação ao termo desenvolvimento regional?

Assim, os estudos de Pierre Bourdieu, que explicam a noção do espaço social, são uma representação do mundo social em forma de um espaço e que possuem dimensões; baseadas em princípios de diferenciação, construídos a partir de propriedades que atuam no universo social que são detentoras de poder. Neste espaço, não só um agente, mas grupo de agentes é definido pelas posições que ocupam (BOURDIEU, 1989).

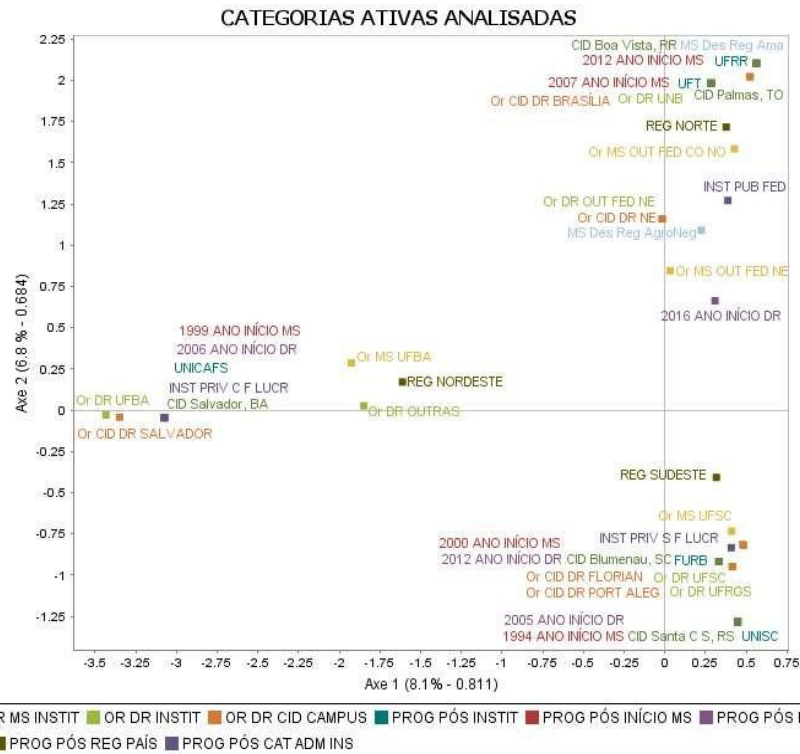
Neste contexto de diferentes produções simbólicas, coletamos e analisamos as três primeiras palavras-chaves das produções acadêmicas, buscando compreender o termo desenvolvimento regional, a partir dessa exposição.

3.5. Os eixos fatoriais

Para realizar a ACM utilizamos o *software* SPAD, nesta etapa utilizamos dois tipos de variáveis: *ativas e ilustrativas*. Aquelas contam para distribuir os indivíduos no espaço – no caso deste estudo, os trabalhos –, produzem a distância ou proximidades entre eles – nuvens. Essas não entram nestes cálculos, mas indicam posições no espaço em podem contribuir com as explicações fundamentadas naquelas (LEBERON, 2006; LE ROUX; ROUANET, 2010 apud PEDROSO, 2015). Abaixo a distribuição dos trabalhos no plano fatorial.



A ACM das 110 categorias ativas – 10 variáveis ativas – resultou em 14 eixos com contribuição com a inércia geral, após os “valores próprios” da “correção de Benzecri”. Mas, retivemos para análise somente os dois primeiros, com “taxa modificada acumulada” de 24,8% para o primeiro e 15,7% para o segundo, totalizando 40,5%. Para saber quais modalidades analisar, utilizamos o “método de contribuições”. Assim, apartamos as categorias que auxiliaram os dois eixos que tiveram contribuição com a inércia geral acima da média; $09 - 100/110 = 0,9$ (BONNET, LEBERON E LE ROUX, 2015: 104; apud PEDROSO, 2018). Sendo assim, segue o quadro de distribuição das categorias ativas que entraram para a análise.



Ao analisarmos o plano fatorial, observamos a objetivação do espaço social de Bourdieu (1989) que explica a noção do espaço social a partir de sua representação no mundo social em forma de um espaço e que possuem várias dimensões; baseadas em princípios de diferenciação construídos a partir de propriedades que atuam no universo social que são detentoras de poder. Neste campo não apenas agentes, mas também o grupo de agentes é definido pelas posições ocupadas neste espaço.

Dito de outro modo, a posição de um agente neste espaço social é baseada especialmente a partir da posição ocupada nos diferentes campos, ou seja, na distribuição de poderes atuantes em cada um deles. Tanto o capital econômico, cultural, social e o capital simbólico são exemplos claros de posição que são reconhecidas como legítimas e que vai definir a posição dos agentes no espaço.

Nesse sentido, Pierre Bourdieu (1987), observa que o trabalho científico busca um conhecimento apropriado não só do espaço das relações entre as diferentes posições constituídas no campo social, mas também nas relações estabelecidas, sobretudo pelas posições e as tomadas de decisões, e ponto de vista neste mesmo espaço.

Para Bourdieu (1983), o campo científico é um espaço de poder e de luta política e social constante, configurada em função de cada pesquisador/a as ações desenvolvidas por ele/a, no seio de diversas instituições, impera uma classe social dos métodos de tratamento e objetos a serem analisados, no qual a cientificidade é um jogo constante na luta científica.

Neste sentido, o campo científico e as relações sociais estabelecidas em seu entorno, impera interesses diversos, e a sociologia integra esse mercado como estratégias regulares, que prepara uma conquista neste ambiente, entre o interesse e os conflitos diversos o meio acadêmico é o palco central para o desenvolvimento da ciência (BOURDIEU, 1983).

Visto também como um campo de oposições, entre protagonistas, agentes e instituições, vinculados pelo capital social científico, que acarreta disposições antecipadas no interior dessas instituições e em conjunto com seus agentes, permite táticas de permanência ou de conflito da composição que ela mesma determina (BOURDIEU, 1983).

Essas práticas científicas são desenvolvidas e baseadas em carreiras com investimentos em pesquisas de natureza distinta, bem como a posição do sujeito no campo da cientificidade, além das formas de acesso, permanência ou saída desse espaço (BOURDIEU, 1983).

Neste contexto, o campo científico é um lugar de diferentes lutas ideológicas, pautadas em conhecimento particular, e a ideia de uma neutralidade nas ciências não existe, pois num contexto social é partidária na luta política, assim encontra espaço nas lutas de classes (BOURDIEU, 1983). Assim, a ciência produz e reproduz conhecimento, ao mesmo tempo fiscaliza essa produção, neste sentido favorece a circulação de ideias e métodos regidos por ela, pautada em crenças comuns como religião, literatura entre outras (BOURDIEU, 1983).

O universo científico é um campo de forças, determinando, sua própria lógica, leis e particularidades, pautadas num mundo socialmente construído por eles, onde as instituições são quem determinam sua produção e reprodução (BOURDIEU, 2003). Nesta linha de pensamento, Bourdieu (2003) afirma que não existe “*ciência pura*”, já que no mundo da cientificidade, esse espaço é um lugar de lutas constantes que transforma, molda ou conserva essa mesma ciência.

O jogo científico é determinado por diferentes agentes, que impõem os temas a serem elaborados e as publicações que terão reconhecimento. Para Bourdieu, isto ocorre por causa da posição que ele ocupa nesse espaço, significa dizer que o seu capital científico permite a estes indivíduos ou instituições moldar esse campo (BOURDIEU, 2003). Nesse processo da cientificidade os pesquisadores escolhem e classificam o que é importante investigar, para que não haja desperdício de tempo, ou seja, para que possa compensar o tempo investido (BOURDIEU, 2003).

Como podemos observar este campo é um campo de forças, lutas, jogos e conflitos internos e externos, que está sujeito ao processo de manutenção e transformação contínuo

(BOURDIEU, 2004). Esta noção de campo possibilita compreender melhor o universo social desse espaço além de propiciar questão específica desse campo particular, bem como ressaltar suas concepções teóricas que guia e comanda a investigação empírica (BOURDIEU, 2004).

A noção de *habitus*⁶² é talvez particularmente útil quando se trata de compreender a lógica de um campo como o campo científico em que a ilusão escolástica se impõe com uma força particular. Visão escolástica que parece impor-se muito especialmente em matéria de ciência impede que se conheça e se reconheça a verdade da prática científica como produto de um *habitus* científico, de um sentido prático (de tipo particular). Se há um lugar onde se pode supor que os agentes agem de acordo com intenções conscientes e calculadas, segundo métodos e programas conscientemente elaborados, e certamente o domínio (BOURDIEU, 2004 p.58).

O reconhecimento social neste processo de cientificidade depende da avaliação dos pares, ou seja, a legitimação deve acontecer pelos agentes sociais presentes no espaço social. Todavia a ciência necessita de recursos financeiros e o próprio talento científico, o primeiro para organizar os objetos e materiais, bens administrativos, pagamento de pessoal e o segundo o capital necessário para corroborar com o primeiro, no conhecimento e nas pesquisas a serem desenvolvidas, sendo que neste contexto, os dois são eficientes e necessários (BOURDIEU, 2004).

Considerando o exposto, a construção social é que designa se uma realidade é uma verdade científica a partir de sua comprovação, e o campo e quem determina esse fato, elencada na sua universalidade e na parceria dos demais agentes do meio, para ser conhecido e reconhecido como tal (BOURDIEU, 2004, p. 102-103).

3.6 Descrição do Eixo 1 e 2

Ao todo, dez categorias contribuíram com a formação do primeiro eixo. No eixo 1, lado esquerdo, encontramos o seguinte: *Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano (MS DES REG URB)*, *Universidade Federal da Bahia (OR MS UFBA)*, Escola de Comando Maior do Exército, Universidade de Rouen, Universitat de Barcelona, Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz- Fundação Oswaldo Cruz, Universidade Federal da Bahia (*OR DR OUTRAS*), *Universidade Federal da Bahia (OR DR UFBA)*, *Salvador (OR CID DR SALVADOR)*, *Universidade Salvador (UNICAFS)*, 1999 (*1999 ANO INÍCIO MS*), 2006

⁶² Segundo o autor *habitus*, são princípios de produção de práticas diferenciadas de acordo com variáveis de gênero, origem social, certamente de nação (através da formação escolar)

(2006 ANO INÍCIO DR), Salvador (CID Salvador, BA) Região Nordeste (PROG PÓS REG PAÍS), Instituição privada com fins lucrativos (PROG PÓS CAT ADM INS).

Com relação à análise do eixo 1, quanto mais para a esquerda estiverem os trabalhos, mais eles se caracterizaram por essas variáveis, expressas acima. Mostrando que no ano de 2016, os trabalhos tendem a ser do programa de mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Os/as orientadores/as, tendencialmente cursaram seus mestrados na Universidade Federal da Bahia, indicando também que os/as orientadores/as finalizaram seus cursos de doutorado na Universidade Federal da Bahia e em outras instituições, tais como: Escola de Comando Maior do Exército; Universidade de Rouen; Universitat de Barcelona; Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz; Fundação Oswaldo Cruz.

Tendencialmente, a cidade sede da Universidade Federal da Bahia do mestrado e doutorado é Salvador. A instituição que tende a se apresentar nesse momento é a Universidade Salvador (UNIFACS). A referida instituição iniciou o programa de pós-graduação mestrado no ano de 1999, e as atividades do doutorado em 2006. A sede dessa universidade é na cidade de Salvador, localizada na região Nordeste. A instituição é de categoria administrativa privada com fins lucrativos.

Na formação do eixo 2, ao todo temos 34 categorias que contribuíram para fazer a nuvem de dispersão. Neste eixo temos 17 categorias que tenderam a caracterizar os trabalhos na parte superior do plano fatorial (superiores) e 17 categorias que tenderam a caracterizar os trabalhos da parte inferior do plano fatorial (inferiores). As superiores compreenderam o lado direito acima, as inferiores o lado direito abaixo.

Descreveremos assim, as siglas das categorias que compõem as variáveis da parte superior do eixo: *Desenvolvimento Regional e Agronegócio (DES REG AGRONEG)*; *Desenvolvimento Regional da Amazonas (MS DES REG AMA)*; Orientando/a fez mestrado em: *Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade Federal do Pará (OR MS OUT FED CO NO)*; *Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal Rural de Pernambuco (OR MS OUT FED NE)*; *Universidade Federal da Bahia (OR MS UFBA)*; *Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Pernambuco (OR DR OUT FED NE)*; *Universidade de Brasília (OR DR UNB), Brasília (OR CID DR BRASÍLIA), Campina Grande, Fortaleza, João Pessoa e Recife (OR CID DR NE), Universidade Federal de*

Roraima (UFRR), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Boa vista (CID BOA VISTA, RR), Palmas (CID PALMAS, TO), Salvador (BA), Campina Grande (PB), São Luís (MA), (REG NORDESTE), Boa vista, Macapá, Palmas (REG NORTE), 2007 (2007 ANOS INÍCIO MS), 2012 (2012 ANOS INÍCIO MS), 2016 (2016 ANOS INÍCIO DR), Instituição Pública Federal (INST PUB FED).

No eixo 2, parte superior, encontramos as seguintes informações, referentes aos dois programas de pós-graduação. Os cursos de pós-graduação que tenderam a se apresentar neste momento foram: os programas de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (*DES REG AGRONEG*) e Desenvolvimento Regional da Amazônia (*MS DES REG AMA*), sediados em cidades localizadas na região norte do país.

Sendo assim, o programa em Desenvolvimento Regional e Agronegócio iniciou suas atividades em pós-graduação no ano de 2007 e seu curso de doutorado no ano de 2016, na instituição pública e federal, sediada na capital, cidade de Palmas (TO), na Universidade Federal do Tocantins.

No que se refere à Universidade Federal do Amazonas, esta apresentou o seguinte: iniciou suas pós-graduações de mestrado no ano de 2012, mais ainda não possui programa de doutorado, na instituição pública federal, sediada na capital, Boa Vista (RR), na Universidade Federal do Amazonas.

As referidas universidades compartilham orientadores/as que finalizaram seus mestrados nas universidades federais do Centro Oeste, tais como: Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade Federal do Pará. Os/as que cursaram no Nordeste apresentam as seguintes instituições: Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Em relação à conclusão do doutorado, os dados tendem a seguir instituições semelhantes: Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Pernambuco.

As regiões que se apresentam nesse momento foram: Norte e Nordeste. No Norte, temos as seguintes cidades como sedes de algumas instituições: Boa vista, Macapá e Palmas, e o Nordeste com as cidades de: Campina Grande, Salvador, São Luís e Recife.

Como podemos observar, a Universidade Federal do Tocantins e a Universidade Federal do Amapá apresentam categorias administrativas como públicas e federais.

Os trabalhos da parte inferior do plano fatorial, conforme indica o segundo eixo, tendem a ter as seguintes características: Eixo ²: especificaremos, assim as siglas que compõem as variáveis inferiores: *Desenvolvimento Regional* (MS DES REG), *Universidade Federal de Santa Catarina* (OR MS UFSC), *Universidade Federal do Rio Grande do Sul* (OR DR UFRGS), *Universidade Federal de Santa Catarina* (OR DR UFSC), *Florianópolis* (OR CID DR FLORIAN), *Porto Alegre* (OR CID DR PORT ALEG), *Fundação Universidade Regional de Blumenau* (FURB), *Universidade de Santa Cruz do Sul* (UNISC), *1994* (1994 ANO INÍCIO MS), *2000* (2000 ANO INÍCIO MS), *2005* (2005 ANO INÍCIO DR), *2012* (2012 ANO INÍCIO DR), *Blumenau* (CID BLUMENAU, SC), *Santa Cruz do Sul* (CID SANTA CS, RS), *Sul* (REG SUL), *Instituição Pública Municipal* (INST PUB MUN).

Quanto ao eixo 2 inferior, temos a seguinte situação: tendencialmente, foram realizados em pós-graduação em Desenvolvimento Regional e os/as orientadores/as concluíram o mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina e o doutorado nas Universidades Federais de Santa Catarina e Universidade Federal do Rio grande do Sul. O eixo 2 indica ainda que as cidades de Florianópolis e Porto Alegre como sedes das referidas universidades.

As universidades que aparecem no eixo inferior são: as universidades Fundação Regional de Blumenau e a Universidade de Santa Cruz. As duas com o curso de mesmo nome Desenvolvimento Regional que, tendencialmente, apresentaram as seguintes cidades como sede dos seus programas de pós: Blumenau e Santa Cruz do Sul.

Os dados indicam ainda que a Universidade de Santa Cruz do Sul teve o início de suas atividades no mestrado em 1994 e o curso de doutorado, no ano de 2000. A categoria administrativa desta universidade mostrou-se tendencialmente pública e sem fins lucrativos. O eixo 2 mostra também que a Fundação Regional de Blumenau iniciou suas atividades em pós-graduação nível mestrado em 2005, posteriormente o curso de doutorado no ano de 2012. As referidas universidades estão localizadas no interior da região sul do Brasil, classificada como universidade pública mantida pelo município.

3.7. As três nuvens de características mais compartilhadas pelos trabalhos.

Apresentamos uma análise dos dados coletados e salientamos quais foram as categorias ativas que nos possibilitaram visualizar esses resultados referentes às características mais compartilhadas pelos trabalhos. Como podemos observar, o plano fatorial apresentou praticamente 3 nuvens de trabalhos que corresponderam aos grupos de programas, dos quais o eixo 1 mostra apenas um programa de pós-graduação, que é o programa *stricto sensu* Desenvolvimento Regional e Urbano, de uma universidade privada, com programa de mestrado e doutorado, a qual iniciou suas atividades em 1999 e o doutorado no ano de 2006, o qual foi classificado com conceito 4 na Capes. A mesma universidade encontra-se localizada na cidade de Salvador/BA.

Os/as orientadores/as dessa instituição apresentaram uma graduação diversificada, como Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Econômicas, Ciências Militares, Desenho, Direito, Geografia e História. Finalizaram esses cursos entre 1955 e 2000. Concluíram essas graduações na: Academia Militar das Agulhas Negras; Universidade Federal da Bahia; Universidade Católica de Salvador.

Entre os cursos de pós-graduação em nível de mestrado, alguns seguiram a mesma linha da graduação, como: Arquitetura e Urbanismo, Agronomia, Operações Militares, Economia e outros cursaram Administração Educacional, Ciências Humanas e Sociologia. Obtiveram os títulos de mestre no intervalo de 1969 a 2001. E frequentaram as seguintes instituições: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Universidade Federal da Bahia; Pennsylvania State University.

No doutorado, seguem algumas linhas de estudo já citadas, como: Agronomia, Análise Geográfica Regional, Arquitetura e Urbanismo, Biotecnologia e Saúde Investigativa, Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Ciências Militares, Direito, Geografia e Saúde Coletiva. E tornaram-se doutores entre os anos de 1960 a 2014, finalizando seus doutorados nas instituições: Escola de Comando Maior do Exército; Universitat de Barcelona; Universidade Federal da Bahia; Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz- Fundação Oswaldo Cruz; Universidade de Rouen.

O Eixo 2 superior apontou dois cursos de pós-graduação, um com a nomenclatura de Desenvolvimento Regional da Amazônia e o outro, Desenvolvimento Regional e Agronegócio. As principais características deles foram: ambos estão localizados na região Norte do país, concentrados nas grandes capitais como: Boas Vista e Palmas e os mesmos estão inseridas em universidades públicas federais.

Com relação aos orientadores/as do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, os/as orientadores/as fizeram suas graduações nas seguintes áreas: Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Direito, Filosofia e Relações Internacionais. Concluíram suas graduações entre os anos de 1991 a 2001, nas seguintes universidades: Universidade de Brasília; Universidade Federal do Amazonas; Faculdade de Direito; Universidade Estadual de Campinas; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho; Universidade Federal do Pará.

Cursaram os mestrados nas seguintes áreas: Ciências Sociais, Conservação e Manejo de Recursos, Direito, Direito Econômico e Social, Economia, História, Relações Internacionais e Sociologia Política. Finalizaram seus mestrados entre 1998 e 2004. E completaram seus estudos nas universidades: Universidade de Brasília; Universidade Estadual de Campinas; Universidade Federal de São Carlos; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho; Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Universidade Federal do Pará.

No doutorado, cursaram: Aquicultura, Ciências, Ciência Política, Direito Econômico e Socioambiental, História e Relações Internacionais. Findaram esses cursos entre 2002 e 2012. Frequentaram as seguintes universidades para conclusão do doutorado: Universidade de Brasília; Universidade Estadual de Campinas; Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho; Universidade de São Paulo; Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Quanto ao segundo curso que é Desenvolvimento Regional e Agronegócio, os orientadores/as cursaram suas graduações nas seguintes áreas: Administração, Administração com habilitação em cooperativas, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Comunicação Social, Engenharia Agrônoma, História. E concluíram esses cursos entre os anos de 1986 a 2004. Finalizaram o curso nas seguintes universidades: Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal de Viçosa; Universidade Federal de Goiás; Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Universidade Federal do Piauí; Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Universidade Federal de São Carlos; Universidade Federal do Tocantins; Universidade Federal de Pernambuco.

Os/as orientadores/as cursaram pós-graduação, em nível de mestrado nas seguintes áreas: Administração, Administração e Desenvolvimento Rural, Ciências Sociais, Economia, Integração da América Latina e História. Finalizaram suas pós-graduações no período de 1996 a 2007, nas instituições: Universidade de Brasília; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal da Bahia; Universidade de São Paulo; Universidade Federal

Rural de Pernambuco; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal de São Carlos; Universidade do Vale dos Rios dos Sinos.

No doutorado, os/as orientadores/as seguiram a mesma linha de estudo da graduação e do mestrado, apenas os Estudos Comparados sobre as Américas e Doctorat Economie et Gestion se diferenciou. Eles obtiveram seus títulos de doutoramento entre os anos de 2001 a 2011, nas seguintes instituições: Universidade de Brasília; Universidade Federal de Lavras; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal de São Carlos; SupAgro Montpellier; Universidade Federal de Viçosa; Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Os programas citados acima apresentaram apenas dissertações. O primeiro não tem programa de pós-graduação com nível doutorado, já o outro possui o programa de mestrado e doutorado, mas sem produção acadêmica no doutorado.

No eixo 2 inferior da análise, há uma tendência a apresentar dois programas de pós-graduação com o mesmo nome, ou seja, Desenvolvimento Regional, sendo um na Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), outro na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), ambas localizados no Sul, nas cidades de Blumenau e Santa Cruz do Sul, cujas universidades são sem fins lucrativos, mantidas pela prefeitura e pelo estado. As duas possuem o programa de mestrado e doutorado, e a mesma nota no conceito da CAPES.

Os/as orientadores/as da Fundação Universidade Regional de Blumenau apresentam graduações nas seguintes áreas: Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais, Economia, Estudos Sociais, Filosofia, Geografia, Geologia, Letras, Pedagogia, Relações Internacionais e Sociologia. Concluíram esses cursos entre os anos 1969 a 1995, nas seguintes instituições: Universidade de Brasília; Universidade de Buenos Aires; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Fundação Educacional de Brusque; Fundação Universidade Regional de Blumenau; Fundação Educacional Regional Jaraguense; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade de São Paulo.

Em relação aos cursos de pós-graduação em nível mestrado, os dados indicaram a conclusão dos cursos de: Administração, Antropologia Social, Educação do Ensino Superior, Geografia, Geologia, Sociologia Política e Urban Design. Finalizaram seus mestrados entre os anos de 1988 a 2008, nas seguintes instituições: Universidade Federal de Santa Catarina; Oxford Brookes University, OBU, Inglaterra.

Já no que se refere aos cursos de pós-graduação em nível doutorado, os cursos evidenciados foram: Ciências Humanas, Ciências Sociais, Comunicação, Educação, Engenharia Civil, Geografia, Relações Internacionais, Sociologia e Teologia. Os/as orientadores/as finalizaram esses cursos entre os anos de 1994 a 2004, nas universidades onde obtiveram doutoramento são: Universidade de Brasília; Universidade Estadual de Campinas; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade de São Paulo; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; University of Tübingen (Alemanha); Faculdade EST; Universidade de Navarra.

Os orientadores/as da Universidade de Santa Cruz do Sul apresentaram as seguintes graduações: Ciências Econômicas, Ciências Sociais Comunicação social, Engenharia Metalúrgica, Geografia, Filosofia, Psicologia, Relações Públicas, Serviço Social. Encerraram suas graduações entre os anos de 1980 a 2005, graduaram-se nas seguintes instituições: Universidade de Santa Cruz do Sul; Universidade Estadual de Maringá; Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Universidade Federal de Santa Maria; Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul.

As áreas de estudos dos mestrados foram: Administração, Comunicação e Informação, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Regional, Geografia, Integração Latino-americana, Psicologia e Sociologia. Eles finalizaram os cursos entre os anos de 1975 a 2004, concluindo-os estes cursos de pós-graduação nas universidades: Universidade Federal do Paraná; Universidade de Santa Cruz do Sul; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal de Santa Maria; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade de São Paulo.

Já os doutorados apresentaram os seguintes cursos: Administração, Comunicação Social, Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Rural, Geografia Humana, Serviço Social e Sociologia Política. Esses concluíram seus doutoramentos entre os anos de 1994 a 2014, nas instituições relacionadas abaixo: Université du Québec à Rimouski; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade de São Paulo; Universidade de Santa Cruz do Sul; Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Como podemos observar os cursos de graduação, de mestrado e doutorado aproximam-se no que se refere a seguir a mesma linha, poucos diferem entre si no plano

fatorial. Porém, há outros programas que têm posições mais ou menos próximas das regiões extremas. Por fim, os/as orientadores/as, em sua maioria, concluíram seus estudos nas universidades públicas federais; além de apresentar apenas três nuvens distintas, Nordeste com uma universidade privada, Norte com as universidades públicas federais e o Sul com as universidades privadas sem fins lucrativos.

38 Análises das categorias dos discentes e docentes que não entram nas nuvens da modalidade

Apresentaremos a seguir, as variáveis ilustrativas, que não entram na nuvem de modalidades, mas que geram informações complementares, com os seguintes códigos: AGENTE, SEXO, GRAD CURSO, GRAD INSTIT, GRAD CID CAMPUS, GRAD ANO CONCL, TEMA PESQ MS 1, TEMA PESQ MS 2, TEMA PESQ MS 3, ORIENTADOR, OR SEXO, OR GRAD CURSO, OR GRAD INSTIT, OR GRAD CID CAMPUS, OR GRAD ANO CONCL, OR MS CURSO, OR MS CID CAMPUS, OR MS ANO CONCL, OR DR CURSO, OR DR ANO CONCL, PROG PÓS MS DR, PROG PÓS NOTA, PROG PÓS REG CID.

Com relação aos estudantes, dos 243 pesquisados, observamos que o gênero mais expressivo neste momento foi o feminino, com um total geral de 53,9% e masculino de 46,1%.

Sobre à graduação dos 243 estudantes identificados nesta pesquisa, temos as seguintes configurações: 18,9% graduaram-se no curso de Administração. 13,2% em outras graduações como Ciências Biológicas, Ciência da Computação, Comércio Exterior, Designer, Enfermagem, Farmácia, Informática, Matemática, Química, Rede de Computadores, Sistema de Informação, Tecnologia em Informação. 11,90% são formados/as em Ciências Econômicas. 9,1% formaram-se em outros cursos da área de humanas, isto é, Biblioteconomia, Relações Internacionais, Filosofia, Serviço Social, História. 7,4% formaram-se no curso de Geografia. 6,6% se formaram no curso de Direito. 5,8% formaram-se em Comunicação social. Os outros sete grupos de graduações estão agrupados em outras categorias restantes, com frequência de 4,5% para menos.

Sobre as instituições onde os/as discentes cursaram suas graduações, 38,3% apresentaram-se como *Outras Instituições*: Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras, Instituto Blumenauense de Ensino Superior, Ceulp/Ulbra-Palmas, Faculdade de Direito de Franca, Faculdade Estácio de Macapá, Universidade Regional Integrada do Alto

Uruguai e das Missões, Universidade Estadual do Piauí, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Rondônia, Universidade Federal do Amazonas; citando algumas.

Dos/as discentes, 6,6% concluíram seus cursos em diferentes universidades estaduais do Paraná, tais como: Faculdade Estadual de Ciências e Letras Campo Mourão, Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras/União da Vitória, Universidade do Norte do Paraná, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual do Centro Oeste, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Universidade Estadual do Paraná. 5,8% deles finalizaram o curso na Fundação Universidade Regional de Blumenau. 3,7% na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 3,7% na Universidade Estadual da Paraíba. 3,7% na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. As outras vinte e uma instituições de graduação estão agrupadas em outras categorias restantes, com frequência de 3,3% para menos.

No que se refere à cidade do *campus* da universidade em que os/as pesquisadores/as estudaram, temos o seguinte cenário: 38,3% estudam em Apucarana, Barreiras, Belém, Belo Horizonte, Brusque, Cametá, Canoas, Canoinhas, Franca, Macapá, Manaus, Porto Velho, Teresina. 6,2% estudaram em Campina Grande. 6,2% na cidade de Blumenau. 4,5% na cidade de Salvador. 4,1% em Toledo. As outras dezessete cidades estão agrupadas em outras categorias restantes, com frequência de 4,1% para menos.

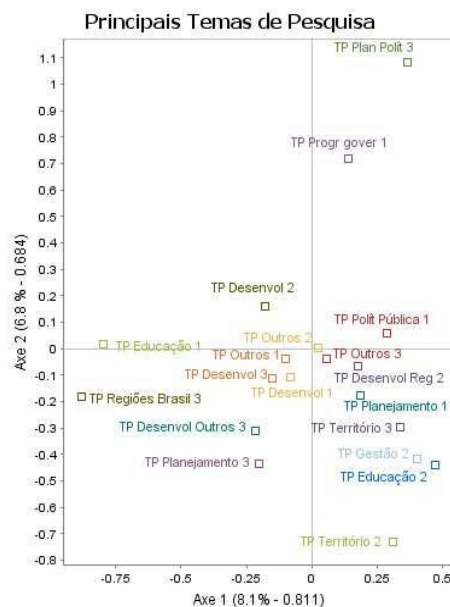
Quanto ao ano de conclusão do curso de graduação, temos as seguintes informações sobre os/as autores/as dos trabalhos: 17,7% finalizaram entre os anos de 2000 e 2004. 16% entre 2011 e 2012. 15,2% entre 1978 e 1999. 14,4% nos anos de 2009 e 2010. 13,6% concluíram entre os anos de 2007 e 2008. 11,1% concluíram entre os anos de 2005 a 2006. 11,9% nos anos de 2013 a 2014.

Sobre os cursos de pós-graduação finalizados pelos discentes em 2016, temos os seguintes dados: 51% concluíram o mestrado em *Desenvolvimento Regional* (MS DES REG). 13,6% concluíram o mestrado em *Desenvolvimento Regional e Agronegócio* (MS DES REG AGRO NEG). 6,6% concluíram o mestrado em *Desenvolvimento Regional e Urbano* (MS DES REG URB). 6,2% concluíram o mestrado em *Desenvolvimento Regional da Amazônia* (MS DES REG AMA). 9,9% fizeram doutorado em *Desenvolvimento Regional* (DR DES REG). O restante dos discentes concluiu o mestrado em programas agrupados pelas outras categorias, com frequência de 5,3%, 4,1% e 3,3%.

De acordo com os dados levantados, observamos que em 2016, o número de discentes femininos foi bem maior em relação aos discentes masculinos. Essa variável totalizou 100%, diferentemente dos outros dados que se apresentam dispersos. As graduações, instituições de ensino, cidades do campus de graduação e anos de conclusão apresentam-se muito diversificados, não viabilizando afirmar dados concretos em nenhum dos aspectos abordados aqui. Já a pós-graduação apresentou-se um pouco mais específica, uma vez que 51% concluíram seus mestrados em Desenvolvimento Regional, ao passo que outros também se mostram variáveis.

39 Temas de Pesquisa na área de Planejamento Urbano e Regional /Demografia Ano 2016

Como podemos observar pela tabela de dispersão dos trabalhos, o tema outros fica no centro do quadrante, indicando que não há diferença entre os estudos dos quinze programas analisados. E, tendencialmente, todos os estudos abordam temas diversos tais como: *agricultura, agroecologia, gênero, desenvolvimento local, rural, regional e territorial, saúde coletiva*, entre outros. Indicando que não há distinção entre os referidos programas, ao mesmo tempo em que salienta a proposta multidisciplinar do curso.



TEMA PESQ MS 1 - TP Desenvol 1	TEMA PESQ MS 1 - TP Educação 1	TEMA PESQ MS 1 - TP Outros 1	TEMA PESQ MS 1 - TP Planejamento 1
TEMA PESQ MS 1 - TP Polit Pública 1	TEMA PESQ MS 1 - TP Progr gover 1	TEMA PESQ MS 2 - TP Desenvol 2	TEMA PESQ MS 2 - TP Desenvol Reg 2
TEMA PESQ MS 2 - TP Educação 2	TEMA PESQ MS 2 - TP Gestão 2	TEMA PESQ MS 2 - TP Outros 2	TEMA PESQ MS 2 - TP Território 2
TEMA PESQ MS 3 - TP Desenvol 3	TEMA PESQ MS 3 - TP Desenvol Outros 3	TEMA PESQ MS 3 - TP Outros 3	TEMA PESQ MS 3 - TP Planejamento 3
TEMA PESQ MS 3 - TP Plan Polit 3	TEMA PESQ MS 3 - TP Regiões Brasil 3	TEMA PESQ MS 3 - TP Território 3	

Como podemos observar na tabela 2, o *Tema de pesquisa 1*, no ano de 2016, não apresentou grandes indícios de temas específicos, dada a nuvem de dispersão desses trabalhos, como mostra pelo quadrante superior direito, indicando que 35% estudaram temas caracterizados como outros, que representam: Política Nacional de Humanização, Ações Cooperativas, Aglomeração Produtiva, Agronegócio, Barreiras Tarifárias, Biogás no Oeste do Paraná, Bloco Econômico, Cadeia Produtiva de Carne Bovina, Circuito Espacial de Produção e Círculos de Cooperação, Comunicação Estratégica, Cooperativismo, Divisão Territorial do Trabalho, Empoderamento Feminino. Ademais, 4,1% dos pesquisados tendem a estudar programas governamentais. 3,7% tendem a estudar sobre educação, como mostra o quadrante superior esquerdo. Os outros trinta e quatro temas de pesquisas do mestrado e doutorado estão agrupados em outras categorias restantes, com frequência de 2,9% para menos.

Em relação ao *Tema de pesquisa 2*, no ano de 2016, percebermos que este se encontra no quadrante inferior direito, sugerindo que as pesquisas também se mostram polarizadas, com 46,1% pesquisando outros temas, como: Etnicidade, Festa Populares, Governos Eletrônicos, Habitação, Impactos Socioambientais, Indicadores de Desenvolvimento, Logística de Transporte, Militância, Promoção da Cidadania, entre outros. 4,1% pesquisam sobre gestão. 3,3% tendem a estudar o tema educação. 2,9% pesquisam sobre o tema território. Os outros trinta e dois temas de pesquisas do mestrado e doutorado estão agrupados em outras categorias restantes, com frequência de 2,5% para menos.

A respeito do *Tema de pesquisa 3*, no ano de 2016, mostra-se uma nuvem de dispersão concentrada em polos opostos, no quadrante superior direito e no quadrante inferior esquerdo. No direito 46,1% tendem a estudar outros temas como: Questão Agrária, Redes Sociais, Resíduos Sólidos Urbanos, Responsabilidade Social, Restaurante Popular, Terra Indígena, Universidades Federais, dentre alguns. Ademais, 6,2% pesquisam sobre outros tipos de desenvolvimento. 3,7% estudam temáticas como as regiões brasileiras. 2,9% tendencialmente estudam sobre algum tipo de planejamento. Os outros trinta e dois temas de pesquisas do mestrado e doutorado estão agrupados em outras categorias restantes, com frequência de 2,9% para menos.

Análise do plano fatorial variável passiva (Docente)

A seguir apresentaremos as especificidades dos/as orientadores/as dos quinze programas analisados, explicaremos também que estamos explorando o conjunto de orientadores/as neste espaço, ou seja, orientadores/as que aparecem mais de uma vez, por orientar mais trabalhos no ano de análise.

Ao fazer uma análise fatorial referente aos gêneros dos/as orientadores/as, a porcentagem nos mostrou um total de 70,8% masculino e 29,2% femininos.

Sobre as graduações dos orientadores/as temos o seguinte: 18,1% são graduados em Economia. 12,8% em Administração; 12,8% em Geografia. 8,6% em Ciências Sociais. 6,2% em Agronomia. 5,8% em História; 4,9% em Pedagogia. As outras nove graduações dos docentes estão agrupadas em outras categorias restantes, com frequência de 4,5% para menos.

Em relação às instituições em que os docentes concluíram, temos o seguinte cenário: 16,5% são caracterizadas como *Outras Instituições*, tais como: Centro Universitário de Belas Artes de São Paulo; Faculdade de Ciências Administrativas de Ponta Porã; Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão; Faculdade de Direito; Faculdade Osvaldo Cruz; Fundação Educacional Regional Jaguareense; Universidade de Mogi das Cruzes; Universidade de Passo Fundo; Universidade do Oeste de Santa Catarina; Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Econômicas de Palmas; Academia Militar das Agulhas Negras; Faculdade de Ciências Econômicas no Sul de Minas; Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba; Fundação do Planalto Norte Catarinense; Fundação Educacional de Brusque; Universidade do Contestado; Faculdade Porto Alegrense de Ciências Contábeis e Administrativas; Universidade Feevale; Universidade do Sul de Santa Catarina; Universidade Norte do Paraná.

Dos 9,9% que finalizaram seus cursos em outras universidades federais, especificadas assim: Universidade Federal do Amazonas; Universidade Federal de São Carlos; Universidade Federal de Goiás; Universidade Federal de Lavras; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal do Tocantins; Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Universidade Federal do Piauí; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal Rural de Pernambuco;

7,4% finalizaram seus cursos na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ademais, 6,2% concluíram na Universidade Federal de Santa Maria. 5,8% na Universidade Federal da Paraíba. 4,9% concluíram na Universidade Federal da Bahia. 4,9% concluíram na Universidade Estadual do Paraná. 3,7% concluíram seus cursos na Universidade Federal do Pará. 3,7% concluíram na Universidade Federal do Paraná. Os outros dezenove estão agrupados em outras categorias restantes, com frequência de 2,9% para menos.

Como podemos observar tendencialmente, suas instituições de conclusão dos cursos são diversas, não apresentando, neste caso, expressividade por uma instituição específica, ou seja, apresentam diversificadas.

As cidades das universidades mencionadas acima apresentam a mesma dispersão, no caso 23% são caracterizadas como *outras cidades*. 7,8% na cidade de Salvador, sede da universidade Federal da Bahia e a universidade Salvador. 6,6% a cidade de Ijuí, sede da Universidade Regional do Estado do Rio Grande do Sul. 6,2% como campus da Universidade Federal de Santa Maria. 5,3% como campus na Universidade Federal de Porto Alegre. As outras vinte e três categorias restantes das cidades estão agrupadas em outras categorias restantes, com frequência de 3,3% para menos.

Sobre o ano de conclusão de suas graduações, apresentamos o seguinte cenário: 9,5% dos/as pesquisadores/as concluíram entre os anos de 1993 e 1994. 8,6% concluíram seus cursos no período de 1980 a 1983. 8,2% concluíram seus cursos no intervalo 2002 a 2005. 7,8% concluíram entre 1986 e 1987. 7,8% concluíram nos anos de 2000 e 2001. 7,4% concluíram seus cursos no período de 1991 e 1992. 7,0% concluíram seus cursos em 1988. 7,0% concluíram em 1990. 6,6% concluíram entre 1984 e 1986. 6,6% concluíram em 1989. 6,2% concluíram entre os anos de 1975 a 1979. 5,8% concluíram no período de 1955 e 1969. 5,8% concluíram entre os anos de 1995 a 1996. 5,8% concluíram entre 1997 a 1999.

Podemos observar que a pós-graduação dos/as orientador/as, no nível de mestrado, segue a mesma área da graduação: 15,2% são mestres/as em *Economia* (OR MS ECONOMIA). 14% são mestres em *Ciências Sociais* (OR MS C SOCIAIS). 13,2% são mestres/as em *Administração* (OR MS ADMINIST). 12,3% são mestres/as em Agroecologia, Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Ciência, Ciência dos Alimentos, Ciências do Desporto de Recreação e Lazer, Ciências Ambientais, Ciências Veterinárias,

Conservação e Manejo de Recursos, Contabilidad y Finanzas, Fitotecnia, Informática, Integração da América Latina (OR MS OUTROS). 11,1% são mestres/as em *Geografia* (OR MS GEOGRAFIA). 7,8% são mestres/as em *Educação* (OR MS EDUCAÇÃO). 7,8% são mestres/as em Comunicação e Informação, Comunicação e Letras, Psicologia, Psicologia Clínica; Relações Internacionais e Serviço Social (OR MS OUT C HUM). 6,6% são mestres/as em História (OR MS HISTÓRIA). 6,6% são mestres/as em Agronomia, Agronomia e Agrometeorologia, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica e Informática. 5,8% são mestres/as em Desenvolvimento Agrícola; Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Regional Sustentável; Desenvolvimento Urbano (OR MS DESENVs).

Em relação à instituição onde os/as pesquisadores/as concluíram seus mestrados, a nuvem de dispersão da frequência apresentou o seguinte: 11,1 % escolheram Universidade Federal de Santa Catarina, para conclusão de sua pós-graduação. 10,3% concluíram seus mestrados em universidades privadas: Instituto Presbiteriano Mackenzie, Universidade de Santa Cruz do Sul, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Fundação Getúlio Vargas, Universidade Anhanguera, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; 9,9% finalizaram seu mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 9,1% concluíram seus cursos de mestrado em outras Universidades Federais do Nordeste, tais como: Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal Rural de Pernambuco. 8,2% fizeram seus mestrados na Universidade Federal da Bahia. 7,8% fizeram seus mestrados na Universidade Estadual de Campinas; 6,2% fizeram seus mestrados no exterior: Karlsruher Institut Fur Technologie, Kit Alemanha, Oxford Brookes University, OBU, Inglaterra, Pennsylvania State University, Universidad de Zaragoza, Unizar España, Universidad Del Museo Social Argentino, UMSA/Argentina, Universidade do Porto, Universitat de Lleida/Espanha, Universidade de TSUKUBA, Tsukuba University/Japão; 6,2% fizeram seus mestrados em outras Federais do Sudeste: Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Viçosa. As outras sete estão agrupadas em outras categorias restantes, com frequência de 5,8% para menos.

As cidades do campus em que os/as orientadores/as concluíram seus mestrados são: 12,3% com sede em Florianópolis. 11,9% com sedes em outras cidades. 10,7% com o campus localizado em Porto Alegre. 10,3% com sede do campus em São Paulo. 8,2% na

cidade de Salvador. 7,4% estão sediadas no exterior: Alemanha, Argentina, Buenos Aires, Cuba, Inglaterra, Japão, Lleida/Espanha, Pensilvânia, Porto, Zaragoza. 5,3% com sede em Curitiba. As outras onze estão agrupadas em outras categorias restantes, com frequência de 4,1% para menos.

Quanto ao ano de conclusão dos cursos de mestrado dos/as orientadores/as temos as seguintes informações: 10,3% finalizaram no ano de 2000. 8,6% finalizaram em 1998. 7,4% finalizaram entre os anos de 1995 a 1996. 7% finalizaram no ano de 1997. 7% finalizaram no ano de 1999. 6,6% finalizaram entre os anos de 1993 a 1994. 6,6% finalizaram entre os anos de 2005 a 2006. 6,2% finalizaram no ano de 2002. 6,2% finalizaram no ano 2001. 6,2% finalizaram no ano de 2004. 6,2% finalizaram entre os anos de 1991 a 1992. 4,5% finalizaram entre os anos de 2007 a 2008. 4,1% finalizaram no ano de 2003.

Sobre a pós-graduação doutorado dos/as orientadores/as, sugeri a mesma linha de estudos expressas anteriormente, dessa forma temos: 13,2% com doutorado em Geografia. 9,9 % com doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Biociências, Biotecnologia e Saúde Investigativa, Ciências Militares, Contabilidade y Finanzas, Engenharia Civil, Informática na Educação, Medicina Veterinária, Meio Ambiente e Desenvolvimento, Recursos Naturais, Saúde Coletiva, Tecnologia, Transport et Territoires. 8,6% em Economia. 8,6% em História. 8,2% em Desenvolvimento Regional. 8,6% em ciências humanas: Demografia, Linguística Aplicada e Estudo da Linguagem, Ciências Humanas, Artes, Direito, Direito Econômico e Socioambiental, Integração Regional, Psicologia Clínica, Serviço Social, Teologia. 7,8% em Ciências Sociais. 6,6% em Educação. 6,6% em Administração. 4,9% em Engenharia de Produção. 3,3% Comunicação. 3,3% em Ciências Agrárias. 3,3% em Relações Internacionais.

As instituições onde os/as orientadores/as cursaram seus doutorados, temos: 11,1% em universidades no exterior (OR DR EXTERIOR) Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, Supagro Montpellier, Universidad de Navarra, Universidad de Rouen, Universidad de Zaragoza, Universitat de Barcelona, Universitat de Lleida, Université du Québec à Chicoutimi, University of Tübingen, University of Wisconsin- Madison, Universidade de Granada. 9,9% concluíram seus cursos na Universidade Federal de Santa Catarina (OR DR UFSC). 9,5% na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (OR DR UFRGS). 9,1% na Universidade de São Paulo (OR DR USP). 7,8 % na Universidade Estadual Paulista Júlio

de Mesquita Filho (OR DR UNESP) e Universidade Estadual de Campinas (OR DR UNICAMP). As outras nove estão agrupadas em outras categorias restantes, com frequência de 7,4% para menos.

As cidades sedes das instituições mencionadas acima se configuram como: 11% estão localizadas no exterior: Alemanha, Barcelona, Cuba, França, Granada, Lleida, Navarra, Québec, Tübingen Wisconsin, Zaragoza. 12,3% na cidade de Porto Alegre. 10,7% em outras localidades: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Itajaí, Rio de Janeiro e Viçosa. 18,1% na cidade de São Paulo. 9,9% em Florianópolis. 7,8% em Campinas. 7% em Brasília. 5,3 em Salvador. 4,9% em Campina Grande, Fortaleza, João Pessoa e Recife. 4,5 em cidade de Santa Cruz do Sul. 4,1% em Pelotas, São Leopoldo. 3,7% em Lavras.

Em relação ao ano de conclusão do curso de doutorado dos/as orientadores/as, temos o seguinte: 10,7% concluíram seu doutorado no ano de 2012. 9,1% em 2007. 8,6% no ano de 2005. 7,8% em 2010. 7,4% no ano de 2011. 7% concluíram o doutorado em 2001. 6,2% concluíram o doutorado em 2003. 6,2% concluíram no ano de 2009. 5,3% concluíram o doutorado entre os anos de 1994 a 1997. 5,3% concluíram o doutorado entre os anos de 1998 a 2000. Os outros seis estão agrupados por outras categorias restantes, com frequência de 4,9% para menos.

Como podemos observar, pelos dados colhidos temos apenas indicação, pois a nuvem de dispersão apresentou uma grande diversidade, dessa forma, não temos grandes dados específicos, apenas alguns percentuais que sugerimos em determinadas situações, mas nada perto de cinquenta por cento. Diante disso, não podemos afirmar algo concreto, além dos dados que se apresentam dispersos, com pequenas tendências e parecidos entre si.

Análise do plano fatorial variáveis cursos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado)

Nesta seção analisaremos os quinze cursos objetos de estudos e suas categorias: PROG PÓS COM MS DR; INSTIT PROG DE PÓS; NOTA PROG DE PÓS; ANO INÍCIO DO MS; REGIÃO DO PAÍS; ANO INÍCIO DO DR; CID CAMPUS PROGRAMA; REGIÃO CID CAMPUS; INSTIT CAT ADM.

Ao analisarmos estatisticamente os cursos de pós-graduação mestrado e doutorado. Temos os cursos de pós-graduação mestrado 49,80% e com mestrado e doutorado 50,20%.

Como podemos observar pela tabela de produção científica do ano de 2016, não temos uniformidade nas quantidades das referidas produções. Isso depende do número de alunos que ingressam no mestrado, do número de bolsas que é disponibilizado e das próprias administrações das pós-graduações. Sendo assim, apresentamos os percentuais das instituições: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI) e Universidade Salvador (UNICAFS) 9,1% dos trabalhos, cada uma. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) 8,6%. Universidade Regional de Blumenau (FURB) 8,2%. Universidade Federal do Tocantins (UFT) 7,8%. Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) 7,4%. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e Universidade do Contestado (UNC) 7,0% dos trabalhos, cada uma. Universidade Federal de Roraima (UFRR) 6,2%. Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) 5,8% dos respectivos trabalhos. Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) e a Universidade de Taubaté (UNITAU) 5,3% dos trabalhos. Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) 4,1%. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) 3,3%.

Nas questões referentes ao conceito desses cursos, temos o seguinte: 45,3% dos trabalhos foram feitos em cursos com *nota 4*. 24,3% das produções acadêmicas foram realizados em cursos com *nota 5*. 24,3% apresentaram trabalhos com *nota 3*. 6,2% tem seus trabalhos vinculados com *nota 2*, de acordo com o critério de avaliação da Capes.

No tocante ao ano de início dos cursos, as porcentagens tendem a apontar que 15,6% iniciaram suas atividades no ano de 2003. 15,6% iniciaram suas atividades no ano de 2010. 9,1% iniciaram suas atividades no ano de 1999. 9,1% iniciaram suas atividades no ano de 2002. 8,2% iniciaram suas atividades no ano de 2000. 7,8% iniciaram suas atividades em 2007. 7,4% iniciaram suas atividades no ano de 1999. 6,2% iniciaram suas atividades no ano de 2012. 5,8% iniciaram suas atividades no ano de 2006. 5,8% iniciaram suas atividades no ano de 2009. 5,3% em 2013 e 4,1% em 2014.

Já sobre o início do doutorado, apresentamos o seguinte: 16,9% iniciaram o curso DR no ano de 2016. Outros 9,1% iniciaram seus programas de doutorado no ano de 2006. Já 8,6% em 2010. 8,2% no ano de 2012. 7,4% começaram seus programas de pós em 2005. 1,2% em 2017 não participavam do programa de doutorado. 0,4% não participava de programa de doutorado em 2018. E ainda, observamos que 48,10% não possuíam doutorado no ano de 2016.

Segundo os dados coletados, 67,90% das cidades dos programas se encontram localizadas no interior e outros 32,10 % nas grandes capitais do país.

No que se refere à distribuição dos programas de pós-graduação em relação às regiões do país, temos: 52,7% deles estão localizados no Sul. 19,8% no Norte. 18,1% no Nordeste. 5,3% no Sudeste e 4,1% na região Centro Oeste. Esses dados confirmam que a maior parte dos trabalhos em Desenvolvimento Regional, em 2016, foi realizada em programas de pós-graduação da Região Sul do Brasil.

De acordo com os resultados da pesquisa referentes às categorias administrativas das instituições estudadas, apresentamos a seguinte configuração: 28,8% delas são instituições privadas sem fins lucrativos e as produções científicas dessas universidades correspondem: Faculdade integrada de Taquara (FACCAT), com 5,3% da produção científica de 2016; Universidade do Contestado (UNC), com 7% da produção científica de 2016. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), com 9,1% da produção científica de 2016. Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), com 7,4% da produção científica de 2016.

As instituições públicas federais representaram 26,7% e suas produções científicas, no ano de 2016, correspondem às universidades: Universidade Federal do Tocantins (UFT), com 7,8%. Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), com 5,8%. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), com 7% e Universidade Federal de Roraima (UFRR), com 6,2%.

As instituições públicas estaduais representam 21,8% e suas produções científicas, no ano de 2016, correspondem às instituições: Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), com 3,3%. Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), com 4,1%. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), com 5,8% e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), com 8,6%.

As instituições públicas municipais representaram 13,6% e suas produções científicas, no ano de 2016, correspondem às instituições: Universidade Regional de Blumenau (FURB), com 8,2% e Universidade de Taubaté (UNITAU), com 5,3%.

E as instituições com categoria administrativa privada com fins lucrativos na ordem de 9,1% e UNIFACS com 9,1% da produção científica de 2016.

Em relação aos dados obtidos, temos um misto de diversas categorias apresentadas nos quinze programas estudados, mostrando que apenas um curso é na universidade privada com fins lucrativos. E as outras universidades de categoria são sem fins lucrativos. As universidades federais e estaduais encontram-se bem representadas nesse ano de 2016.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta parte do trabalho, buscaremos realizar algumas considerações acerca dos resultados obtidos pela pesquisa, na qual consideramos os estudos sobre Desenvolvimento Regional, obtidos pela pesquisa realizada por meio do portal da CAPES e do Currículo Lattes, em torno dos docentes e discentes e de suas produções acadêmicas.

Desse modo, faz-se necessário retornamos ao começo desta dissertação na qual ressaltamos que o objetivo principal teve como intuito produzir elementos que respondessem ao questionamento da pesquisa: *Qual a tomada de posição em relação ao termo desenvolvimento regional nos programas de pós-graduação da área do PLURD, no ano de 2016?* Neste Sentido, após a realização da pesquisa foi possível perceber que a produção acadêmica sobre Desenvolvimento Regional não apresentou um tema específico, apenas temas diversos, corroborando com a multiplicidade dos referidos cursos.

A partir daí definimos como objetivo geral: *Investigar a produção acadêmica nos programas de pós-graduação dos cursos de Desenvolvimento Regional no Brasil, na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia*. Como objetivos específicos, definimos:

A- Caracterizar os cursos de pós-graduações da área em nível nacional;

B- Identificar teses e dissertações produzidas nos cursos de mestrado e doutorado em Desenvolvimento Regional;

C- Verificar a produção acadêmica na perspectiva das palavras-chaves das teses e dissertações, quem são esses pesquisadores/as e qual o período da pesquisa;

D- Caracterizar os discentes e docentes da área de Planejamento Urbano e Regional.

Deste modo, após a realização da pesquisa, ficou evidente que os objetivos foram atendidos e a questão de pesquisa foi confirmada. Assim, podemos afirmar que no ano de 2016 a produção acadêmica sobre Desenvolvimento Regional não apresentou um tema único de estudo, e sim diversidade nessa produção, ressaltando a multidisciplinaridade dos cursos e temáticas que podem ser trabalhadas a partir disso.

Resumidamente, elencamos alguns elementos que a pesquisa produziu como resposta à questão norteadora da pesquisa, acima retomada. De acordo com os dados levantados, tivemos um total de 243 produções acadêmicas entre teses e dissertações no ano de 2016, nos quinze programas da área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia em que pesquisamos.

Assim, podemos afirmar que a questão foi respondida, uma vez que os quinze programas que compõem a área do PLURD investigados não apresentaram temas específicos ligados ao termo *desenvolvimento regional*. Tivemos apenas indícios de algumas temáticas, porém com baixa expressividade. Dessa forma, entendemos que o termo *desenvolvimento regional* é trabalho dentro das perspectivas das inúmeras graduações que compõem os cursos, buscando estudar temas ligados à sua área profissional ou temas conjuntos com seus/suas orientadores/as, neste contexto, corroborando com a proposta multidisciplinar dos programas de pós-graduação.

No que concerne aos próprios cursos de pós-graduação, verificamos que os quinze cursos analisados indicam que no ano de 2016 encontramos mais programas com Mestrado e Doutorado. Esses cursos da área do PLURD iniciaram suas atividades há mais de vinte anos atrás, apresentam-se consolidados na referida área. Os anos que iniciaram suas atividades no programa de pós-graduação variam de acordo com a necessidade de cada instituição. Os cursos da área do PLURD apresentam boa pontuação, apenas um entrou no processo de desativação, de acordo com os critérios de avaliação da Capes por não ter alcançado a nota necessária para manutenção do curso. Neste cenário, a Região Sul concentra a maior parte dos cursos com o nome *desenvolvimento regional* e suas instituições de ensino se concentram no interior. Os cursos que estão sediados na Região Norte e Nordeste, localizam-se nas grandes capitais. Os cursos da Região Sudeste e Centro Oeste se localizam no interior.

No tocante às cidades dos campus desses programas da área do PLURD, os mesmos se concentram em maior quantidade no interior do Brasil, porém as capitais apresentam um número significativo de cursos. A Região Sul neste momento apresenta uma imensa concentração de cursos. Salientamos também que a maior parte das produções acadêmicas (teses e dissertações) do ano de 2016 foi concebida em programas localizados em instituições concentradas na Região Sul, o que nos remete à ideia da diferença entre as regiões, pensando a produção acadêmica brasileira.

Quanto às categorias administrativas das instituições estudadas, observamos que as instituições privadas sem fins lucrativas, no ano analisado foram às responsáveis pela maior parte da produção acadêmica (trabalhos) de 2016. As universidades públicas e federais, nesse ano, ocupam o segundo lugar. As instituições públicas estaduais também apresentam um dado interessante. As públicas, mantidas pelo município ocupam um lugar significativo.

Nesse referido ano, apenas uma instituição se apresentou como privada com fins lucrativos. Como podemos observar as informações sobre os cursos da área do PLURD são diversas.

Ao levantarmos esses dados sobre os resumos das produções acadêmicas, definimos as três primeiras palavras-chaves como ponto de investigação, cujo resultado se apresentou diverso e com poucas referências ao tema desenvolvimento regional o que observamos foi à diversidade de temáticas trabalhadas no contexto do desenvolvimento regional. Os/as pesquisadores/as da área, em 2016, mostraram um perfil diverso, o que nos remete a própria ideia da multidisciplinaridade do curso. A pesquisa revelou que a produção acadêmica de 2016, não apresentou um tema com proporção que pudesse se distinguir um dos outros. Apenas tivemos indícios de estudos em algumas áreas.

Em relação à comunidade acadêmica, ao traçar o perfil dos discentes na área do PLURD, nesse ano de 2016, está apresentou um maior número do gênero feminino como estudosas em desenvolvimento regional. A maioria dos docentes estudados apresentaram uma graduação diversificada e semelhanças entre si. Observamos também que a maioria deles/as vem de instituições privadas. Os dados revelam também que concluíram suas graduações em diversas partes do país, além de serem alunos/as das instituições privadas, públicas e instituições comunitárias. Nesse ano, o número de formação de mestres e doutores aumentou na área do PLURD.

Diante disso, o perfil dos docentes que orientaram os trabalhos, no ano de 2016, apresentou um maior número do gênero masculino como orientadores dos trabalhos na área do PLURD. Os referidos docentes apresentam graduações diversificadas, algumas vezes na mesma linha de estudo dos discentes, outras vezes em áreas bem distintas. E suas instituições de ensino superior se concentram em todo do país, alguns vêm de instituições das grandes capitais do Sul do Brasil, outros do Sudeste, de outras capitais e interiores. O ano de formação. Dos docentes apresenta-se bastante variado, uns começaram curso na década de 50, outros nos anos 2000. Na pós-graduação dos/as orientadores/as do mestrado e doutorado, eles seguem as linhas de estudo da graduação, alguns diferem da área. Observamos que há um quantitativo interessante de qualificação desse pessoal no exterior, seja cursando o período integral ou na modalidade sanduíche.

Um elemento que podemos trazer à luz dos resultados são as contribuições de Bourdieu para o estudo, que vem reafirmar que o campo científico tem uma lógica própria de manutenção desse espaço e é formado dentro de sua própria área e parceiros afins. Esta

área é pensada e trabalhada em relação ao espaço social ocupado pelos docentes, mostrando um espaço construído em relação à atuação dos mesmos no cenário acadêmico e à colaboração dos parceiros, fazendo com que a área se desenvolva a partir disso e por causa disso. Temos como exemplo o Sul que se sobressai nas produções acadêmicas de 2016, como um espaço de manutenção do meio socialmente construído.

Ademais, o campo científico é dotado de forças ocultas entre os docentes, que se sobressaem a partir da orientação, nesse ano 2016. Por fim, observamos que a questão não foi esgotada, pois a área do PLURD requer ainda alguns estudos diferenciados. Assim esperamos que esse trabalho sirva de base para repensar os estudos da área.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Carla Nogueira Patrão; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; CRUZ, José Luís Viana da; Shimoda, Eduardo. Desenvolvimento Regional: Uma Análise Bibliométrica da Produção Científica na base *Scopus*. In: **IV Seminário de Desenvolvimento Regional. Estado e Sociedade Democracia e Desigualdades Regionais- IV SEDRES**. Palmas. Anais, p. 01 a15. 2018.

ARAÚJO, T. B. Desenvolvimento regional no Brasil. In: Centro Internacional Celso Furtado. O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje. Contraponto, Rio de Janeiro. 2009.

BARRETO, Francisco César Sá; BORGES, Mario Neto. **Novas Políticas de Apoio à Pós-graduação: o caso FAPEMIG-CAPES**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.17 n.65 p. 599-612, out. /dez. 2009.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades. Limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Introdução a uma sociologia reflexiva**. In: O poder simbólico. Editora Bertrand Brasil S.A. 1989a.

_____. **Espaço social e gêneses das classes**. In: O poder simbólico. Editora Bertrand Brasil S.A. 1989b.

_____. **O Campo Científico**. In: ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. p. 122-155.1983.

_____. **Os Usos Sociais da Ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP. 2003.

_____. **Para uma Sociologia da Ciência**. Lisboa, PT: Ed. 70. 2004.

BRASIL. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) **Documento de área de 2016**. Disponível em http://capes.gov.br/imagens/documentos_de_area_2017/31_CSA_1_docarea_2016.pdf. Acesso em 31 de julho de 2018.

_____. **Ministério da Educação**. http://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/30_PLURD_docarea_2016.pdf. Acessado em 17 de maio de 2018.

_____. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Documento de área 2013**. Disponível em http://capes.gov.br/imagens/stories/download/avaliacaotrienal/Docs-de-area/ciencias_sociais_aplicadas_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf. Acessado em 31 de julho de 2018.

_____. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Disponível em www.capes.gov.br/. Acessado dia 31 de julho de 2018.

_____. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Disponível em: < www.capes.gov.br/>. Acessado em 15 de setembro de 2018.

BRITO, Lydia Maria Pinto. Desenvolvimento local: alternativa de desenvolvimento sustentável no capitalismo? In: **XXVI ENEGEP FORTALCA CEARA BRASIL**, 9 A 11 de outubro de 2006.

BORTOCENLO, Edson. **O uso de análise de Correspondência Múltiplo nas Ciências Sociais: Possibilidades de Aplicação e exemplos empíricos**. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:knJVzLOyIMMJ:https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st16-7/10296-o-uso-da-analise-de-correspondencias-multiplas-nas-ciencias-sociais-possibilidades-de-aplicacao-e-exemplos-empiricos/file+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acessado dia 20 de julho de 2018.

CASTRO, C. M.; SOARES, G. A. D. Avaliando as avaliações da Capes. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro: v. 23, n. 3, p. 63-73, 1983.

CARMO E SHIMODA 2018. **Análise da capacidade de discriminação de critérios da avaliação da pós-graduação na área de Planejamento urbano e Regional e Demografia da Capes**. Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 2, p. 358-385, maio-agosto, 2018.

DINIZ. C.C; **Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional**; Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/neco/v19n2/a01v19n2.pdf>. 2009. Acessado em 03 de agosto de 2017.

DINIZ. C.C; CROCCO. M. In: **bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil- uma breve reflexão**. Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes; UFMG, 2006.

DUVAL, J. 2015. Analisar um espaço social. In: Serge Paugam (coord.). **A Pesquisa Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015, pp. 218-237.

ELSEVIER. SCOPUS. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/imagens/documents/Scopus-Guia%20completo_10.08.2016.pdf>. Acessado em 04 de junho de 2019.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. FORTALEZA: UEC, 2002. APOSTILA.

FURTADO, Celso. **Obra Autobiográfica Celso Furtado I**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **A superação do subdesenvolvimento**. Economia Sociedade. Campinas (3): Contraponto. dez.1994, p. 37-42,

_____. **Pequena Introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org). **Métodos De Pesquisa. Coordenado Pela Universidade Aberta do Brasil – Uab/Ufrgs E Pelo Curso De Graduação Tecnológica – Planejamento E Gestão Para O Desenvolvimento Rural Da Sead/Ufrgs.** – Porto Alegre: Editora Da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JESUS, Paulo de. Sobre Desenvolvimento Local e Sustentável: Algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa IN: **Gestão do Desenvolvimento Local sustentável**. MACIEL FILHO, Adalberto do Rego; Pedrosa, Ivo Vasconcelos (org). Recife: Editora Edupe, 2007. Págs. 17-37.

LASTA, Tatiane Thaís. A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO PARA A QUESTÃO REGIONAL NESTE INÍCIO DE SÉCULO XXI. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regionl) Fundação Universidade Regional de Blumenau/FURB. Blumenau, p. 16-26 2016. Disponível em:<http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FURB_2bba4d7ea34a21656fa5afc10418bbf4/Details>. Acessad em 09 de janeiro de 2019.

LIEVORE. C; PICININ, Claudia Tania; PILATTI, Luiz Alberto. **As áreas de conhecimento na pós-graduação stricto sensu brasileira: crescimento longitudinal entre 1995 e 2014**. Ensaio. Aval. pol. públ. Educ, Rio de Janeiro, v.25, n.94, p207-237, jan./mar.2017

LITTLE, De Paul E. **Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global**. Revista Tellus, ano 2, n.3, out, 2002.

MACCARI, E. A. et al. A Gestão Dos Programas De Pós-Graduação Em Administração Com Base no Sistema de Avaliação da CAPES. **Revista de Gestão USP**, v. 16, n. 4, p. 1–16, 2009.

MANTEGA, Guido. Modelos de crescimento e a teoria do desenvolvimento econômico. **Escola de Administração de Empresas de São Paulo**, Fundação Getúlio Vargas, Núcleo de Pesquisas e Publicações, 1998.

MINAYO, Maria. Cecília, de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

MORETTO, Cleide Fátima; GIACCHINI, Jussara. Do surgimento da teoria do desenvolvimento à concepção de sustentabilidade: velhos e novos enfoques rumo ao desenvolvimento sustentável. **Universidade de Passo Fundo**: Texto para discussão, n. 06, 2006.

NEVES, R.B.; COSTA, H.G. Avaliação de programas de pós-graduação: proposta Baseada na integração ELECTRE TRI, SWOT e sistema CAPEM. **Revista Eletrônica Sistemas & Gestão**, v.1, n. 3, p. 276-298, 2006.

NEGHERBON, Caroline Laíza; BATCHSCHAULER, Emily; THEIS, Ivo Marcus; BUTZKE, Luciana; MARIANE, Samara; VARGAS, Tatiane Veiga; BRITO, Vivian. Quem são as mulheres que pensam o desenvolvimento regional? Elementos para a formulação de uma agenda de pesquisa. *In: IV Seminário de Desenvolvimento Regional. Estado e Sociedade Democracia e Desigualdades Regionais SEDRES*. Palmas. Anais, p. 01-13. 2018.

OLIVEIRA, N. M. **Desenvolvimento regional do território do Tocantins: implicações e alternativas**. 259f. Tese (doutorado em Desenvolvimento Regional e agronegócio) Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE/Campus de Toledo. 2015.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, mai/ago. 2002.

PEDROSO, A. J. N, O Espaço dos Jornalistas da Economia Brasileiros: Gerações, Origem Social e Dinâmica Profissional. **Repocs**, v.12, n. 23. Jan/jun. 2015.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Estratégia Nacional e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 2, p. 203-230, abr.-jun. 2006.

PIFFER, M. **A Teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do Estado do Paraná no final do século XX**, 167f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, Santa Cruz do Sul, 2009.

PORTO, J. L. R. THEIS. I. M. A pós-graduação em Planejamento urbano e Regional no Brasil: Quadro décadas de reflexões territoriais. PRACS: **Revista Eletrônica das Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. ISSN 1984-4352. Macapá, v.9, n.3, p.33-46, dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unifap/index.php/pracs>>. Acesso em 27 de maio de 2019.

RANDOLPH, Raine. Capes-Documento de área 2009. Disponível em:< http://www.capes.gov.br/imagens/stories/download/avaliação/PLANURB_23un10.pdf. Acessado em 11/04/2019>_. Acessado em 27 de maio de 2019.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, C.A.V. **Sociedade de economia mista e desenvolvimento**. Universidade Federal do Paraná- setor de ciências jurídicas, faculdade de Direito. Curitiba 2011.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**, v. 84, p. 11-44, 1985. Disponível em:<http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1984/anuario84_r_rodolfostavenhagen.pdf>. Acessado em 06 de agosto de 2018.

THEIS, Ivo Marcos. Desenvolvimento Regional Numa formação social semiperiférica: O

Caso do Brasil. **Anais do encontro XV de geógrafos de América Latina**. Cuba, 2015.

THEIS, Ivo Marcos. GALVÃO, Antônio Carlos F. A Formulação de Políticas Públicas e as concepções de Espaço, Território e Região. **R.B Estudos Urbanos e Regionais**, V. 14, N. 2/ novembro de 2012. Disponível em:<<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4101>>. Acesso em 22 de maio de 2019.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL UNISC-
<https://www.vestibular.unisc.br/pt/cursos/todos-os-cursos/mestrado-doutorado/mestrado/mestrado-e-doutorado-em-desenvolvimento-regional>. Acessado em 03/04/2019.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão história e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté – SP, v. 8, n. 2, p. 344-369, mai, -ago. 2012.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.